

**A REABERTURA, SEGUNDO
O GEN. ERNESTO GEISEL**

ESPÍRITO

Cr\$ 4,00 n.º 95 2 de setembro de 1974 com a edição semanal brasileira de

Le Monde

**O ESCÂNDALO
DA BORREGAARD**



GEN. BRENO BORGES FORTES
Presidente da Borregaard

“Inquiram-me”

Muitas vezes, o consultor da Assembleia Legislativa de Alagoas, Luís Gonzaga Mendes de Barros, tentou eleger-se deputado por seu Estado. Da política, porém, conseguiu apenas o que hoje a atividade oferece como maior castigo: sua inscrição nas fichas do Departamento de Ordem Política e Social.

Mendes de Barros, contudo, tem explicações estritamente comerciais para o fato. No mês passado, os jornais de Maceió publicavam um inusitado esclarecimento seu: “Comunico a quem interessar possa que estou fichado no Departamento de Ordem Política e Social de Alagoas como subversivo. O chefe do serviço do DOPS de Alagoas, Geraldo Moreira Lima, comprou financiado por INVESTRED S.A. — Crédito, Financiamento, Investimento, com aval de Francisco Fernandes Costa, delegado do referido DOPS, um veículo automóvel, cujo contrato recebeu o número 2118188.

Como não pagaram as prestações do citado financiamento, eu, Luís Gonzaga Mendes de Barros, advogado da financeira INVESTRED S.A. na época, adotei as medidas necessárias ao recebimento do crédito não pago”.

A nota não foi suficiente, entretanto, para lhe abrir as portas de toda a documentação necessária para viajar ao exterior. Em vista disso Barros apelou para novo recurso igualmente singular: encaminhou ofício ao atual presidente da Assembleia Legislativa (e futuro governador do Estado) Divaldo Suruagy, requerendo a instauração de inquérito contra si mesmo. “Não fica bem um consultor jurídico do Poder Legislativo ficar com essa acusação”, explicou ele em seu ofício, depois de narrar que se viu impedido por falta de folha corrida de obter o passaporte indispensável para participar de um curso de administração municipal sob o patrocínio do governo da Alemanha.

Das obrigações

Escola civil de engenharia, uma das melhores do país, administrada pelo Ministério da Aeronáutica, o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), de São José dos Campos, enviou ao Congresso para aprovação novas normas de inscrição em seus cursos — a começar pela matrícula obrigatória no CPOR (Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva) para todos os seus alunos civis. Duras regras:

Condições mínimas exigidas — radiografia dos campos pleuro-pulmonares: Normal. Altura mínima: 1,60.

Índices visuais — Acuidade visual a 6 metros: V = 0,25 desde que com correção atinja V = 1 em um olho e V = 0,7 no outro. Acuidade visual a 0,50 metros: o candidato deve atingir para perto V = 1 com ou sem correção em um olho e no mínimo V = 0,7 no outro.

Visão de cores — Erro máximo: três pranchas de A. O. C.

Índices auditivos — Prova de voz cochichada: ouvido melhor 5/5, ouvido pior 3/5.

Índices dentários — 2/3 da superfície mastigatória, sendo admitida a prótese.

Política selecionada

Ainda há vagas para um goleiro, dois zagueiros, e dois atacantes. Mas desde já, entre os vários candidatos às eleições de novembro, pode-se organizar um time de futebol capaz de fazer inveja às melhores seleções de profissionais que possam ser recrutadas no país. Na defesa, têm lugar garantido, os zagueiros Everaldo Marques da Silva, tricampeão mundial e candidato a vereador pela ARENA gaúcha, e Sadi Schertz, ex-jogador da seleção brasileira e do Internacional de Porto Alegre, candidato à Câmara Municipal pelo MDB do Rio Grande do Sul. No meio de campo, podem formar, o vereador pelo MDB mineiro, Wilson Piazza, candidato à reeleição apesar do péssimo

desempenho em campos da Alemanha; e o deputado estadual Elton Ferstersaier, ex-médico do Grêmio Portolegrense e do Botafogo do Rio, candidato à reeleição pelo MDB gaúcho. No ataque, estão escalados: Bráulio Barbosa Lima, ex-jogador do Internacional e candidato à Câmara Municipal de Porto Alegre na chapa da ARENA; e o vereador João Severiano, ex-querido do Grêmio e candidato do MDB à reeleição. Para comentar suas partidas, a política pode dispor de Aparício Vianna, candidato à Câmara Municipal do Rio Grande, pelo MDB, recrutado das coberturas esportivas. E finalmente para as mezinhas tarefas de bastidores do futebol da política, há uma exuberante plêiade de valores, em todos os Estados do país, a começar pelos deputados federais Fábio Fonseca, ex-presidente do Atlético Mineiro, e Wadi Helu, ex-presidente do Corinthians paulista.

Empréstimo generoso

Até 1965, o imposto de consumo sobre cigarros (cerca de 2/3 de seu preço) era recolhido pelo governo quando as indústrias compravam selos, para serem aplicados obrigatoriamente em cada carteira de cigarros. Em 1965, o então ministro da Fazenda Otávio Bulhões resolveu acatar antiga aspiração da indústria do fumo e modificou o sistema: eliminou a aplicação individual de selos e passou o recolhimento de impostos para ser feito de acordo com a declaração de vendas de cada empresa, ao fim de cada quinzena. Alegavam os industriais que a mão-de-obra, a manipulação e transporte que a aplicação dos selos exigia oneravam seus custos e não representavam maior segurança contra a sonegação, uma vez que, sendo pequeno o número de empresas, um esquema de fiscalização especial poderia atingir o mesmo resultado. Essa modernização do sistema de arrecadação, conseguida principalmente graças aos esforços do hoje ministro Mário Henrique Simonsen, que representava a Cia. Souza Cruz na comissão de industriais

postulantes, foi acompanhada também de uma radical modificação no prazo do recolhimento do imposto.

O pagamento do tributo, que era feito antes da venda do produto (o selo era obviamente adquirido antes de ser colocado nas carteiras que seriam depois vendidas), passou a ser feito *a posteriori*. Assim os impostos dos cigarros vendidos durante este mês de setembro só serão recolhidos no dia 15 de outubro (os vendidos na primeira quinzena) e no dia 30 de outubro (os vendidos na segunda quinzena). Como cigarro é vendido à vista, como o consumo de cigarros no país é brutal e como 2/3 do preço de cada cigarro representam impostos, uma substancial soma de dinheiro de repente passou a ficar em média 37 dias em poder das indústrias de fumo, como se fosse um empréstimo sobre o qual não são contados juros. E para isso não existem outras justificativas que as dos industriais interessados. Em outras indústrias, como as de máquinas, calçados, vestuário, materiais de construção, onde as vendas são feitas a prazo, a partir de 1966 o governo passou a dilatar o prazo de recolhimento dos impostos, para torná-los compatíveis com os prazos de venda das indústrias, a fim de não obrigá-las a usar seu capital de giro para poder recolher impostos (ou, pagar o imposto antes de ter recebido o dinheiro do produto vendido).

A indústria de fumos, no entanto, ficou num regime especialíssimo: além de não usar seu capital de giro para recolher impostos, passou a utilizar-se de dinheiro do Tesouro Nacional e a juros nulos. Pelo último balanço da Cia. Souza Cruz, de propriedade da American Tobacco, publicado nos jornais do dia 24 de agosto, esse empréstimo a juros zero, relativo a impostos a recolher no dia 30 de junho, chegava a 431 milhões de cruzeiros (cerca de 60 milhões de dólares). Pelo mesmo balanço se verifica que a Souza Cruz pôde assim aplicar naquela mesma data, em papéis de renda (que pagam juros de mais de 2% ao mês) a importância de 371 milhões, além de manter 26 milhões em caixa. Somando tudo, 505 milhões de cruzeiros.

Uma nova modificação do sistema que não teria obrigatoriamente que ressuscitar o obsoleto selo das carteiras de cigarro, mas que fizesse com que o imposto fosse recolhido à vista, poderia apresentar pelo menos estes dois benefícios:

1 — o governo deixaria de, na prática, estar emprestando seu dinheiro a juros zero para que firmas como a American Tobacco emprestassem dinheiro às vezes ao próprio governo a juros de 2%;

2 — o governo poderia ter, por exemplo, 55 milhões de cruzeiros (renda que a Souza Cruz obtém com o dinheiro que não recolhe ao governo imediatamente) a mais de crédito para emprestar a uma praça atualmente faminta por dinheiro.

Estilos diversos

O solitário major Policarpo Quaresma era uma estranha figura. Seu nacionalismo o lançava em causas tão ingratas quanto sugerir ao Congresso a adoção do tupi-guarani como língua nacional.

Impossível dizer como reagiria, no fim do mês passado, ao constatar como o erudito

doutor Roberto Campos, no Seminário sobre Legislativo e Tecnocracia realizado no Rio, porfiava com as modernas línguas ocidentais em busca de uma capaz de acomodar suas idéias. A desigual batalha (o grego e o latim são aliados de Campos, em suas mais douradas citações), levou-o em meio de uma exposição a trocar o inglês pelo francês, considerado elegantemente “mais adequado ao tema nas circunstâncias”.

O ingênuo amanuense Quaresma, depois de transcrever um ofício ao ministro da Guerra em tupi-guarani, acabou no hospício — de resto também visitado por seu brilhante e infeliz autor, o romancista carioca Lima Barreto.

Sem “Argumento”

Só o Supremo Tribunal Federal poderá definir a situação da revista *Argumento*, apreendida em janeiro passado e retirada de circulação pela Polícia Federal quando atingia a sua quarta edição. O Tribunal Federal de Recursos declarou-se incompetente para julgar o mandado de segurança impetrado pela editora Paz e Terra, responsável pela revista, visando a sua liberação. O Tribunal justificou sua decisão: no ano passado, inutilizou-se a sua decisão favorável ao mandado de segurança impetrado por *Opinião* contra a censura prévia. Por isso, seus juízes preferiram elevar o caso à agenda do Supremo. A editora calcula que os prejuízos com a apreensão de 45 mil exemplares da revista já alcancem os Cr\$ 700 mil.

Agruras do políticos

Na vida política do país, nada vem-se renovando tão rapidamente quanto o vocabulário. Muitas vezes, por isso, entre os que lidam com tão delicado material linguístico, é pecado maior não ter palavras do que não ter idéias. Se não conseguirem impor sua teoria, o professor Samuel Huntington pode considerar-se satisfeito por ter lançado à moda, a imaginosa palavra “descompressão”. Com ela, podem-se exprimir idéias colocadas fora do alcance de outros sinônimos mais desgastados e cortantes.

Essa simples contribuição, para os exaustos manipuladores do politiquês, merece maiores agradecimentos do que os próprios conceitos que exprime. Ela vem prestando um inestimável socorro a outras expressões supostamente afins como “o problema (o projeto, o modelo, a questão) institucional do país”, o “aperfeiçoamento do regime” ou “o retorno às franquias” — expressão que um dia já mereceu complementos explícitos e hoje se emancipou graças a um tácito acordo entre os interlocutores.

É certo que um dia “sistema” e “descompressão” saíam de circulação, tornando-se tão nostálgicas como a demolidora “demagogia”, e exasperada “linha dura” e outras impronunciáveis.

Ainda assim, sem dúvida, depois de meses de uso, já podem ostentar melhor sorte do que outras jóias do vocabulário político disponível como a desastrosa palavra “consenso”.

garimpada do fundo da “imaginação criadora” do senador Petrônio Portella para liquidar o problema das recentes sucessões estaduais. Antes mesmo de resolvida a questão e nomeados os governadores, o senador passou pelo dissabor de vê-la colocada sob suspeitas tão generalizadas quanto as que cercaram o “consenso” propriamente (ou impropriamente) dito.

Para um semanticista, interessado em construções eufemísticas, o campo, seguramente, é amplo. E pode comportar respostas concretas para perguntas como a do linguista Edward Sapir — que, tentando destacar a importância das palavras na construção dos pensamentos, perguntou: “Se não existisse o termo ‘liberdade’, quem se preocuparia com ela?”

PALAVRAS



De dom Moacyr Grechi, bispo de Rio Branco, Prelazia do Acre e Purus, responsável por um documento distribuído no fim do mês passado que alerta as autoridades para o problema da expulsão iminente de 25 mil seringueiros acreanos, a *Opinião*, em São Paulo:

• Sobre a extensão dos conflitos: “Segundo dados extra-oficiais, mais de dois terços dos seringais do Acre já foram vendidos, em um total de 15 milhões de hectares. Oficialmente já se sabe que um empresário apenas adquiriu sozinho 2 milhões e 265 mil hectares, o equivalente a 10% da área total do Estado. Isso parece fantástico mas foi confirmado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária”.

• Sobre a situação dos seringueiros: “Eles só têm três opções: ficar na terra e enfrentar as represálias dos que se consideram proprietários legais; emigrar para os centros urbanos; ou atravessar a fronteira e tentar conseguir terra na Bolívia. A primeira opção, que o próprio INCRA recomenda como forma de garantir a posse da terra até decisão judicial, os submete a todo tipo de violência: ameaças, espancamentos e até raptos. A segunda é naturalmente desaconselhável porque as cidades do Estado não possuem infra-estrutura industrial e comercial para os receber, nem eles tampouco sabem fazer outra coisa além de extrair o látex. E a terceira é, pelo menos,

a que mais os atrai: seis mil pessoas já se instalaram na Bolívia”.

• Sobre as causas das disputas: “A maioria não possui título definitivo de propriedade das terras. Quando o governo local começou a atrair empresários, os problemas começaram: colonos que vinham ocupando as terras há mais de três gerações se viram de repente diante de novos donos”.

• Sobre o agravamento do problema: “A coisa piorou nos últimos quatro meses porque os empresários passaram a apressar a posse definitiva das terras compradas. Só no município de Rio Branco, há cerca de mil famílias sem terra. Atendo pessoalmente a mais de 50 seringueiros por dia que vêm-me relatar suas dificuldades. No seringal Belo Jardim, em vias de ser vendido a “paulistas” — que podem ser mineiros, paraenses, gaúchos e até estrangeiros — 70 famílias foram intimadas a abandonar suas casas. No seringal Humaitá, na estrada de Porto Acre, 29 famílias estão ameaçadas de perderem suas terras porque o proprietário quer transformar o seringal em zona pecuária. No seringal Bagaco, o novo proprietário proibiu que as 170 famílias continuassem extraindo látex das seringueiras, método “pacífico” de impedir que sobrevivam. No seringal Catuaba, o capataz José Alvez Neto foi assassinado pelo posseiro Raul Veras que se recusou a abandonar a terra que ocupava.

Francisco Pinto Um novo revés

A sorte do deputado Francisco Pinto, antes mesmo do seu julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (acusado de crime contra a segurança nacional por ofensas ao general chileno Augusto Pinochet) já está decidida? Esta última interferência do governo no caso, a suspensão da Rádio Cultura de Feira de Santana (por ter divulgado um outro pronunciamento de Francisco Pinto no qual ele teria novamente contrariado a Lei de Segurança Nacional), por exemplo, aconteceu quando a defesa do deputado ainda festejava uma pequena vitória — a primeira depois que o processo foi instaurado: a decisão do STF recusando as diligências requeridas (em recurso ao Supremo) pelo procurador-geral da República, José Carlos Moreira Alves. Pois, antes mesmo de entrar no mérito do julgamento, a luta do deputado Francisco Pinto é principalmente contra o tempo: conseguir ser julgado antes das seis da tarde do dia 6 de setembro, prazo final para encaminhamento do registro de sua candidatura (como se sabe, de acordo com a lei em vigor, o candidato torna-se inelegível se na época da eleição estiver respondendo a um processo por crime contra a segurança nacional). Caso as diligências requeridas pelo procurador fossem aceitas, o processo certamente não seria julgado antes do final do ano, já que só uma delas, o levantamento de todos os discursos e apartes feitos pelo deputado na Câmara nos últimos quatro anos, levaria meses para ser concluído.

Das seis diligências solicitadas pelo procurador, o relator só aceitou os pedidos das folhas de antecedentes penais do deputado na Secretaria de Segurança da Bahia e no Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal. Moreira Alves entrou com o recurso no STF porque entendeu que o indeferimento das outras diligências constituía um "cerceamento da acusação". Segundo ele, precisaria de todas as diligências para traçar a personalidade e o caráter de Francisco Pinto, embora considerasse o deputado baiano, de antemão, um "irrecuperável".

"Parece-nos significativo o ato de extraordinária segurança e tranquilidade com que o Supremo Tribunal Federal, por significativa unanimidade, recusou a ação com que o procurador-geral lhe ofereceu a água do fato consumado, no caso do deputado Francisco Pinto", comentou depois, em editorial, o *Jornal de Brasília*. Mas logo depois veio a suspensão da Rádio Cultura de Feira de Santana porque, segundo a portaria do Ministério das Comunicações, as declarações de Chico Pinto na entrevista concedida à rádio em 13 de julho "comprometem as relações internacionais do país" e "colaborou na prática de rebeldias, desordens ou manifestações proibidas". O ministro Euclides Quandt enviou ao ministro Armando Falcão, da Justiça, a cópia da portaria, a fita das gravações e um sugestivo recado: "A esta pasta (o Ministério das Comunicações) cabe punir a rádio por permitir a divulgação da matéria, mas a punição do autor das declarações cabe ao Ministério da Justiça, por ser ele um parlamentar e ter feito pronunciamentos políticos".

Contudo, ao contrário do que os jornais chegaram a noticiar, o fato de Chico Pinto ter reiterado as críticas feitas anteriormente no Congresso Nacional contra o general Pinochet não implica outra ação penal.

Se Francisco Pinto não puder ser candidato, além de não contar na próxima legislatura com um de seus deputados mais eloquentes, o MDB perderá mais dois ou três deputados federais na Bahia que certamente seriam eleitos com os votos que o ex-prefeito de Feira de Santana e influente líder na região, facilmente arrancaria para a legenda do partido.

A reabertura, segundo o gen. Ernesto Geisel

"No aperfeiçoamento do regime e, pois das estruturas pertinentes, deve-se à não abdicação das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos (...) As modificações necessitam ser realistas e oportunas" (...) (Do general Ernesto Geisel, por ocasião da convenção nacional da ARENA em 15 de setembro passado). "Envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático (...) Os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e de ordem (...) almejo vê-los (...) como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficazes dentro do contexto constitucional". (Do pronunciamento do general Geisel, na primeira reunião do seu ministério, em 19 de março último).

"Não aceita (o governo), nem poderia admitir jamais pressões indevidas ou campanhas reivindicatórias de indivíduos ou de grupos quaisquer que, sob variados pretextos (...) pretendem forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes, do quadro político nacional (...) Tais pressões (sobre a opinião pública) servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade" (...) (Do pronunciamento do general Ernesto Geisel, na quinta-feira passada, na reunião com os dirigentes e candidatos da ARENA ao Senado).

Mesmo aguardando com inquietante expectativa nos meios políticos nacionais, especialmente em Brasília, o discurso do general Ernesto Geisel na quinta-feira passada — o primeiro de caráter eminentemente político desde que assumiu o governo, há quase seis meses — surpreendeu pela amplitude e a excepcional clareza com que tratou da abertura política e institucionalização do regime, temas que ultimamente vinham sendo discutidos por figuras representativas (como o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcellio, ou ex-líder da maioria no governo Castello Branco senador Daniel Krieger), e por organismos e entidades de classe como a Ordem dos Advogados do Brasil que há poucos dias debateu amplamente a questão.

"Ante recentes manifestações, tanto individuais como de algumas associações e assembleias, sobre o momento político brasileiro, largamente difundidas e comentadas pela imprensa, impõe-se pronunciamento oficial esclarecedor, para que não se criem graves mal-entendidos, nem surjam incompreensões ou dúvidas quanto à posição definida que o governo está decidido a manter no quadro político nacional", observou Geisel antes de assinalar que "o governo acolhe, com interesse, os debates e as discussões sobre a problemática política brasileira, que venham fornecer fundamentos e substâncias à tarefa renovadora que se deve realizar, da institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 64, em que se traduzem antigos e renovados anseios do povo brasileiro". Mas se admite sugestões, como talvez a do deputado Flávio Marcellio — que aponta a incorporação do AI-5 à Constituição como o primeiro passo para a institucionalização democrática do país — ou a do jurista Carlos Medeiros Silva, ex-ministro da Justiça — pela criação de um conselho de emergência — o governo, conforme salientou Geisel, "não aceita, porém, nem poderia admitir jamais, pressões indevidas ou campanhas reivindicatórias de indivíduos ou de grupos quaisquer que, sob variados pretextos, empunhando até mesmo a bandeira de nobres ideais e valores eternos, pretendam forçar mudanças e

revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes do quadro político nacional". "Por trás delas", diz Geisel, "divisa-se a permanente e estéril agitação de conhecidas minorias subversivas ou de já bem identificados beneficiários da subversão".

O discurso, de apenas 9 folhas, foi lido por Geisel na sala de banquetes do Palácio da Alvorada, numa solenidade que, além dos dirigentes regionais, candidatos ao Senado e outros líderes arenistas, contou ainda com a presença do general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência, do general Adalberto Pereira dos Santos, vice-presidente da República, e do ministro Armando Falcão, da Justiça. No dia anterior os dirigentes arenistas haviam-se reunido no Senado para avaliar e traçar as linhas gerais da campanha para as eleições de 15 de novembro.

Se é verdade que Geisel apenas repisou conceitos já conhecidos e outra vez reafirmou sua intenção de não abrir mão dos "instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e ordem", não há dúvida de que seu pronunciamento teve o mérito de descer mais a fundo em algumas questões antes tratadas apenas superficialmente ou sem a veemência de agora. "Entendo fazê-lo porque há verdades que, embora evidentes a qualquer análise desapassionada, exigem sempre ser ditas ou reditas", alertou Geisel apontando a oportunidade como "propícia para reiterar e desenvolver alguns conceitos que apenas a florei em meu primeiro discurso político perante a convenção nacional do partido, a 15 de setembro findo".

Para o deputado Célio Borja, líder da ARENA na Câmara dos Deputados, o pronunciamento de Geisel foi "uma reafirmação de fé democrática". Já o presidente da ARENA, senador Petrônio Portela, viu "fé nas instituições de respeito" e disse mesmo que este foi o discurso "mais democrático" que já ouviu. Mas de um modo geral, as primeiras reações nos círculos políticos ao discurso de Geisel foram de perplexidade, não pelo seu conteúdo, mas principalmente pela veemência do presidente. A bancada do MDB, dos "autênticos" aos "moderados", recebeu as palavras de Geisel com apreensão não apenas porque ele exigiu a vitória eleitoral da ARENA mas também por recearem que muitos candidatos fiquem temerosos de abordar certos assuntos que estavam servindo de bandeira eleitoral à oposição, como o fim do AI-5 e a volta ao Estado de Direito.

Da mesma forma que no discurso anterior, por ocasião da reunião com os seus ministros, Geisel novamente voltou a defender a natureza democrática do regime. "E não se acoime esta (a doutrina revolucionária) de antidemocrática quando ao que ela visa, em verdade, é o aperfeiçoamento, em termos provadamente realistas, das práticas democráticas, adequando-as melhor às características de nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do país", disse no discurso em março. Desta vez ele traçou um esboço mais definido dessa Democracia — "necessária para a portentosa construção do futuro da grandeza da pátria" — e até discutiu como seria aperfeiçoada.

A criação de mais partidos, segundo Geisel, seria um fato "nefasto ao país". E como seria, ainda segundo Geisel, "constrangedor" e igualmente "nefasto" a instituição do partido único, os dois partidos (MDB e ARENA) devem tornar-se instrumentos "exclusivos na participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela continuidade do sistema representativo". Desse modo, os estudantes, os operários, os bancários, enfim, qualquer classe disposta a participar da política dentro do regime democrático anunciado por Geisel só poderá fazê-lo através dos dois partidos permitidos, MDB ou ARENA. Para que caiba todo mundo, Geisel sugere que os partidos cresçam,

se desenvolvam. "Impõe-se dotá-los de capilaridade suficiente para que sua mensagem seja capaz de chegar até as menores e mais distantes unidades administrativas e possam eles captar, com fidelidade, as reais aspirações da população brasileira". E diz à juventude "que al (nos dois partidos permitidos) deverá encontrar ambiente sadio e adequado ao exercício da atividade política".

Mas falta ainda realizar reajustamentos fundamentais para aperfeiçoar o regime, admite Geisel. E esses reajustamentos, opina o presidente, dependem "em larga escala da eficiente motivação política do povo brasileiro". A tarefa de motivação deve ser entregue, "prioritariamente", aos partidos. Assim, a ARENA e o MDB motivariam o povo; e o povo, motivado, daria o apoio político essencial para que o governo promovesse esses reajustamentos que trariam o aperfeiçoamento do regime.

O governo, de sua parte, acrescenta Geisel, "está firmemente empenhado na melhoria dos padrões da vida política brasileira", procurando para tal a "pureza do sistema eleitoral". As ações do governo nesse sentido, citadas por Geisel, são: 1) A criação da lei que passou para a Justiça o encargo do transporte e a alimentação de eleitores da zona rural, medida encarada pelo presidente como um obstáculo definitivo "ao abuso do poder econômico nas eleições". 2) "Ao se aprimorar o direito dos partidos ao acesso gratuito às estações de rádio e televisão, proibiu-se a propaganda onerosa que favorecia os candidatos de maiores possibilidades financeiras". Com isso, finalmente teria alcançado a "igualdade entre os partidos" e a "igualdade entre os candidatos", como também asseguraria a participação nas disputas eleitorais dos "desprovidos de fortuna" em igualdade de condições. 3) "Por fim, limitou-se a ação dos governadores estaduais e municipais ao estritamente necessário à continuidade administrativa", providência que teria acabado de vez com a influência dos governos nas eleições.

Por outro lado, Geisel vê a campanha eleitoral para o pleito de 15 de novembro "caracterizada pela arregimentação e motivação do eleitorado" que, "livremente", reafirma, "comparecerá às urnas, sem pressões nem coação à autêntica manifestação de sua vontade soberana". E acredita que o êxito eleitoral da ARENA representará "a aprovação popular aos postulados básicos que enformam os governos revolucionários".

A ARENA, aliás, é definida por Geisel como "suporte político da revolução". "A ARENA não é e não deve ser um partido das unanimidades condicionais", diz. "mas um organismo vivo, onde o debate seja livre e todos participem efetivamente de suas decisões". "Todavia", acrescenta logo adiante, "uma vez estabelecidas as diretrizes, a disciplina em segui-las, entusiasticamente, é fundamental à vida partidária".

Foi na primeira parte do discurso, quando falou "como chefe político da Aliança Renovadora Nacional", que Geisel tratou dessas conceituações sobre o regime democrático da revolução e suas implicações. Na outra metade do discurso, falou "mais como responsável principal pelo governo da República" e abordou a questão da descompressão política e da institucionalização do regime ao referir-se "a alguns pronunciamentos que tendem a perturbar a vida da nação".

Geisel insistiu de novo que o seu governo promoverá "o máximo de desenvolvimento possível — econômico, social e também político — com o mínimo de segurança indispensável, garantindo inclusive que o governo deseja e está "empenhando-se o mais possível para que esta exigência de segurança venha gradativamente a reduzir-se". Em síntese, a descompressão será uma iniciativa do governo e, se vier, será

lentamente e de acordo com a oportunidade que convier ao governo.

Talvez a única novidade em todo o discurso é que, pela primeira vez, o general Geisel referiu-se aos direitos humanos. Segundo ele, os "direitos mais sagrados da pessoa humana" estariam sendo vilipendiados em outras nações onde a violência e o crime são fatos lamentáveis de todos os dias.

E para que não aconteçam no Brasil, "os órgãos de segurança continuarão atuantes, no combate perseverante, rigoroso mas sem excesso condenáveis, duro porém sem violências inúteis, pois lhes compete agir para salvaguarda das instituições e da ordem pública". "E dever do governo assegurar condições plenamente satisfatórias de liberdade, sem discriminações quaisquer", reiterou Geisel, especificando, no entanto, que o governo só propiciará liberdade a aqueles brasileiros "que, pacificamente, se dedicam ao trabalho construtivo, em proveito de si mesmos, de suas famílias e de sua pátria".

Finalmente, aos que estariam tentando apressar a descompressão política através de "pressões manipuladas sobre a opinião pública", o general Geisel dá um recado contido de duras ameaças: "Erram — e erram gravemente, porém — os que pensam poder apressar esse processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, contra o governo. Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora".

"E isso, eu lhes asseguro", enfatizou o general Geisel, "o governo não o permitirá". (Teodomiro Braga)

Lembrando um liberal

No final do mês passado, a Câmara e o Senado prestaram homenagem a um dos mais combativos representantes dos liberais da extinta União Democrática Nacional: Adauto Lúcio Cardoso, desaparecido no último mês de julho, depois de três décadas de presença na vida política do país.

De fato, desde a sua primeira prisão, em 1944, depois de discursar violentamente contra o Estado Novo no salão de audiências do Tribunal de Justiça do Rio, Adauto Lúcio Cardoso, mineiro de Curvelo, de 1904, manteve sempre, em todos os seus 30 anos de carreira partidária, as mesmas noções liberais de Democracia e de República. E, em muitas circunstâncias em que um oportunismo tático aconselharia a abstenção, defendeu-as.

CLASSIFICADOS DE OPINIÃO

tel. 346-3336

Eleições — 1

Desafiantes e desafiados

"Debate", v. t. e t. rel. — Discutir; disputar; contestar; int. conter; discutir; p. agitar-se muito, resistindo ou procurando saltar-se; estrebuchar".

"Debate", s. m. — Discussão; contestação; alteração; nome dado a poemas dialogados, da literatura medieval, particularmente alegóricos e satíricos". (Aurélio Buarque de Hollanda, *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*).

Os candidatos que desafiaram ou vêm sendo desafiados para debates na TV, preparativos das próximas eleições parlamentares de 15 de novembro, têm duas opções: desobedecer o dicionário ou a legislação eleitoral. "Agitar-se muito", por exemplo, não pode. Segundo o Código Eleitoral em vigor, os candidatos estão proibidos de criar no público "estados emocionais". Incontinências verbais ou excessos na gesticulação, idem. "Estrebuchar", evidentemente, menos ainda.

Ainda assim, Paulo Brossard e Nestor Jost, candidatos gaúchos às eleições para o Senado, mesmo impedidos de disseminar pelo país o conteúdo de suas campanhas — que se baseia no equilíbrio de possibilidades de vitória — espalharam uma louável epidemia de forma: a política volta à TV — 11 anos depois que os deputados Leonel Brizola e João Calmon saíram do ar arrastando suas cadeiras e partindo das palavras para a sumária agressão física, nos estúdios da TV Tupi, no Rio.

Há muito não se via tanto amor pelo combate televisado. Em São Paulo, Franco Montoro, senador pelo MDB, convidou todos os candidatos arenistas à Câmara e ao Senado para seguirem o exemplo gaúcho. No Rio, o afoito líder da ARENA na Assembleia Legislativa, Vitorino James, lança-se ao palco, em confronto com o ex-locutor radiofônico e atual líder estadual do MDB, Rubem Dourado.

Frata-se sem dúvida de fogo de palha — ou nem isso. Muitas das chamadas que ameaçam arder — a despeito das cuidadosas e insistentes observações do senador Petrólio Portella, presidente da ARENA, considerando os debates "antidemocráticos", porque "nem todos têm o dom da palavra" — sequer chegaram a acender. Ajudam, porém, pelo menos em termos de pirofotografia eleitoral, a acordar a palavra "debate" de um adormecido sono de seis anos nos dicionários políticos.

Na próxima semana, dia 9, às 22 horas, os telespectadores gaúchos poderão confrontar as respostas de Brossard com as de Jost, em nove perguntas sobre problemas sociais, políticos e econômicos, selecionadas por uma comissão de quatro integrantes do Clube de Repórteres Políticos do Rio Grande do Sul. Segundo anúncio os organizadores do debate, cada candidato terá cinco minutos para responder a uma pergunta, podendo replicar depois da palavra de seu interlocutor, se julgar necessário. Assim como este poderá recorrer à trépica.

Eis, em resumo, o *script* do programa. A ele não se poderá, em qualquer hipótese, dar o nome previsto no dicionário, de "contestação" — palavra que hoje conseguiu ir além de suas possibilidades etimológicas. Que os candidatos meçam as palavras. Mas não tanto que, contrariando as expectativas da classe política do país, acabem transformando o "debate", dentro do gosto medieval, em uma simples peça cômica.

Correspondendo ou não às expectativas, o debate televisado marcado para a próxima semana entre os candidatos ao Senado gaúcho, Nestor Jost e Paulo Brossard, já vem provocando nos meios políticos nacionais um debate paralelo de conteúdo trágico e forma cômica.

• Do senador Petrólio Portella, presidente nacional da ARENA, depois de declarar-se contrário aos debates

pela televisão, sobre a possibilidade de se coibir a proliferação da idéia através de dispositivos legais: "Tudo é uma questão de interpretação, um caso típico de hermenêutica".

• Do mesmo senador, explicando por que é contra o debate: "Nem todos os políticos têm o dom da eloquência e da palavra. Só os privilegiados. Por isso, o debate pela TV configura um procedimento antidemocrático".

• Do candidato gaúcho, Paulo Brossard, em resposta a Portella: "Não devemos perder tempo com o senador do Piani. Política é coisa séria".

• Do candidato ao Senado, pela ARENA carioca, o vetusto professor Gama Filho, presidente regional do partido, sobre suas disponibilidades para os debates televisados: "Em nenhuma hipótese compareço a um. Nem como candidato ao Senado nem como presidente do partido".

Eleições — 2

Contratando dentro do prazo

Em breve telegrama dirigido aos governadores, o presidente da República, general Ernesto Geisel, no fim do mês passado, manifestou sua confiança no cumprimento da nova lei eleitoral em vigor — que, entre outras coisas, proíbe as nomeações e contratações no serviço público no período pré-eleitoral e fixa como atribuições da Justiça Eleitoral, a alimentação e o transporte dos eleitores rurais nos dias de disputa.

Como uma ingrata coincidência, no mesmo dia, em João Pessoa, a bancada oposicionista da Assembleia Legislativa da Paraíba, através do deputado Rui Gouveia, denunciava a nomeação de 441 pessoas para cargos públicos relacionadas no Diário Oficial do dia 14 do mês passado. E na segunda-feira da semana passada, o *Jornal do Brasil* calculava em 30 mil o número de funcionários nomeados em 10 dias em apenas seis Estados do país. (1)

Curiosamente, a própria lei — ao fixar em 15 de agosto, o prazo limite para admissão de funcionários no serviço público — justificava de certa forma a enxurrada de nomeações e fornecia aos governadores um extenso rol de explicações. "Procedi dentro das mais rigorosas exigências do espírito público" — argumentava o governador da Paraíba, Ernani Sátiro — "Não tenho do que me arrepender ou me penitenciar. Grande parte das nomeações são de rotina, destinando-se ao preenchimento de vagas no magistério de primeiro grau". "Dos sete mil contratados, cinco mil são para a Secretaria de Educação, que, sozinha, conta com a metade do funcionalismo estadual. Com o atual boom no Estado em todos os setores básicos, o crescimento do pessoal é necessário para fazer face aos novos serviços", defendia-se, por sua vez, o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. "Os vencimentos não são convidativos e, por isso, às vezes ocorre até casos de abandono de emprego", tentava emocionar o secretário de Administração, José Gomes Domingues, de Minas, onde o governador Rondon Pacheco nomeou 5 mil e 300 servidores à última hora.

Além desta espantosa constatação

(1) Foram nomeados, segundo levantamento do *Jornal do Brasil* no Rio Grande do Sul, em dois dias (14 e 15 de agosto), 6723 servidores; em São Paulo, 2298; em Minas, 5 mil; no Estado do Rio, 6 mil; em Pernambuco, 3 mil; e na Bahia, quase 7 mil.

estatística, porém, os limites entre as contratações técnicas ou de concursados e as contratações simplesmente eleitorais são dificilmente perceptíveis a olho nu. Mas se permanecem indagações sobre essa novidade sancionadora da nova lei, menor não é a expectativa diante do comportamento da Justiça Eleitoral em suas novas tarefas previstas — de alimentar e transportar o eleitorado rural.

Seu desempenho ganha em importância diante do papel atribuído ao eleitor do campo no atual sistema eleitoral. A ele cabem as responsabilidades mais amplas de participação direta no processo de escolha de seus representantes (2), ainda que continuem, paralelamente, a concentrar as maiores preocupações do Poder Público.

A inclusão da alimentação e transporte gratuitos na nova lei eleitoral é uma prova de que as intenções sancionadoras ainda esbarram em uma realidade de excessiva influência do poder econômico (ver matéria *A Fraude e Suas Técnicas*, página 18). Encampando idéia do deputado pernambucano Etelvino Lins, a lei fixou essas duas novas atribuições da Justiça Eleitoral como mais uma tentativa de retirar dos candidatos ricos, seus grandes e tradicionais trunfos de barganha eleitoral.

Apesar do ceticismo de muitos quanto à eficácia profilática da medida, nem o governo nem o próprio autor previram entre seus cálculos, que a idéia operasse milagres. O caminho parece ser ainda longo demais até o saneamento integral nas eleições do país. Isso não impede, contudo, que continue a ser trilhado.

Porque, de resto, minar a representatividade do voto sempre foi o atalho mais curto que conduziu às ditaduras. Dessa forma, para os que se preocupam com o amadurecimento da estrutura eleitoral do país, nada mais contraproducente do que a simples denúncia de suas mazelas. A experiência demonstra, com cristalina clareza, que tal atitude antes do desejado aprimoramento, provocou sempre a simples e sumária supressão do voto.

(2) Ainda que não existam estatísticas atualizadas, o eleitorado rural continua sendo majoritário no Brasil. Com a fixação de eleições indiretas para os governos estaduais e de nomeação pelos governadores de prefeitos de todas as capitais e cidades incluídas nas chamadas áreas de segurança nacional, só os eleitores dos municípios do interior escolhem atualmente, através do voto direto, representantes para postos executivos — especificamente seus prefeitos.

Violência — 1

A exceção e a regra

Sábado, dia 17, 3h15m. O rangido de pneus e os gritos acordaram Raimunda do Espírito Santo, moradora à Rua das Rosas, em Vila de Cava, Nova Iguaçu. Ela chegou à janela a tempo de ver a cena brutal. Encostados a uma parede, mãos na cabeça, de costas para a rua, dois rapazes pediam clemência aos três policiais que apontavam suas metralhadoras para eles. Raimunda recuou, horrorizada, mas pela janela entreaberta testemunhou o fuzilamento. Os rapazes tombaram; um dos policiais foi até eles, iluminando-os com uma lanterna para conferir: estavam mortos. Os três correram, então, entraram no carro-patrulha em que tinham chegado, e fugiram.

A cena, contada assim dois dias depois, num jornal, emocionaria muitos leitores, entre eles o presidente Ernesto Geisel, que solicitaria, através do ministro da Justiça, ao governador do Estado do Rio, providências para descobrir e punir os "perversos executores".

Parágrafos que se seguem, no jornal, à notícia do fuzilamento de Pedro Paulo da Silva, 17 anos, e seu amigo até agora não identificado, na Rua das Rosas:

"Há mais dois corpos de executados no necrotério de Nova Iguaçu. Eles foram encontrados ontem, em Queimados. Um desconhecido avisou à polícia que, no leito do rio Abel, tinha um Volkswagen tombado e, perto dele, dois cadáveres. A possibilidade de um acidente foi afastada quando a polícia chegou ao local: os dois mortos tinham na testa, cada um, uma marca de bala".

E no parágrafo seguinte: "Há um mês, Hildo da Silva, 'maconheiro conhecido', segundo a polícia, teria baleado na perna o detetive Messias, da 29.^a DP. Ontem ele foi achado morto, com um tiro no peito, num terreno baldio da Rua Monsenhor Inácio Silva, em Turiaçu. Perto dele, morto com três tiros, estava outro homem, identificado apenas como Nego, morador na Favela Vai-Quem-Quer. Hildo tinha no bolso C\$ 548".

Rua das Rosas, em Vila de Cava, Nova Iguaçu, e suas vizinhas — das Acácias, das Violetas, das Camélias, etc. — bem poderiam simbolizar o dilema em que vive grande parte da população da oitava cidade do país (1,2 milhão de habitantes, segundo os cálculos otimistas do seu prefeito): desprotegidos o bastante para não merecer a proteção policial (a subdelegacia de Vila de Cava, sem carro ou telefone, é apenas um arremedo), eles descobrem que os assaltantes, de quem geralmente são as vítimas, são, quase sempre, rapazes saídos do seu próprio meio (há uma semana, três homens assaltaram um ônibus em Nova Iguaçu, e arrecadaram, do cobrador e 11 passageiros, um total de C\$ 191). Esses rapazes, cujas limitações (ou necessidades) levam a repartir C\$ 191 arrecadados, num assalto, são, geralmente, os executados de fins-de-semana na Baixada Fluminense, principalmente em Nova Iguaçu. (Aguinaldo Silva)

Violência — 2

Correinha e suas reivindicações

Ensina os estrategistas que mesmo as piores rendições impõem certas condições aos vencedores. Seria esse o caso de Astorice Correia de Paula e Silva, o *Correinha*, ex-professor primário, ex-bancário, terceiranista de Direito, e ex-investigador de polícia, de 31 anos, e desde 1971 envolvido em crimes atribuídos ao chamado Esquadrão da Morte?

Condenado a 16 anos de reclusão pelo 1.^o Tribunal do Juri de São Paulo, *Correinha* havia fugido, no dia 23 de agosto, da porta do distrito policial de Campo Belo (onde cumpria pena em prisão especial), ao ser transferido para a Penitenciária do Estado. No dia seguinte, com toda a polícia paulista mobilizada para a sua captura — "considerando os antecedentes já existentes" e sua "alta periculosidade", segundo o secretário de Segurança — *Correinha* se apresentou à polícia, mas impôs uma condição: a manutenção da prisão especial que ele havia perdido ao ter confirmada sua condenação.

Durante a madrugada do dia 24 de agosto ele procurou o delegado Sérgio Castro Pontes, das Rondas Unificadas do Departamento Estadual de Investigações Criminais, para convencê-lo dos inconvenientes de sua transferência para a Penitenciária do Estado, onde, segundo alguns, poderia encontrar várias pessoas que prendeu. Esses entendimentos foram feitos também com o juiz Renato Talli, corregedor dos Presídios e da Polícia Judiciária, que imediatamente autorizou o benefício de prisão especial para *Correinha*, a ser cumprida numa dependência do Palácio da Polícia.

MBR

A estratégia do fato consumado

A estratégia da MBR — Mineração Brasileira Reunidas — para exploração do minério de ferro da Mina de Aguas Claras, na Serra do Curral, em Belo Horizonte, segundo funcionários seus, era acelerar ao máximo os trabalhos na área da Serra que está voltada para Belo Horizonte. Como sua exploração acarretaria, naturalmente, maiores problemas para a população da cidade, os possíveis protestos contra a empresa seriam inúteis diante do fato consumado.

Os protestos, porém, surgiram mais cedo do que imaginaram: praticamente no início dos trabalhos, quando as violentas explosões de dinamite começaram a estremecer as casas, quebrando vidros, estragando portas e janelas, além de abalar a estrutura de alguns prédios vizinhos. E quando grandes nuvens de pó de minério, levantadas pelas explosões, começaram a descer sobre os bairros mais próximos, poluindo a atmosfera.

Ainda assim a reação da MBR aos protestos tem sido, simplesmente, a de acelerar mais os trabalhos de exploração do minério, mesmo sob o risco de aumentar consideravelmente os acidentes.

Enquanto isso, o descarrilamento de uma composição de 85 vagões, abarrotados de minério da MBR, interrompeu, mais uma vez, a ligação ferroviária entre Belo Horizonte e a Guanabara, nas proximidades da cidade de Santos Dumont. Os constantes descarrilamentos de trens da MBR (este é o septuagésimo quinto ocorrido em 1974) já estão ficando caros demais para o Estado, pois o escoamento de seus produtos em direção ao litoral vem sendo constantemente paralisado. A situação chegou a um ponto tão crítico que a Usiminas, em relatório ao Ministério das Minas e Energia, afirmou, delicadamente, que a expansão de sua produção de aço em Ipatinga, estava seriamente ameaçada pelos problemas criados com a Central do Brasil, por causa do transporte de minério da MBR.

O descarrilamento também antecipou, em 16 dias, a paralisação do tráfego do chamado trem de luxo da Central — o Vera Cruz — que, antes da MBR transportar seu minério pela ferrovia, trafegava religiosamente, todos os dias, entre Belo Horizonte e o Rio. A paralisação por tempo indeterminado do Vera Cruz estava prevista, inicialmente, para o dia 31 de agosto, sob a alegação de que a Rede Ferroviária Federal precisava substituir 16 das 18 pontes condeçadas por técnicos do Banco Mundial e que, segundo a Central, poderiam desabar a qualquer momento, até mesmo com o Vera Cruz. No entanto, no mesmo período, os quatro trens de minérios da MBR continuaram trafegando diariamente pela estrada, levando para o Rio seus 76 (as vezes até 85, como no dia do descarrilamento) vagões, pesando cada um mais de 80 toneladas.

Estes fatos contribuíram de forma decisiva para o recrudescimento dos protestos, exigindo a interrupção das atividades da MBR. Comenta-se em Belo Horizonte que o governo federal estaria, sigilosamente, estudando algumas medidas para resolver definitivamente a situação. O *Jornal de Minas*, que comanda uma espalhafatosa campanha contra a empresa, divulgou um relatório, elaborado em 1961 pelo grupo de estudos e planejamento de segurança nacional do Exército, sob a direção do então tenente-coronel Humberto de Souza e Melo (atual chefe do Estado-Maior das Forças Armadas), que concluiu, depois de longos e cautelosos estudos, que o "projeto da Mineração Hannaco Ltda. — atualmente MBR — nos termos em que está concebido, é inaceitável, não só do ponto de vista econômico como do ponto de vista psico-social". (Luís Bernardes)

Debate Institucional

A história se repete

(a revisão atual do Conselho do Estado, o poder moderador da Monarquia)

José Honório Rodrigues (1)

No Brasil tivemos três Conselhos de Estado. O primeiro foi criado em 1822 e exerceu um papel muito importante para a proclamação da Independência. Sob inspiração de José Bonifácio e reunindo vários representantes das províncias, o chamado Conselho de Procuradores foi idealizado como uma espécie de órgão de manutenção da unidade provincial para enfrentar os problemas da Independência. Foi uma reunião do Conselho, a 2 de setembro, presidida pela princesa D. Leopoldina, que esclareceu D. Pedro para a decisão tomada nas margens do Ipiranga.

Esse Conselho foi também o primeiro passo para uma Assembleia Constituinte: o que todos os liberais queriam, na verdade, não era um Conselho do Imperador, mas sim uma Constituinte. Por isso, eles pressionaram para que fosse feita logo em seguida à proclamação a convocação da Assembleia Constituinte. E uma de suas primeiras medidas foi acabar com o Conselho de Procuradores. Como representante da soberania popular a Assembleia Constituinte considerava desnecessária a existência desse Conselho.

O segundo Conselho foi criado por D. Pedro logo depois de ter dissolvido a Assembleia Constituinte, em 1823. Uma de suas missões era elaborar e outorgar a Constituição. E foi contra essa Constituição outorgada que se fez

a Revolução de Pernambuco, a chamada Confederação do Equador, em 1824.

Em 1834 esse Conselho de Estado foi novamente liquidado pelo Ato Adicional, um ato dos liberais, que deu uma certa autonomia às províncias. Assim, o Conselho de Estado foi, por duas vezes, atacado e destruído pelos próprios liberais insatisfeitos com uma instituição que fortalecia o poder Executivo e retirava do poder Legislativo a força natural adquirida no exercício da soberania popular.

No Movimento da Maioridade em 1841, quando D. Pedro não havia completado 15 anos, a primeira medida tomada pelos conservadores foi a criação do Conselho de Estado, que

(1) Historiador e membro da Academia Brasileira de Letras. José Honório Rodrigues estudou amplamente o papel desempenhando pelo Conselho de Estado na Monarquia em suas duas obras mais recentes, editadas sob o patrocínio do Senado Federal: *O Parlamento e a Evolução Nacional* e *O Conselho de Estado. Em depoimento gravado para Opinião, ele analisa a instituição da Monarquia e a compara com as recentes sugestões, promovidas sobretudo pelo senador Daniel Krieger, de reaproveitamento da idéia do Conselho de Estado dentro dos debates institucionais do momento.*

servia ao poder moderador.

É esse Conselho exatamente o que maior influência exerceu no Brasil. A sua criação provocou um dos maiores debates parlamentares da História: de um lado, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que chefiava a corrente conservadora favorável à criação do Conselho de Estado, e, do outro, Paula e Sousa, pelos liberais contrário ao Conselho. Os debates foram realmente uma das coisas mais extraordinárias da história parlamentar ocupando quase 800 páginas de discussões no Senado.

O terceiro Conselho de Estado que durou até o fim do Império é talvez o de maior importância: primeiro, porque o imperador era um jovem de menos de 15 anos e, segundo, porque representava um poder que pela própria Constituição de 1824 era inviolável e irresponsável (ou seja, o imperador não podia ser responsabilizado por ato algum). Para se fazer um grande projeto, como, por exemplo, o da escravidão, era necessário primeiro que ele fosse discutido junto aos Conselheiros de Estado, como poder moderador, sob a presidência de D. Pedro. Assim foi feito com quase todos os grandes problemas brasileiros do tempo do Império. Não só os projetos nasciam no Conselho de Estado, como também ali terminavam, pois o imperador não sancionava lei alguma sem antes ouvir seus con-

selheiros. Tratava-se assim de um Conselho de Estado não só para assistir a um jovem, no princípio, e quando adulto, um poder irresponsável. Somente foi abolido pelos republicanos, que se julgavam também liberais, que se julgavam também liberais.

Houve uma tentativa de criação de um Conselho de Estado durante a República, proposta pelo senador Arnolfo de Azevedo e apoiado por Afrânio de Melo Franco, em 1910. Mas esse projeto não foi adiante pois a República nunca simpatizou com a idéia de um Conselho de Estado. É importante o fato porque no Império o poder moderador foi acusado pelos liberais de exercer aquilo que eles chamavam de *imperialismo*. Imperialismo é uma palavra que no Brasil teve um sentido específico, fora do sentido geral, universal. Significava o excesso do poder imperial, um poder excessivo do imperador que era exercido através do poder Executivo (o Ministério) e do poder Moderador. Dessa forma os liberais eram contra o Conselho de Estado, porque este fortalecia o poder Imperial e diminuía o da Câmara. E não havia nenhuma brecha para que os liberais alcançassem o poder, porque a monarquia era um sistema politicamente fechado, um sistema de círculo de ferro.

Diante do papel exercido pelo Conselho de Estado durante a monarquia, pelo que esse poder representou no passado, só podemos concluir que as sugestões para criação de um Conselho de Estado, no momento atual, são inoportunas.

O que caracteriza o Brasil atualmente é excesso do poder Executivo, provocando uma desarmonia ou desequilíbrio entre os três poderes. E naturalmente o que todos os democratas e liberais pretendem é que haja um Estado de Direito com os

poderes em exercício harmônico. É por isso, que nós estamos sempre almejando o fortalecimento do poder legislativo, o fortalecimento do poder judiciário.

Além disso, nós vivemos numa República, num regime federativo e não vejo como conciliar o Conselho de Estado com esse modelo representativo. Só se fossem criadas condições completamente diferentes daquelas para o qual ele foi criado no Império, um Conselho não consultivo para matérias de leis, um Conselho Administrativo. Mas isso é desnecessário nesse momento.

É verdade que não há muita informação sobre a sugestão do senador Daniel Krieger. Mas a idéia em si não é liberal e não atende aspirações liberais. Acho que há realmente uma contradição entre o liberalismo político e a criação do Conselho de Estado proposta pelo senador Krieger, que teve formação num partido liberal e que tem hoje responsabilidades liberais.

Em princípio, pelas poucas informações que se tem, o Conselho de Estado seria composto pelos ministros militares, os presidentes da Câmara e do Senado, os líderes do governo no Congresso, o presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro da Justiça e mais determinados representantes de associações de classe. Ora, esse aspecto foi exatamente um dos mais combatidos pelos liberais. Quem são as criaturas que vão ser nomeadas para o Conselho? Fazem parte do poder Executivo? Não estão ligadas ao poder Executivo? Ou vai ser simplesmente um Conselho dos améns? Um Conselho nos moldes propostos só irá reforçar o poder Executivo, que já é um poder monopolizador dos demais poderes. E, afinal, como poderemos chegar ao Estado de Direito sem o equilíbrio dos poderes?

Pescadores

Muitos problemas, poucas soluções

Entrepósito de Pesca da Praça XV, Rio, 3 horas da madrugada de 21 de agosto. Movimento intenso de compra e venda. O vai-e-vem dos pescadores de repente, porém, vira tumulto. Os vinte e seis tripulantes do barco "Comandante Sampaio", da Colônia de Pesca do Caju, investem contra os caminhões com placa de Itajaí-Santa Catarina — e, armados de remos e pedaços de pau, derramam os cestos de sardinhas catarinenses. O pregoeiro Aristides da Guia é jogado ao chão a empurrões. O entreposto se agita. A polícia chega e dissolve a confusão.

Aparentemente, os pacatos pescadores da Colônia do Caju haviam-se transformado em vândalos. A história, contudo, é diferente. Depois de quatro dias no mar, afugentados pelos temporais das últimas semanas que tornaram difíceis os cardumes, eles voltavam à terra com apenas 15 toneladas de sardinha. E enfrentavam, já no entreposto da Praça XV, o pior: não havia colocação para o produto no mercado.

Para os intermediários — pregoeiros e atravessadores — do principal entreposto de peixe da Guanabara, o problema era dos pescadores. Eles que o resolvessem. Chegando antes com suas sardinhas de Santa Catarina — trazidas, congeladas, nos caminhões — ao preço de Cr\$ 300,00 a caixa de 100 quilos, podiam até mesmo rebaixar o preço de sua mercadoria. Como de fato aconteceu quando os pescadores chegaram, pedindo Cr\$ 200,00 pela mesma caixa: o pescado catarinense baixou milagrosamente de Cr\$ 300,00 para Cr\$ 150,00.

Entre a perspectiva de vender o produto para as indústrias de sardinhas enlatadas — a Cr\$ 60,00 — e as de farinha de peixe — a Cr\$ 30,00, como acabou acontecendo — os pescadores acabaram perdendo a calma. Mais tarde, enquanto a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) silenciava sobre o assunto e um inquérito era instaurado

na 13ª Delegacia Policial, a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) convocava o presidente da Cooperativa Mista dos Pescadores do Caju, Alcebades Dantas, coronel da reserva, "para prestar esclarecimentos".

Sem dúvida, muitos esclarecimentos eram necessários: na madrugada do incidente, o único funcionário da CIBRAZEM de plantão sumiu misteriosamente e ao órgão constava a informação — de fonte desconhecida — de que o incidente teria ocorrido na área interna do entreposto. Provar o contrário foi fácil para o presidente da Cooperativa, mas sua fisiognomia tensa traduzia preocupações maiores: naturalmente, o problema não se resumia a simples esclarecimentos.

Na madrugada seguinte, quando o pescado alcançou o preço de Cr\$ 105,00, o temeroso pregoeiro Aristides e seus amigos dariam provas patéticas disso: um largo sorriso de alívio com a presença de policiamento capaz de os preservar de danos ainda maiores, porque ao invés de apenas um, como na noite anterior, chegaram cinco barcos, com 140 pescadores.

Do produtor ao consumidor

O leiloeiro Aristides, dono de barco que conseguiu chegar à estratégica posição de presidente do Sindicato dos Armadores de Pesca, é um personagem bem conhecido dos pescadores. No mercado, eles vendem baixo seu produto, segundo as ofertas de leiloeiros como Aristides, para vê-lo valorizado logo em seguida pelos intermediários junto ao consumidor.

Para o pescador Júlio, ainda que não seja esse o único problema, a concorrência é desleal e muitas vezes com o apoio oficial. "A CIBRAZEM", diz ele, "permite esse comércio e a nossa sardinha que pode ser vendida no entreposto a Cr\$ 0,50, ou menos, chega ao consumidor a Cr\$ 5,00 o quilo, ou mais".

No entreposto da Praça XV,

comercializa-se a maior parte da produção de pesca na Guanabara, da qual 80% pertencem à Colônia do Caju, segundo dados da SUDEPE.

Das outras oito colônias entram os 20% restantes, com outros tipos de peixe (tainha, pescadinha, curvina e camarão) insuficientes para atender à demanda — o que por si só torna o peixe um produto de luxo.

Peixes raros, como o badejo e a cavala, chegam ao mercado por Cr\$ 8,00 o quilo, mas não podem ser comprados por menos de Cr\$ 16,00 depois dos sucessivos aumentos entre os intermediários.

Presidente de uma cooperativa que produziu 40 mil das pouco mais de 42 mil toneladas de pescado da Guanabara em 1973, o pescador Júlio pensava que a sua associação, fundada em 1965, representasse um rompimento com a época artesanal em que os pescadores eram obrigados a trabalhar em pequenos botes, dias e dias em alto mar, sempre na incerteza de resultados.

A organização da Cooperativa Mista dos Pescadores do Caju (que reuniu 300 donos de barcos e 2200 pequenos pescadores artesanais) tornou-se uma esperança, e, para os mais otimistas, uma solução.

Resolvendo juntos o problema da produção, pensavam unir-se também para resolver o da comercialização, com a eliminação dos pregoeiros — que cobram de 6 a 10% da venda para leiloar o pescado — e os atravessadores — que desvalorizam o pescado para obter maiores lucros de até mil por cento junto ao consumidor.

Aparentemente, tudo poderia ser resolvido dessa forma. Contudo, os intermediários demonstraram que é preciso bem mais do que uma simples cooperativa de pescadores para os derrotar. "Únicos a conseguir credenciais para leiloar e comprar no entreposto, eles são os maiores responsáveis pelo alto preço do peixe" — afirma enfaticamente o português Lúlio de Gregório, dono de dois

barcos. "A CIBRAZEM deveria estar à disposição dos produtores de peixe, mas se coloca ao lado dos que aumentam o preço". Os donos de barco da cooperativa, mesmo com rendimentos 18 vezes superiores aos dos pescadores, (se, por exemplo, um barco com 30 tripulantes arrecada no final da viagem Cr\$ 29 mil, o dono fica com Cr\$ 11 mil e cada pescador com Cr\$ 600 cruzeiros), consideram excessivo o custo médio de Cr\$ 8 mil para cada ida ao mar — dos 300 em princípio reunidos na Cooperativa, 60 já desistiram.

Enfrentando o mau tempo

Entre os pescadores, a revolta atinge suas maiores proporções. Passando sempre um mínimo de quatro dias no mar, a maior preocupação é garantir no retorno, o necessário para a manutenção da família até a próxima viagem. Mas, nem as traineiras equipadas com rádio, sonar e sonda conseguem evitar as consequências de temporais como os das duas últimas semanas, que afastaram os cardumes de sardinhas.

Para os pescadores do revoltoso Comandante Sampaio, a chegada no entreposto significava vender a pequena produção obtida ao preço de mercado para evitar o preço irrisório oferecido pelas indústrias, que se queixam estranhamente de escassez de sardinhas. Para as indústrias, o preço ideal é de Cr\$ 25,00 ou Cr\$ 30,00 a caixa, com uma grande parte destinada à farinha de peixe.

Antes mesmo de produzir o pensamento absurdo de que os pescadores pescam pouco para vender caro, as 14 indústrias que compram o pescado da Cooperativa deveriam cumprir a lei. Ao receberem incentivos fiscais, em 1967, a SUDEPE favoreceu aquelas que apresentaram projetos prevendo a captura de peixes — com frotas próprias para a industrialização e comercialização do pescado. Das indústrias que operam na Guanabara,

entretanto, apenas a VIVAMAR — com dez barcos entre 5 e 10 toneladas — e a FRIPESCA — com três camaroneiros — teriam cumprido o primeiro item, segundo trabalho feito pelo Projeto de Desenvolvimento da Pesca (PDP) órgão da SUDEPE.

A Cooperativa Mista dos Pescadores do Caju nunca chegaram incentivos como informia, transbordando, o coronel Alcebades Dantas. A situação da Cooperativa não é animadora e os problemas são muitos. A tentativa de conseguir investimentos para o projeto de uma fábrica de gelo, de uma câmara frigorífica e renovação da antiga frota de 60 traineiras — algumas com mais de 20 anos de uso — levou a cooperativa a procurar o secretário de Finanças da Guanabara, Heitor Schiller, que curiosamente os encaminhara às embaixadas dos Estados Unidos e do Japão, por meio de uma carta de apresentação na qual revelava a produção da Cooperativa do Caju e sugeria uma "cooperação de interesses" com investidores desses países.

Uma área cedida pelo governo estadual à NOLIPESCA, em 1967 — empresa que prometia ali industrializar o pescado num máximo de três anos e nunca cumpriu — poderá resolver o problema mediante o pagamento de Cr\$ 32 mil pela concessão. Mas, o que não se sabe é se os estaleiros — mesmo obtendo de graça a área atual dos pescadores — estarão dispostos a fazer a dragagem do terreno, que é pantanoso. E se igualmente se dispõem a liquidar a dívida que surgiu com a NOLIPESCA.

Sob a pressão do mercado, no entreposto e nas indústrias — que pretensamente não confiam nos produtos de fora —, com sua área de trabalho ameaçada e à procura de financiamentos pouco saudáveis, os pescadores continuarão tendo madrugadas difíceis... e violentas até. (Luís Carlos Anthero)

O debate a respeito do monopólio estatal do petróleo

Definindo a política?

Num espaço de menos de dois meses, o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, fez três declarações públicas sobre o monopólio estatal do petróleo. Em todas as oportunidades, as palavras do ministro eram cuidadosamente anotadas por aqueles que seguiam com atenção a polêmica que se tratava basicamente em torno de uma nova estratégia para a pesquisa e a exploração do petróleo no país, especificamente sobre a possibilidade de se reinterpretar o texto da lei que estabeleceu o monopólio estatal da pesquisa, extração e refino de petróleo no país.

Dos três pronunciamentos do ministro Ueki, o terceiro, feito há duas semanas, é mais claro em relação aos anteriores, segundo sua versão publicada pelo *Jornal do Brasil*: a declaração de Ueki deixa explícito que o governo não cogita de compartilhar a pesquisa e a exploração do petróleo no país com companhias estrangeiras, seja através de contratos de concessão, seja através de contratos de serviço. Essa última fórmula — a de contratos de serviço — estava sendo engenhosamente sugerida como a maneira pragmática de a Petrobrás trabalhar com companhias estrangeiras, "sem ferir o monopólio estatal do petróleo". A empresa estatal permitiria que grupos estrangeiros se encarregassem de pesquisar petróleo em algumas áreas do país; se obtivessem sucesso, o petróleo seria repartido entre a Petrobrás e a companhia que o tivesse encontrado.

Disse finalmente o ministro das Minas e Energia, segundo o *JB*, que é decisão governamental não negociar concessões ou contratos de serviços com empresas petrolíferas estrangeiras para pesquisar petróleo em território nacional. "Não vamos nem pensar, absolutamente, em modificar a Lei 2.004, que criou o monopólio estatal", afirmou. "Pelos serviços prestados ao país e pelos que vem prestando, sou de opinião que a Petrobrás é intocável" — disse Ueki. Nas vezes anteriores, o ministro sustentava igualmente que o monopólio seria cumprido fielmente e que a Petrobrás não estava negociando contratos com empresas estrangeiras. Naquelas ocasiões porém acrescentava: "Se amanhã houver esta necessidade (dos contratos de serviço), sem ferir a lei do monopólio, poderemos estudar o assunto". O que

muitos não entendiam é de que maneira as empresas estrangeiras poderiam ingressar no setor de exploração do petróleo no país, sem ferir a lei do monopólio.

Antes que o ministro fizesse seu último pronunciamento, a discussão ampliou: foi alimentada por informações divulgadas no exterior, por pronunciamentos de técnicos e políticos e por informações da própria Petrobrás sobre novas descobertas de petróleo no país.

1— No final de julho, quando o general Vernon Walters — vice-diretor da Central Intelligence Agency, e que serviu no país durante muitos anos — veio ao Brasil para, segundo ele, rever amigos, especulava-se que um dos possíveis motivos reais de sua visita seria o de sondar o sentimento do governo em relação a uma modificação da posição a respeito do monopólio estatal do petróleo.

2— O jornal americano *The New York Times*, em artigo assinado por sua correspondente no Brasil, afirmou que "fontes do Ministério das Minas e Energia" haviam dito que uma suspensão do monopólio estatal do petróleo estava "em estudos" e que o governo poderia admitir "alguma forma de contrato de serviço". E acrescentava: "A Mobil, a Chevron e outras companhias estrangeiras disseram estar esperando em fila para entrar".

3— Dois economistas — Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira — ambos assessores do presidente Getúlio Vargas com destacada participação na formulação da Lei 2.004 — manifestaram seu ceticismo em relação à idéia de que, fazendo contratos de serviço com empresas estrangeiras, a Petrobrás poderia acelerar a descoberta de petróleo no país — um dos principais argumentos dos que defendem esses contratos. Em artigo no semanário *Crítica*, Jesus Soares Pereira perguntava: "como admitir, sem mais nem menos, que a política de porta aberta para os investimentos das empresas petrolíferas internacionais, ao contrário dos do monopólio estatal,



conduziria a pesquisas mais intensas e com maiores êxitos do que as realizadas pela Petrobrás? Quem garantiria que as multinacionais haveriam de aplicar meio bilhão de dólares na Amazônia brasileira, durante 12 anos (como fez a Petrobrás)? Para ele, um dos efeitos provocados pela elevação dos preços do petróleo no mercado internacional foi o de incentivar o esforço de pesquisa por parte da Petrobrás. "Oxalá", concluía, "seja esse efeito mais fecundo do que o de concitar à abertura das pesquisas e da produção às multinacionais — "saída" para o problema que vai sendo aventada aqui e ali, numa frequência que se assemelha à dos primórdios da

campanha nacional do petróleo, cujo desfecho foi a criação da Petrobrás".

4— As informações mais recentes sobre os êxitos obtidos pela Petrobrás, particularmente na plataforma continental, pareciam ser mais um desmentido àqueles que argumentavam que a empresa estatal não tinha condições financeiras e tecnológicas de encaminhar a pesquisa de petróleo no país. Falando na assembléia dos acionistas da Petrobrás, realizada no dia 15 de agosto, o presidente da empresa, almirante Faria Lima, anunciou os novos sucessos obtidos na plataforma continental, destacando o campo de Mero, na costa do Alagoas, descoberto em junho desse ano, com

produção de 12 mil barris por dia — a maior do país — e que poderá aumentar quando forem concluídos os trabalhos de delimitação de sua capacidade. O campo de Mero foi qualificado por Faria Lima como "a mais recente e importante descoberta da Petrobrás na plataforma continental brasileira".

5— No dia 20 último — dois dias antes do ministro Ueki voltar a abordar o problema do monopólio — o deputado Aldo Fagundes, do MDB gaúcho, pediu que o ministro das Minas e Energia esclarecesse definitivamente a opinião pública "sobre o que existe de verdadeiro a respeito da associação da Petrobrás com empresas estrangeiras". No dia seguinte, o senador Jarbas Passarinho (ARENA, Pará), ex-ministro do Trabalho do governo Costa e Silva e da Educação do governo Medici, em discurso no Senado também defendeu o monopólio estatal do petróleo. Disse que os argumentos agora utilizados contra ele, eram "quase os mesmos que queriam impedir a criação da Petrobrás, apesar da radical mudança da conjuntura mundial de hoje". Antigo superintendente da Petrobrás na Amazônia em fins da década de 50, o ex-ministro da Educação disse que o problema do petróleo tinha que ser resolvido dentro do Brasil. Afirmou que os que acreditam na entrada de companhias estrangeiras no setor de pesquisa "esquecem-se que, devido à própria característica exploratória privada do petróleo, essas companhias jamais se lançam com força no período exploratório" e que "só redobram o número de seus equipamentos quando a primeira jazida de petróleo é descoberta". Com isso, repetia os argumentos do economista Rômulo de Almeida (ver *Opinião*, n.º 93, *Da Geologia à Tecnologia*).

É provável que diante dessa discussão de um tema explosivo feita fora dos limites oficiais, o ministro Ueki tenha finalmente recebido instruções para definir a posição do governo.

Ao desmentir que esteja pensando em realizar contratos de serviço com companhias estrangeiras o governo parece ter, pelo menos por enquanto, desistido de estimular a busca de fórmulas mágicas que permitissem abrandar o monopólio estatal do petróleo e, ao mesmo tempo, defender sua incolumidade.

Existe uma política brasileira dos preços de suas matérias-primas no mercado internacional? Ou existem tantas políticas quantos forem os problemas que o país tem de resolver nesse setor? Três histórias:

1) **A história do café** — O Brasil está enfrentando grandes dificuldades no mercado internacional do café: a procura está pequena os preços estão baixos e já se diz que a receita de exportação brasileira este ano será de meio bilhão de dólares inferior ao previsto. Como mais importante produtor de café do mundo, o Brasil parece orientado na tentativa de manter certa unidade entre os produtores, visando controlar a oferta e assim evitar no mercado internacional uma superabundância que faria os preços baixarem mais ainda. Juntamente com outros países — principalmente Colômbia, Costa do Marfim e Portugal, que também são grandes produtores — o Brasil organizou uma empresa, a Café Mundial, com o objetivo de harmonizar a política do café impedindo que cada produtor trace a sua de forma isolada, prejudicando os demais, e, por um efeito de retorno, também a si mesmo. Como toda tentativa eficaz de controlar a oferta, o êxito da Café Mundial depende de que seus sócios cheguem a um acordo sobre a cota que cada um deve oferecer no mercado, bem como sobre os preços mínimos que deve exigir. Preocupado mesmo com a atual situação do mercado internacional do café — onde os grandes importadores norte-americanos e europeus vem conseguindo derrubar as cotações do produto graças a estoques que conseguiram acumular — o Brasil convocou uma reunião para Brasília, com a participação dos principais produtores.

A política brasileira de exportação de matérias-primas

Três produtos e três medidas

2) **A história do ferro** — Alguns dos principais exportadores mundiais do produto — como o Peru, a Venezuela, a Índia, a Argélia — estão lutando para que os países exportadores do minério de ferro se organizem com o objetivo final de atuar conjuntamente para controlar a oferta do ferro e defender e valorizar seus preços. Como grande produtor e exportador — quase 7% da produção mundial e 19% do minério comercializado — o Brasil está estudando qual deverá ser sua posição frente à possível criação de uma Organização dos Países Produtores de Ferro (OPEF), no encontro dos países exportadores a ser realizado daqui a dois meses em Genebra. A posição brasileira ainda não foi oficialmente definida, mas já existem manifestações da área governamental pouco simpáticas à idéia. O presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Fernando Reis, num encontro com jornalistas no Rio, aparentemente retificando declarações anteriores, (ver *Opinião* n.º 94) disse que além de o minério de ferro ser o mineral mais abundante do globo — e portanto difícil de ter sua produção controlada — a criação de um cartel de produtores como a OPEF significa impor cotas aos seus membros (isto é, calcular quanto cada país exportador deve colocar no mercado mundial, a fim de que a superabundância não avilte os preços). E segundo o presidente da Vale — a maior companhia exportadora de minério de ferro do mundo — o Brasil

seria prejudicado pela OPEF, pois o setor de mineração no país está em período de grande expansão, em empreendimentos que contam inclusive com a participação direta de grandes monopólios do aço (como o caso da empresa que vai explorar o minério da serra dos Carajás no Pará, formada pela associação da Vale com a U.S. Steel) e o sistema de cotas impediria que aumentássemos nossas exportações.

"Suponhamos", disse o economista Fernando Reis, "que o Brasil recebesse uma cota de 50 milhões de toneladas anuais. Que significa isso, se pretendemos exportar em poucos anos 150 milhões de toneladas anuais?" Para ele, o interesse da Vale do Rio Doce é não ser tolhida em seu esforço para expandir as exportações de minério de ferro. Desenvolvendo um raciocínio que toma por base os interesses isolados do país como grande produtor de ferro — que procura expandir enormemente suas exportações — o presidente da Vale afirmou que o que funciona realmente no mercado internacional é a "lei da selva", pois o mercado é muito competitivo e o trunfo é sempre chegar na frente dos concorrentes.

Evidentemente, como não é presidente do Instituto Brasileiro do Café, o economista Fernando Reis talvez não tenha levado em conta que no caso do café, o que o país argumenta querer evitar é que entre os

produtores, funcione a "lei da selva" cujo resultado final, mesmo que beneficie algum produtor isoladamente, seria o de beneficiar fundamentalmente os consumidores. E talvez também tenha se esquecido que aos parceiros do Brasil pode ocorrer a curiosa pergunta: por que o Brasil, no caso do café, luta para defender os preços e controlar a oferta, e no caso do minério de ferro considera que lhe seria prejudicial a imposição de uma cota de exportação?

3) **A história do alumínio** — Desde 1972 se desenvolve mais intensamente o esforço dos países produtores de bauxita de se organizar. Houve encontros dos principais exportadores de bauxita — minério do qual se extrai o alumínio — que finalmente numa reunião realizada em princípios de março deste ano, formalizaram a criação da Associação Internacional dos Produtores de Bauxita com sede na Jamaica. Os países que compareceram — Jamaica, Austrália, Guiné, Iugoslávia, Suriname e Serra Leoa — produzem 63% do total da bauxita, mas os acordos feitos durante o encontro foram considerados bastante moderados pois havia dúvida entre os participantes sobre sua capacidade de controlar o mercado.

Ao mesmo tempo que os países produtores procuravam se unir, os grandes monopólios do alumínio — como a Alcoa e a Alcan — faziam tudo para enfraquecê-los. Recentemente, a

bauxita era um minério escasso no Brasil, até que grandes descobertas, realizadas na Amazônia, foram anunciadas pelas grandes companhias internacionais. Assim, em 1967, a Alcan (canadense) descobriu bauxita em Oriximiná, no Pará, e criou a mineração Rio do Norte para explorar a área. Em 72, depois de ter obtido incentivos da SUDAM de Cr\$ 255 milhões (quando seu capital era de apenas 51 milhões) e de anunciar um enorme projeto para a produção de 2 milhões de toneladas anuais de minério, a Alcan se desinteressou pela empresa. Naquela época, já se cogitava que o objetivo da Alcan, entre outros, era o de descobrir e anunciar novas jazidas de bauxita, para enfraquecer o poder de barganha dos países produtores, onde invariavelmente a Alcan tem negócios.

Finalmente, depois de ameaças do governo brasileiro, interessado em levar o projeto de exploração e fabricação de alumínio adiante, a Alcan aceitou se associar com a Vale do Rio Doce para explorar a bauxita. A empresa canadense tem opção para comprar até 1 milhão e duzentas mil toneladas anuais. Outros nove grandes grupos internacionais do alumínio, também no projeto, têm fornecimento assegurado de 350 mil toneladas anuais. Isso evidentemente beneficia o Brasil. Mas sem dúvida também foi um fator de enfraquecimento dos tradicionais produtores de bauxita, que tentavam negociar melhores preços para o produto. Um fato curioso: exatamente no dia em que se iniciou em Conacri, na Guiné, a reunião dos países produtores de bauxita — 28 de fevereiro deste ano — a companhia americana Ethyl Co. anunciou a descoberta de uma nova

continua na página ao lado

continuação da página 6

jazida de bauxita na região amazônica.

Quais os ensinamentos dessas três histórias? Os três casos — o do café, do minério de ferro, e o do alumínio — mostram a necessidade de o país, respeitando os casos particulares de cada produto, aplicar um princípio uniforme que oriente a produção e comercialização de seus produtos básicos — agrícolas ou minerais.

1 — No caso do café, o Brasil já é produtor mais que tradicional e seu problema não é ganhar mais mercado, mas manter a fatia que possui; existem inúmeros outros países que gostariam de aproveitar-se dos preços elevados atualmente exigidos pelo café brasileiro, para fazer bons negócios e ganhar mais mercado mas é provável que o Brasil considere isso uma traição ao resto dos produtores.

2 — No caso do minério de ferro, o Brasil já é grande produtor e exportador, e pretende aumentar ainda mais sua participação no mercado internacional; é provável, que considerando o país isoladamente, o governo não veja vantagens no fortalecimento de uma organização de produtores de minério, exatamente no momento que estão em curso grandes planos de expansão; mas sua atitude poderia ser igualada à do produtor de café que está com uma grande safra e quer vender a qualquer preço, para ganhar mercado, mesmo prejudicando outros produtores;

3 — No caso do alumínio, o país não era exportador, fechou grandes

negócios na área da exploração da bauxita, talvez por coincidência no momento em que outros produtores procuravam fortalecer seu poder de barganha; as opções de fornecimento obtidas no Brasil por alguns dos grandes monopólios, seguramente enfraqueceram a capacidade de barganha dos outros produtores; seria o caso, por exemplo, de a General Foods anunciar a descoberta de uma enorme plantação natural de café na Bolívia, no exato momento em que estivesse negociando os preços do produto com os grandes produtores, como o Brasil e a Colômbia.

É óbvio que o Brasil não pode estar, ao mesmo tempo, incentivando os produtores de café a defender os preços do produto, recusando-se a participar do cartel dos produtores de minério ou servindo de instrumento dos grandes grupos do alumínio para enfraquecer os produtores de bauxita. Se fizer isso, a diplomacia brasileira acabará enfraquecida e o país acusado de não seguir qualquer outro princípio senão o de defender seus interesses exclusivos. A definição de uma linha de defesa intransigente dos preços das matérias-primas, em conjunto com os outros produtos deveria ser o princípio a aplicar no tratamento de todos os produtos, analisando onde essa defesa tem condições de dar resultados imediatos, e evitando que o ingresso do país no mercado de uma matéria-prima, como a bauxita, se faça em prejuízo dos produtores tradicionais. (Marcos Gomes)

constatação de que as regras do jogo estão efetivamente mudando, e a empresa nacional encontra uma política de apoio que está se traduzindo em medidas práticas.

Num exemplo: o BNDE criou, é sabido, uma empresa subsidiária, a EMBRAMEC para dar apoio aos fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos. Entre vários incentivos dados ao setor, figura, inclusive, a obrigatoriedade de as empresas estatais darem preferência à indústria nacional. Até aí, tudo muito claro. Mas, recentemente, a EMBRAMEC anunciou que estuda a compra de patentes no exterior, para fornecer às empresas nacionais, "acelerando a absorção de tecnologia". Sem desnacionalização, pode-se concluir — e assim concluíram, já, os alemães e japoneses. Por quê? Basta juntar os dados para ter a resposta: se a EMBRAMEC passa a comprar tecnologia no exterior, e a cede a empresas nacionais — sobretudo de pequeno e médio porte — acabam-se as possibilidades dos contratos de assistência técnica. Acabam-se as associações para utilização de tecnologia estrangeira — que representavam apenas o arrombamento da porta para o futuro "assalto" e domínio total da empresa nacional.

Outros "indícios" não devem estar agradando os "investidores" estrangeiros. O Ministério da Indústria e Comércio já declarou que os donos de qualquer empresa que se beneficie de incentivos fiscais (para importação de equipamentos) não poderão, futuramente, vendê-la a um grupo estrangeiro, sem prévia comunicação ao MIC — que, evidentemente, poderá evitar a operação, achando, por exemplo, se for o caso, um comprador nacional para a empresa.

Finalmente, o caso Borregaard foi apenas um exemplo estrondoso das distorções silenciosas que vinham ocorrendo em matéria de associações com empresas estrangeiras no país — pois o próprio BNDE participava do capital da empresa. O dado que interessa, no caso, é este: a matriz, na aparência, não tinha o "controle" da empresa, já que a maioria das ações não eram de sua propriedade. No entanto, era dela a maioria de ações com direito a voto, vale dizer: a decisão sobre os rumos da subsidiária pertencia a ela, na verdade. O que se sabe, a esta altura, é que muitas das "associações" entre pequenas e médias empresas brasileiras, e parceiros japoneses, alemães, suecos, norteamericanos, italianos, etc. realizadas nos últimos anos encobrem distorções semelhantes. Assim, uma empresa japonesa, poderia "entrar" numa indústria de calçados brasileiros, hipoteticamente, "comprando" ações correspondentes a apenas 10% de seu capital. Não há nenhuma desnacionalização na aparência. Mas há, na realidade — pode-se dizer hoje. E, o que é pior, mesmo se a maioria de votos, na constituição do capital, pertencesse aos empresários brasileiros. Como? Nos estatutos "internos" da empresa, poderia constar que, no caso de certo tipo de decisão, os votos do sócio estrangeiro seriam "qualificados", isto é, valeriam muito mais que do sócio brasileiro. Por exemplo: sempre que estivessem em discussão novos investimentos, destinação de lucros (reinvestir ou remeter?), aceitação de novos sócios, o voto do sócio estrangeiro valeria, hipoteticamente, três votos do sócio brasileiro. Assim, o controle passava, na verdade, para o sócio estrangeiro — já que ele decidia sobre todas as questões básicas da empresa. Ao sócio brasileiro, restava manter, no máximo, a fábrica em funcionamento, e produzindo lucros.

Essas distorções já foram detectadas e estão sendo corrigidas — como o sabem muito bem os alemães e japoneses. Para quem precisa de exemplos para crer: no Decreto n.º 1.388, que reestruturou o mercado de capitais, os Fundos 157 devem aplicar seus recursos em ações de empresas "controladas por capitais nacionais". O legislador sabe o que estava querendo dizer, quando introduziu a expressão "controladas", em lugar de simplesmente dizer: "empresas de capitais nacionais".

NEGÓCIOS

Pedro Pinheiro

Mantendo o moral da tropa

Não há dúvida de que as autoridades estão irradiando otimismo. O ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, assegura que em comparação com o que acontece lá fora, o Brasil é uma ilha paradisíaca: que a indústria automobilística está crescendo 23% em 1974; que a meta que fixou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano em 10% continua de pé e que esse resultado vai deixar muita gente morrendo de inveja do Brasil; que daqui para frente vai haver dinheiro para todos, dado que os meios de pagamento ainda vão crescer 24% nesses últimos cinco meses do ano depois de terem se expandido menos que 11% de janeiro a julho; que a inflação está sob controle podendo até limitar-se a uma expansão mensal até de 1% até dezembro; que não há nenhuma necessidade de reduzir o prazo de permanência dos empréstimos externos no país porque só no primeiro semestre entraram 3 bilhões de dólares; que os preços das matérias-primas no mercado internacional estão em baixa... e assim por diante.

Parece cada vez mais claro que o ministro está cumprindo seu dever de manter alto o moral da tropa. Mas não é bem isso o que os empresários estão sentindo.

Na verdade, a economia brasileira, embora tenha sido uma ilha de placidez, não está vacinada contra a crise que se abate sobre o mundo. A indústria automobilística, realmente cresceu 23% no primeiro semestre, principalmente por causa do embalo recebido em 1973, mas hoje há cerca de 17 mil automóveis nos pátios das montadoras; já não há mais filas de espera para compra dos veículos (ao contrário, as revendedoras estão oferecendo, através de anúncios, automóveis abaixo do preço de tabela) e a produção do primeiro semestre deste ano é apenas de 4,5% maior do que a do segundo semestre de 1973.

Também o crescimento do PIB em 10% em 1974, parece assegurado: a indústria só no primeiro semestre cresceu mais de 15% e a agricultura, no mínimo uns 8%. Mas as grandes preocupações não devem limitar-se, segundo o próprio ministro Simonsen, às vicissitudes do calendário. O que vai ser dos próximos anos? As vendas de aparelhos domésticos estão em queda desde maio: a procura de televisores preto e branco aumentou 23% no primeiro semestre por causa da Copa do Mundo, mas as fábricas sabem que as vendas no segundo semestre serão ridículas (em junho caíram mais de 30% em relação às do mês anterior). As indústrias de alimentos, de bebidas (principalmente as de produtos consumidos pelas classes médias), as fábricas de tecidos e de confecções estão revendo as estimativas otimistas feitas no início do ano, porque não podem fechar os olhos à retração de vendas.

Os 22 bilhões que deverão ser injetados no mercado de crédito parecem insuficientes para tapar o buraco aberto no capital de giro de quase todas as empresas.

Pode até haver uma diminuição do impacto inflacionário. Mas os aumentos dos salários que vem aí, o financiamento do 13.º salário, e as enormes despesas de fim de ano costumam realimentar, cada ano, a alta dos preços no último trimestre. Porque, pois, em 1974 haveria de ser diferente?

Realmente, no primeiro semestre entraram 3 bilhões de dólares do exterior, dos quais 481,6 milhões só em investimentos de risco. Mas desde maio, bancos e empresas privadas não conseguem realizar operações com o exterior pela Lei 4131 ou pela Resolução 63, porque existe uma crise internacional de liquidez. Como vamos

então cobrir o déficit de pelo menos 6 bilhões de dólares que está pintando na balança de contas correntes? Só nos primeiros sete meses do ano, as importações atingiram 6,7 bilhões de dólares e as exportações ficaram nos 3,7 bilhões. O déficit comercial já é, portanto, de 3 bilhões de dólares e deve crescer ainda mais. É verdade que há reservas de divisas da ordem de 6,2 bilhões de dólares. Mas também é verdade que elas começaram a ser gastas.

Em suma, a questão não é de saber quem está sendo otimista ou pessimista, mas a de saber qual a posição mais realista.

O impasse do União Comercial

Uma intervenção drástica como a que houve com o Halles ficou fora de cogitação (e o próprio ministro da Fazenda já assegurou que isso não se repetirá) no caso do Banco União Comercial porque muitos argumentavam que isso poderia causar uma tempestade no mercado financeiro do país: os investidores perderiam a confiança em bancos privados e, provavelmente, os depósitos à vista seriam inevitavelmente drenados para bancos mais garantidos, como os estatais, os estrangeiros e um ou outro banco privado brasileiro.

Durante mais de 20 dias, o Banco Central — que depois de injetar R\$ 700 milhões no Banco União Comercial, vinha conduzindo seus negócios — procurou avidamente um candidato nacional para assumir o passivo do banco. Cinco grupos foram abordados pelo Banco Central, antes que o grupo Itaú tenha finalmente incorporado o BUC (cujo "buraco" está calculado entre 900 e 1,5 bilhão de cruzeiros): o União de Bancos Brasileiros (que há dois anos não conseguiu fundir-se com o Bradesco e que acaba de comprar o Bansulvest); o próprio Itaú (que há pouco incorporou o Banco Português do Brasil), o Comércio e Indústria, o Mercantil e o Bamerindus.

As negociações, a princípio, mantiveram-se quase que irrealizáveis, porque os convidados não estavam dispostos a enfrentar os problemas do BUC. Limitaram-se a fazer exigências de empréstimos ao Banco Central, por prazos longos e juros até negativos — o que aparentemente acabou sendo obtido pelo Itaú, que teria conseguido um empréstimo de nove anos para engolir o BUC — para livrar o governo de um problema maior. O jornal *O Estado de S. Paulo*, antes que a operação se consumasse, criticou em editorial esse tipo de favores: "O que não se pode admitir é que, a pretexto de salvar as instituições financeiras em geral, o Banco Central assumira uma parte do passivo de algumas dessas instituições. Essa atitude representa uma espécie de estímulo à irresponsabilidade dos administradores, que desse modo podem, ao abrigo de sanções reais, cometer erros graves e faltas imperdoáveis. Tampouco nos parece correta a solução que consiste em oferecer vantagens a outras instituições para que assumam parte do passivo de uma instituição em crise de liquidez".

O União Comercial — ninguém esconde — é um agregado de instituições financeiras não assimiladas inteiramente. Havia se formado em junho de 72 por meio da compra do Banco Brasul pelo grupo Big-Univest. O Big-Univest já vinha de um casamento inseguro: o do Banco Irmãos Guimarães (BIG) com o Banco de Investimentos Univest. E o Brasul era a união entre o Comercial do Estado de São Paulo (de Sérgio Mellão) e o Brasul de São Paulo (da família Whitacker).

BALANÇO

Aloysio Biondi

O preço das associações

Em 1965, a remessa de lucros por empresas estrangeiras que operam no Brasil foi de 18 milhões de dólares. Em 1968, atingia 84 milhões de dólares. Em 1971, chegava aos 120 milhões de dólares. Em 1973, a 200 milhões de dólares, segundo estimativas iniciais do Banco Central. Um aumento de 10 vezes, em 10 anos.

Em 1967, as despesas do Brasil com "administração e assistência técnica" custavam 21 milhões de dólares; em 1973, já estavam em torno de 150 milhões de dólares. Um aumento de 7,5 vezes, em sete anos.

Para alguns observadores, o aumento nas remessas para pagamento de "assistência técnica" corresponde, sobretudo, a uma forma disfarçada de remeter lucros. E é: uma empresa estrangeira instala uma subsidiária no Brasil; essa subsidiária remete uma parte dos lucros, dentro dos limites estabelecidos pela lei; mas envia ainda, para a matriz, outras parcelas, como se estivesse pagando despesas de "assistência técnica" em suas operações. Há distorções incriveis nessa área: num exemplo fictício, mas que tem correspondência na realidade, uma cadeia de lanchonetes norteamericanas chegou a pretender cobrar em torno de 15% ao ano sobre o faturamento bruto (não sobre o lucro líquido) das lanchonetes que passasse a "administrar" no país — construídas, evidentemente, com incentivos fiscais concedidos ao turismo. No preço de cada sanduíche ou *milk shake* vendidos, assim, cerca de 15% deveriam ser separados, de imediato, como "participação" da matriz — que desejava ainda isenção de imposto de renda para remeter essa parcela, como pagamento por "assistência técnica".

A remessa clandestina de lucros de subsidiária para matriz, é, porém, apenas um dos fatores do aumento dos gastos com "assistência técnica".

O que preocupa certas áreas do governo, no momento, são os contratos para utilização de "tecnologia" estrangeira, largamente utilizado nos últimos anos a pretexto de acelerar o amadurecimento tecnológico das empresas brasileiras. Foi comum, nos últimos anos, que empresas brasileiras aceitassem "associar-se" com empresas estrangeiras que, em troca, lhes permitiram usar determinado processo de fabricação. A verdade é que, muitas

vezes, o empresário brasileiro desejava comprar apenas determinada máquina, de um fornecedor estrangeiro — e este só realizava a venda desde que o interessado se dispusesse a "comprar" também assistência técnica, na maioria das vezes totalmente inexistente (como no caso entre matriz e subsidiária): o comprador passava a pagar uma taxa até o fim da vida, também calculada sobre o preço de cada produto fabricado.

Em outros casos, o contrato de associação entre empresa estrangeira e empresa brasileira previa a autorização para utilização de um processo de fabricação por um prazo mínimo: dois anos, por exemplo. Vencido esse prazo, o fornecedor estrangeiro simplesmente suspendia a autorização para utilizar o processo. O empresário nacional ou fechava suas portas, ou, evidentemente, vendia a empresa ao fornecedor estrangeiro — que, no mínimo, "testara" o mercado às suas custas, ou, ainda, conseguia uma fábrica no Brasil, implantada com dinheiro que nunca lhe teria sido emprestado, em determinados casos. A desnacionalização através desses caminhos indiretos pouco foi focalizada, embora seu vulto tenha chegado a proporções que justificam restrições para combatê-las.

As recentes missões de empresários alemães e japoneses sabiam muito bem do que estavam falando, quando protestavam contra as "novas medidas restritivas ao capital estrangeiro", adotadas pelo Brasil nos últimos meses. O noticiário da imprensa diária deu sempre a impressão de que as queixas se relacionavam contra as proibições às importações, mesmo porque os alemães, por exemplo, afirmaram que um projeto siderúrgico da Guanabara, de que participam como sócios, estava correndo o risco de atrasar-se. Motivo alegado: as dificuldades que o governo estaria impondo à importação de máquinas, produzidas no país do sócio estrangeiro.

Mas o que verdadeiramente está incomodando aos alemães e japoneses, e a outros investidores estrangeiros que ainda não se manifestaram, não é a simples venda de determinada máquina. O que os incomoda é a



Chipre Esperando Makarios

Uma análise do comportamento
soviético na crise do Chipre

A União Soviética rompeu seu reservado silêncio em relação a Chipre pronunciando-se por uma solução patrocinada pela ONU, retirando a questão da órbita exclusiva da OTAN. Dev Mararia, correspondente do New Statesmen em Moscou, explica porque os soviéticos querem a volta de Makarios ao poder em Chipre.

Surpreendentemente, Moscou tem tirado pouco proveito das afirmações de que as mãos onipotentes da CIA foram responsáveis pelo processo que fez de Chipre o palco de uma tragédia sangrenta. A torrente de palavras divulgadas pela agência Tass, que caracterizou a primeira fase da crise de Chipre, deixou de fluir em Moscou. A segunda fase, que começou com a interrupção das conversações de Genebra e com a renovação do avanço turco, encontrou os soviéticos mais tranquilos, apesar de eles estarem acompanhando atentamente os acontecimentos.

O interesse soviético na crise, contudo, não declinou. Ao contrário, há na URSS uma aguda insatisfação com o fato de que a forma política futura de Chipre está sendo mais ou menos determinada de acordo com os desejos da Turquia. Ainda assim, já começou um processo de reconciliação dos soviéticos com o inevitável. Os soviéticos sabem agora que a partilha de fato de Chipre é uma realidade, mas ainda têm esperanças de que a partilha de jure possa ser evitada. A condição para isso é a moderação da Turquia e o abandono por Washington de seu objetivo de incorporar Chipre à OTAN.

Neste ponto, de acordo com Moscou, é que entra o arcebispo Makarios — mais uma vez. Os soviéticos acham que a segunda ofensiva turca de certo modo ampliou as possibilidades de Makarios voltar ao leme em Chipre. Ficou claro agora que o presidente Clerides tem pouco peso político, e não tem condições de controlar os irados sentimentos dos cipriotas gregos. Ao mesmo tempo, os cipriotas gregos se sentem traídos por Atenas, atualmente às voltas com suas próprias dificuldades domésticas, e com sua inferioridade militar à vista de todos. Nas circunstâncias, Makarios é a única figura de comando, na opinião de Moscou, que pode provavelmente confortar e controlar os cipriotas gregos, e ajudá-los a aprender a viver

com a humilhação e com a nova realidade de Chipre. Apesar de todas as reservas de Makarios quanto aos últimos acontecimentos, no final das contas ele poderá desejar encontrar uma solução federal para o problema de Chipre, que, de qualquer forma, é o que os turcos provavelmente obrigarão Makarios a aceitar. A vantagem de Makarios é que ele não carrega o fardo da responsabilidade pela *débâcle* política e militar grega, e por isso é mais aceitável para os gregos cipriotas.

E mais ainda. Makarios talvez ainda tenha um grande papel a desempenhar. Em Atenas, Karamanlis encontra-se às voltas com graves problemas, por causa da derrota que o orgulho nacional sofreu nas mãos de um inimigo tradicional e intensamente odiado. Apesar dele poder creditar a *débâcle* à herança dos coronéis, Karamanlis não será inteiramente perdoado pela inatividade grega durante a segunda fase. Assim, ele ainda poderá terminar tentando usar o prestígio de Makarios, para que este aconselhe os gregos a confiar nele. Karamanlis, dando-lhe a oportunidade de que tanto necessita para estabilizar o país.

Do ponto de vista soviético, este resultado seria bem visto. Os soviéticos naturalmente acham que, mesmo como chefe de uma Federação de Chipre, Makarios é preferível a qualquer outra pessoa no momento. Apesar de saberem que a Turquia não gosta desta idéia, os soviéticos têm esperança de que no final mesmo os turcos preferirão tratar com Makarios do que com outra pessoa cuja autoridade sobre os cipriotas gregos seja incerta. A dificuldade real está em Washington, que desejava ver Makarios fora da situação logo de início, e ainda é capaz de manobrar para tirá-lo das negociações.

Dois fatores são importantes neste contexto. Em primeiro lugar, os norte-americanos estão perdendo rapidamente a influência, pelo menos temporariamente, sobre os gregos em questões deste tipo. Karamanlis, que segundo se afirma é a favor do regresso de Makarios, poderá desafiar os EUA neste ponto. O outro fator é a relação especial de superpotência. Moscou ficou profundamente perturbado com o que considerou golpe ousado dos EUA ao tentarem modificar a estrutura política de Chipre, mas os

acontecimentos modificaram a percepção soviética da questão global. Na visão de Moscou, o golpe contra Makarios liberou forças que Washington não pôde mais controlar, apesar da remoção apressada dos coronéis de Atenas.

Há outra razão por que Moscou tem permanecido tão cauteloso durante esta segunda fase: já que Ford assumiu o lugar de Nixon, a última coisa que Moscou desejaria é exacerbar as relações com a Casa Branca no início da nova presidência. Contudo, os soviéticos não estão certos sobre se isto funcionará — porque suspeitam que Kissinger está perdendo a autoridade, e as outras pessoas em ascensão na Casa Branca podem não estar tão atentas aos sentimentos soviéticos quanto ao problema.

Vistas as coisas de Moscou, parece muito estranho que algumas pessoas imaginem que os soviéticos estão celebrando a derrota da OTAN na questão de Chipre. Acontece que as mesmas pessoas estavam certas da derrota de Moscou quando a primeira fase da crise de Chipre terminou. Aquelas pessoas erraram duas vezes. A primeira fase não resolveu coisa alguma. Quanto às dificuldades da OTAN, os soviéticos não estão certos de que sejam genuínas.

Naturalmente, Moscou tem observado a retirada de tropas gregas da OTAN — mas não está convencido de que se trata de mais do que um gesto para apaziguar o sentimento público grego. A Grécia continua como membro do Conselho Político da OTAN, e quando as paixões esfriarem completamente poderá voltar ao seio da organização. Ainda que Karamanlis seja uma grande melhoria em relação aos coronéis, os soviéticos não estão entusiasmados em relação a ele.

No atual estágio, os soviéticos estão muito mais preocupados com a Turquia. Desde o início da crise de Chipre, Moscou tem mantido uma inclinação gentil em favor da Turquia, da qual pouco se afastou. Contudo, o entendimento entre os dois países não é completo. Moscou considera a emergência da Turquia como a potência dominante do Mediterrâneo oriental um pouco perturbadora. Ao mesmo tempo, uma Turquia confiante não poderá continuar sendo um simples instrumento nas mãos do ocidente. Portanto, com reservas, o apoio

soviético à Turquia visa a retirá-la da posição íntima com o ocidente, e inaugurar uma nova era de amizade entre soviéticos e turcos.

Do ponto de vista turco, este resultado será uma derrota auto-inteligida, já que a partilha colocará a presença grega permanentemente próxima a suas costas. Uma federação de Chipre é assim um bom artifício político para evitar tal presença grega, apesar de significar que a Turquia igualmente poderá ter que dispensar

tal presença. Isto se ajustará muito bem aos interesses soviéticos, já que a Turquia, como os fatos recentes demonstraram, não terá qualquer dificuldade em restabelecer sua presença em Chipre em caso de emergência.

Portanto, desde que a Turquia não termine transformando a parte turca de Chipre num anexo da Turquia continental, os soviéticos terão pouca razão para objetar a uma estrutura federal para Chipre *per se*.

Portugal Um passo à frente, em zigue-zague.

Que isso fique bem claro: o Movimento das Forças Armadas não é um partido político... o Movimento é agnóstico relativamente ao futuro do país. Portugal atravessa uma situação para-democrática, de construção da democracia, que implica em vacilações, passos atrás, adiante, linhas em zigue-zague, mas o importante é que leve a resultados positivos.

Apesar dessa declaração de fé no agnosticismo do Movimento das Forças Armadas — que derrubou no dia 25 de abril a ditadura portuguesa — as coisas não ficaram tão claras quanto pretendia a enfática afirmação do major Eduardo Melo Antunes, ministro sem pasta do Gabinete português, devido aos insistentes rumores de que as divergências entre a oficialidade jovem e o general Spínola haviam aumentado.

O que se pode afirmar com clareza é que os passos atrás, à frente, vacilações e zigue-zagues, que o ministro admite, são características de uma longa caminhada, na qual chegará primeiro aquele que der menos passos atrás e evitar o menor caminho nos zigue-zagues. Nas últimas semanas começaram as definições dos diferentes grupos empenhados nessa caminhada e já pode ser dado um balanço de quem avançou mais, a despeito das reiteradas afirmações do governo de que o avanço é homogêneo.

De um lado estão os chamados oficiais jovens, guardiões do *Programa das Forças Armadas* (publicado em *Opinião* n.º 79) um conjunto de diretivas não tão agnósticas como quer o major Melo Antunes, por sinal um dos mais fiéis defensores desse documento. Do outro lado estão os que apesar de não negarem um compromisso com o Manifesto, discordam quanto à velocidade de sua aplicação, bem como os meios de sua concretização.

Entretanto as duas correntes não estão tão definidas nessa corrida: de cada lado existem participantes em diversos graus de consciência de seus objetivos. Do lado conservador estão os que pedem um regime presidencialista forte, centralizado na figura de Spínola. O objetivo entendido da revolução portuguesa é o de que ela deve ser "democrática e moralizadora" e deve conduzir lentamente a descolonização, condicionada a eleições gerais e plebiscitos. O ponto central dessa proposição é que deve ser eliminado a dubiedade de poderes, dúvida que assalta inclusive a diplomacia norte-americana e a NATO, algo sobressaltada com a possibilidade de que Portugal não renove o acordo de cessão da estratégica Base Militar de Açores. A esse coro juntam-se algumas figuras algo indesejáveis, como se insinua, do general Kaulza de Arriaga, afastado pela revolução de 25 de abril por suas idéias e ações extremamente comprometidas com o regime anterior, e as figuras que preferem permanecer no anonimato das pilastras de paredes e dos lemas de anticomunismo histórico. Os primeiros passos desse grupo foram algo desastrosos: em julho, foram forçados a dar vários passos atrás com a queda do Gabinete Civil Provisório (veja *Opinião* n.º 89) e o reforço da autoridade do MFA. Na semana passada os expurgos chegaram aos

mais altos escalões: dois oficiais da Junta de Salvação Nacional, chefes dos Estados-Maiores da Aeronáutica e Exército e simpáticos a Spínola, foram exonerados pelo MFA. A independência da Guiné-Bissau foi outro rude golpe; anunciada também na semana passada o acontecimento revelou resistência ou insatisfação pela pressa com que os jovens oficiais querem conduzir a libertação das colônias. Do outro lado, os oficiais jovens pressionam para que seja acelerada a aplicação do programa. Não vêm com bons olhos o reforço da autoridade presidencial e preferem um sistema colegiado. São contra a antecipação das eleições, que de imediato favoreceriam Spínola com os votos de setores da população que dão os primeiros sinais de alarme com a velocidade que o movimento de 25 de março se transforma num autêntico movimento revolucionário. O oficiais jovens, que entregaram o poder sob a custódia de Spínola, conscientes de que são as Forças Armadas que garantirão efetivamente a concretização dos objetivos do programa, empenham-se em institucionalizar-se, seja pela promoção de seus oficiais, seja pela consolidação de seus aliados políticos.

Apesar dos desejos unânimes das diversas correntes de que essas divergências não aflorem, foram dados sinais inequívocos da sua existência. Pelo menos não foi desmentido que o general Spínola teria ameaçado sua renúncia, caso não fosse desacelerado o processo de descolonização e feitas algumas mudanças nos cargos políticos, baseados na suspeita de que o próprio Movimento das Forças Armadas estava sendo parcial em prestigiar os partidos de esquerda. Para provar a existência dessas divergências foi apontado a convocação de uma reunião dos aproximadamente 300 oficiais que compõe o Movimento das Forças Armadas, um indício de que existiam sérias questões a serem decididas. Pouco tempo depois, talvez um dos zigue-zagues a que se referia o major Melo Antunes, era anunciada a não realização da reunião plenária do MFA e, a tal fato igualmente atribuído a significação de que sérias questões teriam impedido sua realização.

Entretanto, é certo que os jovens oficiais não pretendem se descuidar para que seja criado um clima "susceptível de exploração por forças interessadas num desvio dos objetivos proclamados pela MFA".

Resta agora ao MFA definir em que circunstâncias agir: se de um lado alega-se que as reivindicações salariais agravariam a precária situação econômica herdada do salazarismo, não pode deixar de chamar a atenção para o fato de que o fechamento da fábrica da Applied Magnetics, a fábrica de origem americana, anunciou que as novas leis trabalhistas (salário-mínimo, descanso remunerado) tornaram impossível a produção em Portugal. Segundo os operários o produto que ela fabrica (cabeças magnéticas) é vendido aos EUA por 165 escudos e lá revendida a 5 mil, o que cobriria perfeitamente as exigências de aumento. O que não pensa um dos diretores: "podemos conseguir o mesmo trabalho por um punhado de arroz, em Hong-Kong".

NOTAS

EUA: a anistia para os desertores

Pouco menos de duas semanas depois de assumir a presidência dos Estados Unidos, Gerald Ford tomou uma decisão política frontalmente oposta à administração anterior. Os estudos para concessão da anistia aos desertores do Exército vinham enfrentando a oposição inflexível de Nixon, e foram um dos motivos da renúncia de um de seus auxiliares — Melvin Laird — que apoiava a revisão das punições.

Ford usou todo "o peso de sua autoridade presidencial" para comunicar seu ponto de vista, favorável a uma anistia condicional, justamente aonde essa medida sofre mais oposição, num discurso na Associação dos Veteranos de Guerra no Exterior. O Departamento de Defesa estima que o número de desertores seja atualmente da ordem de 50 mil; 7.900 já foram condenados, 8.200 estão sob investigação.

Entre a falência e a ajuda externa

Um problema sem precedentes na história militar dos Estados Unidos: uma das maiores fábricas de aviões militares, a Grumman, passando por problemas financeiros crônicos, estaria estudando a hipótese de ser, pelo menos indiretamente, financiada por um país estrangeiro, mais precisamente o Irã. Embora o problema seja apenas econômico o caso criaria o precedente de uma das maiores firmas contratantes do Pentágono ficar sob influência de outro país. Até agora a falência da Grumman, fabricante do famoso avião F-14, vinha sendo evitada pelo pagamento adiantado das encomendas governamentais. Entretanto, descobriu-se que a Grumman estava utilizando esse dinheiro para empregá-lo lucrativamente no mercado de capitais. Cessados esses pagamentos, a situação da firma ficou economicamente perigosa, a menos que o Departamento de Defesa permita ao Irã pagar adiantado sua última encomenda de 80 aviões F-14. Por não ser habitual, o pagamento antecipado é encarado pelo Departamento de Defesa como uma ajuda "indesejável" que coloca a empresa — que lida frequentemente com armas secretas — na incômoda situação de devedora de favores a estrangeiros.

Sem barreiras em Washington

O governo panamenho do general Torrijos decidiu reestabelecer relações diplomáticas com Cuba, rompidas desde 1962. O Panamá é agora o 4.º país latino-americano a reestabelecer relações diplomáticas com Cuba depois do bloqueio ordenado pela OEA. (Os outros eram Peru, Argentina e Chile, sendo que este último tornou a romper relações com Cuba há pouco tempo.) Aparentemente, vários países estão esperando apenas que a OEA (Organização dos Estados Americanos) ou mesmo os Estados Unidos dêem a luz verde para o reconhecimento do regime de Fidel Castro. No começo da semana passada, Colômbia e Costa Rica discutiam a readmissão de Cuba e se acreditou até que a OEA pudesse tomar a iniciativa de acabar com o bloqueio. A medida do governo panamenho foi considerada como uma

represália às pressões que as companhias exportadoras de bananas vêm fazendo sobre seu país. Ao mesmo tempo, o ex-secretário adjunto do Departamento de Estado para Assuntos Latino-Americanos, Jack Kubisch, insinuou que o bloqueio de Cuba poderá ser reestudado brevemente. Uma das razões para o não levantamento do bloqueio eram os votos de cinco a seis senadores anticomunistas que Nixon precisava para evitar sua condenação no Senado. Com a nomeação de Rockefeller para a vice-presidência dos Estados Unidos, as inclinações liberais parecem ter se fortalecido e agora, aparentemente, não existem mais barreiras, em Washington, para o restabelecimento de relações com Havana.

A academia ameaçada

A CIA admitiu frente à Comissão de Relações Exteriores do Senado americano estar usando a Academia Internacional de Polícia com o objetivo de recrutar agentes das polícias de outros países. A Academia, com sede nos Estados Unidos, está sob ameaça de extinção desde que se descobriu que estavam sendo construídas prisões no Vietnã do Sul com o dinheiro dos contribuintes americanos. A Academia também é acusada de ensinar a policiais de outros países técnicas pouco humanitárias de tratamento de prisioneiros.

As fitas de Wounded Knee

Agora são os índios que exigem algumas das fitas das conversações de Nixon na Casa Branca. O juiz federal encarregado do caso da ocupação de Wounded Knee pelos índios, ocorrida em 1973, pediu à Casa Branca que retenha as fitas das conversas do presidente Nixon para saber se elas contêm algum material relativo ao incidente. Gerald Ford poderia teoricamente encerrar o caso. Porém, se houver algo gravado, é pouco provável que Ford arrisque sua administração para salvar o escalpo de Richard Nixon.

Planejando o obsoleto

As Forças Armadas americanas entregaram à Lockheed Aircraft um contrato de 1,3 bilhões de dólares para o desenvolvimento de um novo tipo de arma nuclear que poderia acelerar a corrida armamentista levando os soviéticos a aumentar seus gastos militares para restabelecer o equilíbrio. Trata-se do Mark-500, um míssil de ogivas múltiplas que podem ser guiadas independentemente para alvos diferentes. O contrato também autorizou à Lockheed iniciar a produção de um novo míssil para o submarino atômico Trident (submarino de custo unitário de 1,3 bilhões de dólares). O novo míssil atinge cerca de 7 mil quilômetros contra 4.500 do anterior.

A "escala técnica" de Anaya

A decisão do governo argentino de ordenar o súbito retorno do general Leandro Anaya, comandante-geral do Exército, interrompendo sua visita ao

Equador e encurtando a presença no Chile para 20 minutos, provocou especulações sobre a extensão da crise provocada pelo desencadeamento da atividade guerrilheira na Argentina. Logo em seguida a sua chegada Anaya reuniu-se com comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica sem que nada transpirasse do encontro. Oficialmente, foi desmentido que a reunião e mesmo o retorno inesperado de Anaya tivesse algo a haver com as atividades guerrilheiras. A versão dada pelo jornal *Noticias* é de que o governo de María Stella Perón estava tentando evitar a permanência de Anaya no Chile por tempo maior que o exigido para algumas formalidades diplomáticas, uma forma de evitar as óbvias repercussões negativas que traria para o peronismo estar se ligando aos militares chilenos. Segundo o mesmo jornal esse procedimento já estava previamente combinado e Anaya tinha conhecimento de que sua visita deveria se limitar ao cumprimento de algumas formalidades diplomáticas que não durassem mais que 20 minutos. Há alguns meses, quando foi a Buenos Aires, Pinochet teve de limitar sua permanência na Argentina e Perón, ainda vivo, anunciou oficialmente que a presença de Pinochet na Argentina devia-se apenas a uma "escala técnica" do avião presidencial. Originalmente, a presença de Anaya no Chile estava prevista para três dias, onde assistiria às comemorações do aniversário de Bernardo O'Higgins.

A ascensão do general Tovar

Com a posse de Alfonso Lopez Michelsen na presidência da República da Colômbia, mudanças importantes foram feitas no alto comando das Forças Armadas, com a renúncia dos titulares do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas, o chefe do Estado-Maior do Exército, e o secretário-geral do Ministério da Defesa, o comandante da Força Aérea e vários comandantes regionais. A margem das demissões, os observadores prestaram especial atenção à nomeação do general Alvaro Valencia Tovar para o comando do Exército, considerado como um dos militares mais significativos do continente.

A carreira do general Alvaro Valencia foi extremamente rápida, com promoções de posto em períodos médios de três anos e meio; seu valor pessoal "não se supõe", diz a biografia oficial distribuída à imprensa: ela está demonstrada pelas 12 condecorações recebidas, algumas delas em campo de batalha, à serviço da ONU. Com vários livros publicados (*Missão Geopolítica no Oriente Médio*, *Interpretação Contemporânea da História*, *Emboçada e Contra-emboçada*, *Como Nasce e Morre uma Guerrilha*, além de uma novela, *Aisheda*, baseada em fatos da guerrilha rural).

O general Alvaro começou a tornar-se conhecido em 1962 quando elogiou publicamente o livro *A violência na Colômbia*, que defendia a tese de que a violência tinha origem nas condições políticas e sociais desfavoráveis a que estava submetida a população. Com isso, tornou-se simpático à "ala progressista" do Partido Liberal, do qual era presidente Lopez Michelsen.

Outro sociólogo boliviano também se interessou pelo livro. Era o sacerdote Camilo Torres Restrepo. Nessa época, Camilo Torres e Alvaro Tovar eram os conferencistas preferidos das universidades colombianas. Pouco depois os dois seguiram caminhos diferentes. Tovar era chamado para pacificar as províncias orientais, sacudidas por atividades guerrilheiras. Empreendendo ações civis-militares Tovar enfrentou uma guerrilha e em pouco tempo estava vitorioso. Posteriormente, segundo suas próprias palavras, com pesar partiu para a "pacificação" de Bucaramanga, capital da província de Santander, onde atuava o Exército de Libertação Nacional de Camilo Torres. A morte de Camilo Torres, segundo amigos do

general Alvaro Tovar, tornou-se a mais dolorosa contradição da vida do atual comandante em chefe do Exército.

Novas contradições poderão agora surgir na vida de Tovar, caso exerça suas supostas posições progressistas, que chocariam muitos de seus colegas como Rafael Pardo Buelvas, advogado dos latifundiários designado por Michelsen para conduzir a reforma agrária, ou então Cornelio Reyes historicamente reconhecido como um dos promotores das violências na década de 50 que custou à Colômbia mais de 300 mil mortos, ainda o ministro do Interior Fernando Duran, um dos maiores latifundiários das províncias orientais, ou finalmente o coronel Augusto Matalana, reconhecido como um "duro" e ministro da Segurança Interior, que durante a repressão às guerrilhas discordava dos métodos liberais de Alvaro Tovar para pacificar as zonas de conflito. (Fausto Pena Plottier — Interpress)

Colômbia: promessas mal cumpridas

As primeiras medidas tomadas pelo governo López Michelsen, empossado no dia 7 no começo do mês passado na Colômbia, foram relativamente desconcertantes. A própria composição do governo surpreendeu.

Rafael Pardo Buelvas, novo ministro da Agricultura, poderá promover uma reforma agrária séria, quando foi até agora advogado dos latifundiários? E Cornelio Reyes seria a pessoa mais indicada para ministro do Interior, quando é acusado de ter sido o chefe dos bandos armados, muito ativos no período da História colombiana conhecido como da "violência", que causaram a morte de 300 cidadãos de 1948 a 1957?

Quanto às primeiras medidas anunciadas, causaram uma franca decepção. O novo presidente teve dois cavalos de batalha principais na sua campanha: instauração do divórcio num país ainda regido, nesse particular, pela concordata muito pouco liberal de 1888 com o Vaticano; e luta contra a inflação.

No primeiro caso, López Michelsen propôs apenas a criação de um casamento civil, que obrigaria o casal a renegar a religião católica, o que poucas pessoas estão dispostas a aceitar no país.

Para lutar contra a inflação, ele decidiu, um pouco paradoxalmente, reduzir as taxas de juros das caixas econômicas. Contentou-se, por outro lado, em regulamentar os investimentos das companhias de seguros e limitar a emissão de alguns valores conhecidos na Colômbia como "valores de poder aquisitivo constante".

Os colombianos aguardam agora os aumentos dos preços dos artigos de primeira necessidade, como gasolina, transportes e farinha. Os preços desses produtos foram mantidos até agora num nível baixo por subvenções estatais. Naturalmente esse mecanismo contribuiu para aumentar o déficit orçamentário, que no ano passado atingiu 3 bilhões de pesos (cerca de Cr\$ 900 milhões).

López Michelsen advertiu seus concidadãos de que não devem esperar milagres, que a luta contra a inflação será rude, que é preciso "apertar os cintos". Os primeiros a serem atingidos pelas medidas de luta contra a inflação serão as pessoas cuja renda é mais baixa: 85% dos trabalhadores ganham menos de Cr\$ 500 por mês. Evidentemente isso pode criar uma situação explosiva no plano social. Grupos de camponeses já iniciaram a ocupação de terras e os guerrilheiros acabam de abrir uma quarta frente na região do golfo de Uraba, perto da fronteira do Panamá.

Os estabelecimentos previstos de relações diplomáticas com Cuba e com a China não pode, por si só, substituir uma política interna. (José Carreno, Le Monde)

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:
Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:
Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodamira Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julia Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tórik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), Fernando Peixoto (teatro) e João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávia de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreata (editor), Cássio Loredano, Petchô, Chico Caruso, Rubens Campos Grilo, Diter Stein, Paula Venância Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Bracca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

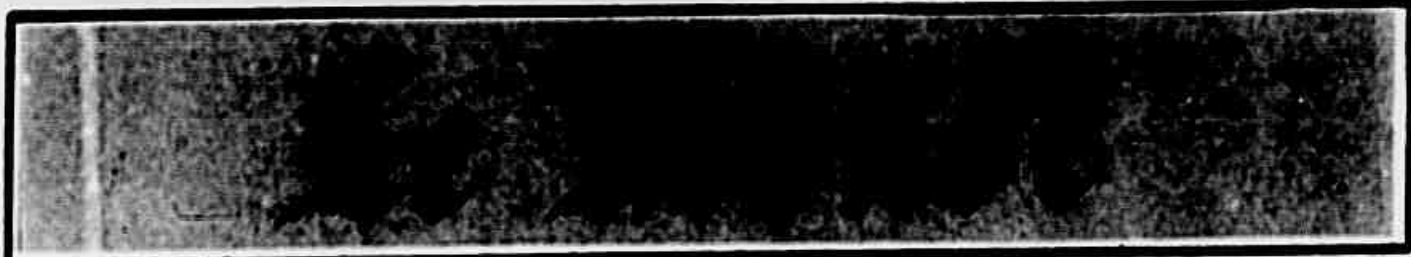
Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 190,00 a anual e Cr\$ 95,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$ 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 - Jardim Botânica - Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 - Lapa - São Paulo, Compso e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua da Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO
BRASILEIRA DO LE MONDE
OPINIÃO PUBLICA AINDA
UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS
DOS SEGUINTE JORNAIS
E REVISTAS

The Washington Post
THE
GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN



2 de setembro de 1974

5, rue des Italiens, 75 - Paris 9e Tel: 7-709-129

GRÉCIA

O governo civil, os militares e os EUA

Chegou a hora da retomada da direção em Atenas. Por duas vezes o primeiro-ministro Karamanlis, deu provas disso a 19 de agosto último: a primeira, ao condenar sem hesitação o assassinato do embaixador americano em Nicósia e ao lançar uma severa advertência aos eventuais causadores de distúrbios. A segunda, ao proceder a uma depuração no Exército dos quadros militares muito comprometidos com a antiga Junta.

Esta última decisão marca uma reviravolta nas relações entre o Exército e o governo civil empossado depois de 24 de julho. Ela não foi tomada, ao que parece, sem dificuldades. Ainda no dia 18, o ministro da Defesa, Evangelos Averoff, nos havia assegurado que o governo agiria com prudência nesse setor pois, disse ele, neste período em que o Exército tem que viver praticamente em pé de guerra, não seria conveniente desorganizar demais o seu comando.

As promoções e destituições atingem cerca de 20 generais e foram anunciadas durante uma sessão do Conselho Nacional de Defesa, que reuniu durante mais de duas horas, no dia 19, os mais importantes chefes militares, o primeiro-ministro e os ministros das Relações Exteriores (George Mavros), da Defesa (Averoff), da Coordenação (Xenofonte Zolotas) e da Ordem Pública (Sólón Ghikas). A reunião teria se desenrolado numa atmosfera bastante tensa. O primeiro-ministro teria insistido nas responsabilidades que cabem às antigas autoridades pelo desastre cipriota; e estas não as teriam negado.

A principal vítima desse remanejamento é o general Bonanos, comandante das Forças Armadas que fazia parte da Junta Militar, até o mês passado uma realidade paralela ao governo mas que era, na verdade, quem detinha o poder. O general Bonanos foi colocado na reserva junto com outros nove colegas: os generais Galatsanos, chefe do Exército, Sykiotis, comandante da divisão de Larissa (era conhecido como um homem de confiança do general Ioannides), Kyriakopoulos, Polykandriotis, Salachoris, Rafailakis, Palaologos, Psilovikos e Schinas.

O novo comandante das Forças Armadas é o general Ionisios Arbutzidis, de 62 anos, e às vezes chamado de "vencedor de Rimini" pelos serviços prestados na última guerra. Ele recusou, em abril de 1967, colaborar com a ditadura de Papadopoulos. Recusando todo contato com os homens do regime militar, todavia se abstinha de qualquer declaração pública, de qualquer atitude hostil para com eles. Portanto, era um homem aceitável por uns e por outros.

Ioannides "esquecido"?

O general Davos, comandante do III Exército sediado em Salônica, torna-se chefe do Exército, e sete outros oficiais foram promovidos ou deslocados: o general Mygdalis assume o comando em Larissa, o general Stathopoulos torna-se comandante do I Exército (ele era chefe do serviço de informação geral Korkas, que servia em Bruxelas nos quadros da OTAN, é levado à chefia do II Exército. O III Exército será comandado pelo general Cratsios, substituído como comandante militar em Atenas pelo general

Manuel Lucbert

Kritikos.

A grande surpresa vem evidentemente do "esquecimento", nessa lista, do general Ioannides, chefe da Polícia Militar. Ele se encontra atualmente em disponibilidade por seis meses, a seu próprio pedido. Colocaram-no provisoriamente na espera, ou querem isolá-lo criando o vazio à sua volta? Serão tomadas contra ele medidas ainda mais severas a serem reveladas em tempo oportuno, ou então ele continua a inspirar, do seu retiro, o mesmo terror experimentado pelos prisioneiros que passavam pelas suas mãos ainda há pouco? Os meios oficiais recusam por enquanto a fazer qualquer comentário. Mas a opinião pública, que reclama com insistência a cabeça de Ioannides, não entende que seja deixado finalmente na impunidade um homem cuja grande responsabilidade no desastroso "golpe de Nicósia" vem sendo mais e mais revelada a cada dia que passa. A acreditar no semanário alemão ocidental *Der Spiegel*, o general Ioannides teria entrado em contato não apenas com os americanos, mas também com os israelenses, para preparar o complô contra o arcebispo Makários. Encontros regulares entre os conspiradores teriam ocorrido nos últimos meses. E teriam se verificado na clínica Kyanous Stavros, que pertence ao cunhado do general Ioannides, Jacques Alazarakis, localizada — feliz acaso! — exatamente em frente da embaixada americana, na avenida Vassili-Sofia.

Apesar de sua primeira tentativa de quebrar a eventual resistência dos generais golpistas, o Exército continua sendo portanto um motivo de preocupação para Karamanlis. A evolução das relações com os Estados Unidos é outro assunto de preocupação, e não é o assassinato do embaixador americano em Nicósia que vai endireitar as coisas. O primeiro-ministro reagiu vigorosa e rapidamente à ocorrência. Enviou uma mensagem de simpatia ao presidente Gerald Ford, na qual afirma que o governo grego e ele pessoalmente "condenam inequivocamente e nos termos mais fortes todos os atos de violência que provocam a perda de vidas humanas". Além disso, numa declaração pública, Karamanlis dirigiu um alerta a todos os cidadãos gregos "aqui e no estrangeiro". Tais atos de violência e de subversão, disse, não têm "nenhuma justificação". Eles devem ser condenados "não somente porque não servem à nossa causa nacional, mas porque, ao contrário, sabotam os esforços do governo para agir com espírito de responsabilidade". O governo, advertiu, está "determinado a se opor a tais atos com severidade".

O perigo para Karamanlis é evidentemente o de se ver condenado por Washington por ter encorajado, com sua retirada militar da OTAN e suas críticas veladas a Kissinger, o acirramento dos sentimentos antiamericanos no mundo helênico. Nas suas últimas mensagens ao primeiro-ministro grego, o secretário de Estado havia exprimido a sua inquietude a esse respeito. Portanto, é de se esperar que nos próximos dias haja menos tolerância por parte da polícia para com manifestações de hostilidade

contra os Estados Unidos, as quais eclodiram recentemente por todo o país, inclusive na ilha de Rhodes. A maioria das organizações de esquerda estão elas mesmas, além disso, dispostas a frear as paixões, pois começam a temer que essas manifestações só favorecem a ação de elementos incontrolados, muito felizes por poderem pescar em águas turbulentas. A imprensa denunciou, no dia 19, a presença de "provocadores" entre os policiais que se encontravam na manifestação da véspera em Atenas.

As consultas diplomáticas

Todos esses acontecimentos fizeram passar para o segundo plano as consultas diplomáticas, que prosseguem ativamente, apesar das aparências, entre as diversas capitais interessadas numa solução para o quebra-cabeça cipriota. Na noite de 19 de agosto, Atenas preparava uma resposta para as duas mensagens de Kissinger, a ser transmitida no dia 20 a Washington. Não parece, todavia, segundo fontes autorizadas, que se deva esperar importantes progressos nessa correspondência. Talvez fosse diferente se Kissinger decidisse deixar Washington e fazer uma escala na capital grega a caminho de Chipre. Essa visita seria bem-vinda, segundo meios oficiais em Atenas. Mas parece ainda excluída a possibilidade de George Mavros, o ministro grego das Relações Exteriores, responder favoravelmente ao convite do secretário de Estado para ir a Washington.

Os esforços diplomáticos de Atenas continuam em todo caso a se orientar para o maior número de direções possível. Nos próximos dias emissários, e talvez alguns ministros, poderiam ser enviados às capitais européias para explicar a atitude adotada pela Grécia em relação ao pacto militar da OTAN, atitude que, segundo dizem em Atenas, não é apenas um "gesto" como ainda crêem os americanos, mas sim uma política. Continua-se também a seguir com interesse a viagem do ministro iugoslavo Minitich, das Relações Exteriores. Depois de Ancara, ele prosseguirá sua missão em Chipre. A Grécia deposita, de fato, alguma esperança no peso dos países não alinhados caso o problema cipriota venha ser colocado na ordem do dia da Assembleia Geral da ONU.

Por fim, a diplomacia grega tenta esclarecer a posição de Moscou no conflito. A URSS enviou uma nota a Atenas no dia 19. Se os soviéticos se mostram favoráveis à Grécia, no entanto não são absolutamente hostis à Turquia. Essa ambiguidade intriga. Em especial, não se explica muito bem aqui porque os russos se recusaram, como propunha a França, a condenar a Turquia no Conselho de Segurança por sua segunda intervenção militar em Chipre. Chega-se mesmo a se perguntar se, afinal de contas, o Kremlin não deu a entender a Ancara que a URSS compreendia os pontos de vista turcos sobre o problema do mar Egeu. Sabe-se que uma tentativa de negociações entre Atenas e Ancara sobre a questão da soberania sobre a plataforma continental do mar Egeu fracassou no início deste ano. A crise de Chipre não fez mais que somar-se a essa disputa greco-turca, o que não facilitará seguramente a sua resolução, tanto mais que esse litígio desprende um forte odor de petróleo.

HENRY KISSINGER

O mágico perdeu a sua varinha... (a falência da diplomacia pessoal e secreta?)

Henri Pierre

Apesar da viva emoção sentida na capital, o assassinato do embaixador dos Estados Unidos em Chipre não afetará a política americana, cujo objetivo prioritário no momento é trazer os gregos de volta ao tapete verde das conversações. Mas o resultado imediato desse trágico incidente foi o de obrigar o secretário de Estado Kissinger a sair da sombra na qual se manteve deliberadamente desde o início da crise. Atendendo a um pedido expresso do presidente Ford, Kissinger fez uma aparição inesperada na conferência de imprensa do Departamento de Estado, que se realiza diariamente.

Muito menos à vontade do que de costume, ele informou sobre uma conversa telefônica que manteve com o primeiro-ministro turco Bülent Ecevit. Segundo ele, a Turquia estava disposta a "negociar uma retirada das posições que suas forças ocupam atualmente em Chipre". "Achamos necessário", declarou Kissinger, "que a Turquia, dada a sua superioridade no terreno, dê provas de flexibilidade e de compreensão dos sentimentos gregos, tanto que diz respeito ao território quanto no que se refere à quantidade de forças militares na ilha".

O secretário de Estado não estava num dos seus melhores dias. Visivelmente embaraçado, na defensiva, parecia perturbado pelas crescentes críticas quanto à sua ação, ou melhor, à sua inação diplomática — críticas que eram ecoadas pelos jornalistas presentes. Mais ainda do que as numerosas manifestações de rua nos Estados Unidos, afinal de contas previsíveis dada a forte proporção de cidadãos americanos de origem grega, as reservas que foram exprimidas por vários senadores, a começar por William Fulbright, presidente da comissão senatorial de Relações Exteriores, parecem ter atingido Kissinger.

Ele se esforçou para explicar e justificar, bem ou mal, a omissão, a ausência de tomada de posição pública da diplomacia americana. Perdendo a empáfia, Kissinger demonstrou uma humildade muito desconcertante vinda da parte de um homem habituado a desempenhar os principais papéis e a estar sempre no primeiro plano. Dessa vez ele insistia nos limites da diplomacia. "Os Estados Unidos não podem resolver todos os problemas mundiais".

Naturalmente, disse o secretário de Estado, Washington está disposto a desempenhar o papel que as partes lhe atribuírem, mas acrescentou: "Os governos estrangeiros não podem esperar que a cada crise o secretário de Estado se precipite para a região afetada".

Kissinger se apaga voluntariamente para deixar o principal papel com James Callaghan, o ministro das Relações Exteriores britânico, cujos "esforços para retomar a negociação serão apoiados por nós", a fim de "não internacionalizar em demasia o problema" e porque a Grã-Bretanha é uma das potências fiadoras do acordo de 1960 sobre Chipre. Ao mesmo tempo, o secretário de Estado negou ter favorecido a Turquia. "Fizemos várias tentativas junto a Ancara para evitar uma ação militar", disse, e, vangloriando os méritos da diplomacia "discreta", acrescentou: "Uma declaração pública teria estagnado as respectivas posições, sem impedir as operações militares".

Todavia, contrariamente ao que explicara bem claramente o secretário

de Defesa James Schlesinger um dia antes, o secretário de Estado não pretende suprimir os programas de ajuda econômica e militar à Turquia. Tanto no tom quanto no conteúdo, os dois homens não falam a mesma língua e suas divergências de pontos de vista dizem respeito a um bom número de problemas.

Na verdade, a advertência lançada por Schlesinger aos turcos está de acordo com a ação diplomática dirigida por Kissinger junto aos gregos para tentar ganhar novamente a sua confiança e levá-los a retomar as negociações. Igualmente, o secretário de Estado foi pródigo em palavras amáveis para com Atenas, ressaltando a "alta estima" em que é tido o primeiro-ministro Karamanlis, sua compreensão dos sentimentos de frustração da comunidade grega, sua preocupação "de manter a honra e a dignidade nacional dos gregos".

Mas acrescentou que as ameaças de retirada total da Grécia da aliança atlântica (até agora, apenas retirou-se do pacto militar da OTAN) e as demonstrações antiamericanas só podiam atrapalhar o esforço diplomático atualmente em curso para trazer de novo a paz. Uma reflexão mais calma, acrescentou Kissinger, permitirá ao governo de Atenas verificar a "profunda simpatia" que o governo americano sente pela Grécia.

Apesar dessas boas palavras, o secretário de Estado dava a impressão de um homem um tanto cansado, seriamente desgastado por um problema que não pôde ou não quis controlar. Era evidente que o "mágico" havia perdido a sua varinha, e sua atitude geral reatou as especulações segundo as quais, mais cedo ou mais tarde, ele poderia deixar a administração Ford, menos preparada e menos favorável à diplomacia pessoal e secreta do que a administração Nixon.

A guerra do Prêmio Nobel da Paz

As duas faces da moral política americana: a democracia interna e o fascismo externo

Maurice Duverger

Para qualquer espírito imparcial, a leitura dos documentos de Watergate, que provocaram a queda de Richard Nixon, é menos arrasadora do que a dos documentos do Pentágono, que não abalaram a mínima a presidência dos Estados Unidos. Entre os dois, há a mesma diferença que existe entre uma miséria irrisória da casa alheia por um bando de gatunos de segunda classe e assassinatos em massa perpetrados friamente por um grupo notavelmente organizado. Se este último age atualmente de maneira mais discreta, não parece todavia ter mudado a natureza mesma das suas ações. Alguns observadores notaram

continua na página ao lado

continuação da página 10

que os métodos empregados por Kissinger, que lhe valem a admiração do mundo e a confiança dos seus concidadãos, não são absolutamente menos imorais do que os métodos que levaram o seu ex-patrão a uma renúncia.

Os Estados Unidos continuam praticando uma dupla moral política, como desejariam fazê-lo outras nações mas que não dispõem de todos os meios necessários para isso. No plano interno, apesar do poder do dinheiro sobre o governo, eles mantêm estruturas liberais cuja força acaba de ser mostrada com o caso Nixon. Nas relações internacionais, usam e abusam de seu superpoderio, conduzindo-se de uma maneira absolutamente autoerótica. Quando devastavam Hanói com os seus bombardeios, podia-se falar do "fascismo externo" que praticavam, coincidindo com uma democracia interna. Hoje, essa expressão parece exagerada porque a violência externa da democracia americana é menos aberta.

As prisões no Vietnã do sul transbordam de prisioneiros políticos, sem que o protetor americano, a quem Thieu não poderia recusar absolutamente nada, se preocupe com a sorte dessas pessoas.

Se é difícil definir com precisão o papel dos Estados Unidos na subida do general Pinochet no Chile, todavia é certo que Washington dispõe dos meios capazes de exigir a descompressão do regime.

Na região próxima da Europa ocidental, onde está mais diretamente interessado o que em outro lugar qualquer, a política dos Estados Unidos tornou-se abertamente mais brutal e mais violenta durante o período Kissinger do que nos períodos anteriores. Algumas declarações atribuídas ao ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1973 sobre os conflitos que só podem ser resolvidos "lá quente" talvez contribuam para o desencadeamento da guerra árabe-israelense de outubro do ano passado.

Em todo caso, Kissinger se envolveu, pelo menos por intermédio da CIA, na guerra de Chipre. A atitude de Washington, uma vez desencadeada a ação, mostra claramente para onde pendia de início a simpatia do secretário de Estado. Que em seguida ele tenha virado o rosto após o desembarque turco, apostando em Ancara os mesmos lances que antes apostara em Atenas, apenas mostra a rapidez dos seus reflexos e a maleabilidade do seu espírito, assim como o desprezo que dedica aos seus aliados, reduzidos à condição de peões que são deslocados com uma soberba indiferença à vontade dos povos, a seus ideais, ao sangue derramado e às ruínas acumuladas.

Ninguém pode esquecer, é certo, o papel desempenhado por Kissinger no desenvolvimento da distensão entre as duas superpotências. Ele contribuiu, nesse sentido, para tornar menos plausível ainda a hipótese de uma guerra mundial, que de qualquer forma já não o era absolutamente depois do grande desenvolvimento das armas atômicas. Contribuiu também, por outro lado, para tornar menos quente a mais violenta das guerras limitadas que se eternizava no quadro da coexistência pacífica entre superpotências: a do Vietnã. Mas não dispôs de uma mesma energia para impedir a eclosão de novas guerras limitadas. Ao contrário, parece tê-las considerado como um meio aceitável para descongelar situações a fim de estender a influência e o poderio de seu país. O conflito árabe-israelense de 1973 fez com que o Egito caísse no campo americano. As batalhas de Chipre em 1974 põem um fim ao regime semineutralista do arcebispo Makários e asseguram a hegemonia americana sobre a ilha.

Nos dois casos, os europeus foram tratados como objetos que Washington manipula a seu bel prazer. Mas demos graças a Kissinger pela clareza e franqueza de suas diligências nesse particular. Ele diz quase abertamente ao Velho Mundo: cerrem fileiras e façam silêncio nas fileiras! Assim, vocês serão protegidos e abastecidos, recebendo benefícios razoáveis.

Aloin Clément

Onovo vice-presidente dos Estados Unidos nasceu a 8 de julho de 1908 em Bar Harbor, no Maine. Rico demais para que alguém se preocupe em investigar suas rendas, neto de um dos primeiros "constructores de impérios", John Rockefeller (nascido em 1840), herdeiro de um nome que está em todos os lugares importantes do país, o problema era: qual o lugar adequado para um tal personagem que não precisa de nada e só pede para dar provas de sua vocação política, no sentido mais desinteressado do termo?

O conselheiro sem influência

Na política, Nelson Rockefeller foi sempre um marginal, apesar de se sentir em casa. Roosevelt, Truman, Eisenhower, Johnson, Nixon apelam para suas luzes, que aliás ele distribui generosamente, numa espécie de mecenato cívico e social. Seus dois antepassados imediatos legaram, em vida, um total de mais de dois bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 14 bilhões) da época em boas obras variadas: universidades, hospitais, centros de pesquisa médica, galerias de arte, programas sociais, etc. Nelson continuou nessa linha. Seu próprio pai cuidou para que essas fundações recebessem estatutos invulneráveis à conjuntura. Mas ele acrescentou um ramo a essa multiforme diversificação, financiando largamente pesquisas, institutos, comitês, no campo das relações internacionais e da reforma interna.

Quando renunciou, em dezembro passado, ao cargo de governador do Estado de Nova York, criou logo uma "comissão nacional de estudos das escolhas críticas", com 33 membros, entre os quais, *ex officio*, o então vice-presidente Ford e Henry Kissinger. Este, aliás, deve toda a sua ascensão social e mesmo política à proteção de Rockefeller, que o "lançou" no círculo novaiorquino do Council on Foreign Relations (Conselho de Relações Exteriores), que subvencionou os relatórios que classificaram o atual secretário de Estado entre os pensadores da estratégia nuclear.

Era um rico mentor. Nem mesmo eminência parda, mas o eterno "consulor", "conselheiro", "assessor especial", nos caminhos do poder. Títulos respeitáveis mas que não

garantem nenhuma influência. Rockefeller estava disponível demais para ser indispensável. É reconhecido como grande conhecedor da América Latina. Entre 1935 e 1940, dirigiu a Creole Petroleum Corporation, uma filial da Standard Oil of New Jersey na Venezuela, país onde ele adquiriu uma enorme fazenda. Em 1937, fez sua primeira grande viagem pelos países do sul da América. Trinta e dois anos depois, na primavera de 1969, o então presidente Nixon lhe confiou uma "missão de exploração" que o levou a 20 países da América Latina.

Foi uma viagem movimentada, que não era a primeira para ele. Passando por "liberal" nos Estados Unidos, na medida de suas liberalidades esclarecidas, ele adquire a carranca do "imperialismo lanque", tutor das ditaduras, dos torturadores e do neocolonialismo sem coração, quando chega ao sul do Rio Grande. Naturalmente há injustiça nessa caricatura. Mas o que resulta das 137 páginas do relatório que Nelson Rockefeller enviou à Casa Branca? Nada de original. No plano político, não teve consequências.

Sem a estatura necessária

O que é curioso não é que um espírito tão caritativo e compreensivo ceda tão facilmente às mediocridades convencionais diante de problemas que ele tem todas as condições para dominar; mas sim que esse homem, uma vez na arena política, que escolheu aos 50 anos, ignore as regras elementares do esporte político, esporte mais delicado ainda porque, sendo republicano, ele pertence a um partido minoritário que nunca conseguiu reerguer-se da "grande depressão" dos anos 30; o que não impede que haja em seu seio incompatibilidades de humor e brigas de tendências. Uma e outras existem e seria vão ignorá-las. Mas levá-las aos extremos significa correr para o suicídio coletivo, como foi demonstrado pela eleição do democrata Woodrow Wilson, em 1912, devido à cisão do Partido Republicano, no entanto ainda majoritário na época. Nelson Rockefeller não se incomoda com esse precedente. Seguro de si e de seus meios, incentivado — talvez até bajulado — por um grande séquito, acha que não deve nada a ninguém e, às vezes, cavalga rudemente sozinho.

Embora tenha exercido com talento as funções de governador de Nova York, era evidente que para ele isso constituía apenas uma etapa no

caminho para a Casa Branca. Em 1960, 1964 e 1968, fez mais de uma investida para obter a investidura do partido. Mas como foi desastrado num empreendimento que, principalmente para uma pessoa tão visada e alvo de invejas, requeria muita habilidade e capacidade de manobra! Em 1960, ele quis barrar Nixon, candidato virtual do partido. Mas não tinha estatura para tanto. A ofensiva foi esvaziada e os dois assinaram um acordo, hoje esquecido, a ser incorporado ao pedaço de papel sem importância que é sempre a plataforma eleitoral de um partido.

Em 1964 foi mais grave. Johnson partiu ganhando, mas os republicanos se deram ao luxo de uma paixão romântica. Nada de compromissos, de candidatos de "meio termo"! O herói dessa onda de integrista conservador foi Barry Goldwater. A escolha era má, pois o senador do Arizona, personagem encantador e inofensivo, não tem peso. Mas para Rockefeller e alguns outros, facilmente eliminados nas eleições primárias que antecederam a convenção de San Francisco, o GOP (Great Old Party — "velho e grande partido", nome que os republicanos dão à sua agremiação) estava ameaçado de perder sua alma.

Na última hora, eles armaram um contra-ataque furioso, que fracassou lamentavelmente. Barry Goldwater foi escolhido candidato republicano por uma convenção delirante. Imediatamente, Rockefeller saiu do jogo. Em vez de, como é de praxe, reconciliar-se publicamente com seu rival mais feliz, recolhe-se à sua tenda e recusa-se a participar da campanha eleitoral. Quem se aproveita disso? Richard Nixon, que, consciente do que aguarda Goldwater, prevê que o GOP precisará de alguém para reparar os estragos. Foi exatamente o que aconteceu: Goldwater pulverizado por Johnson, Nixon emergiu como o "timoneiro de emergência" de um barco à deriva.

Em 1968, Rockefeller ainda fez melhor. Entra na batalha pela investidura com grande estardalhaço, reúne em torno de si importantes personalidades e finalmente, no dia 23 de março, anuncia que sai da luta. Seus partidários, que não foram avisados com antecedência dessa mudança de rumo, que aliás permanece sem explicação, o abandonam sem maiores cerimônias. Mas Rocky ainda não tinha dado a última palavra. No dia 31 de março, Lyndon Johnson anuncia que não vai disputar um novo mandato nas eleições de novembro.

O CLã DOS ROCKEFELLER

Dez bilhões de dólares, ... por aí

Onovo vice-presidente dos Estados Unidos é um dos homens mais ricos do mundo. A fortuna de Nelson Rockefeller, neto do fundador da Standard Oil, que foi o primeiro milionário americano, é contudo difícil de ser calculada. A ordem de grandeza do patrimônio familiar dos Rockefeller é de vários bilhões de dólares e, segundo alguns, de mais de 10 bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 70 bilhões).

A origem de uma fortuna tão colossal é simples: John I., o magnata do petróleo, morto aos 97 anos, em 1937, passou a vida ganhando o máximo de dinheiro possível, tornando-se rapidamente uma das figuras legendárias da corrida do "ouro negro" no século passado, povoada de mortes inexplicáveis. Em 1890, ele se telicitava por já ter ganhado um milhão de dólares com a Standard. Quando morreu, tinha multiplicado por mil (no mínimo) esse desempenho, embora, nesse ínterim, as leis antitruste o tenham obrigado, em 1911, a desmantelar a Standard Oil. Essa

dispersão obrigatória dos investimentos iniciais está aliás na origem da extrema multiplicidade das participações acionárias da família.

Além de participações substanciais na Standard Oil of New Jersey (Esso, que depois tornou-se Exxon), que é a segunda empresa mundial, e na Mobil Oil, oitava empresa mundial, a família possui inúmeras ações no banco Chase Manhattan e no First National, segundo e terceiro bancos do mundo, assim como na construção aeronáutica e na aviação comercial (Eastern Air Lines Boeing), na construção espacial (United Nuclear), na eletrônica, hotelaria, investimentos em países subdesenvolvidos, agricultura nos Estados Unidos, na Austrália e na Venezuela, pecuária, etc.

A reconstrução, em plena crise econômica dos anos 30, do centro de Nova York, onde fica o Rockefeller Center, mundialmente famoso, com seus 17 arranha-céus, milhares de escritórios, centenas de lojas, *music-halls* e museus, foi obra do filho do

fundador, John D. Júnior, que morreu em 1960.

Dos seus cinco filhos, dois fizeram carreira política: Nelson, que foi escolhido para vice-presidente de Ford, e Winthrop, governador do Arkansas e fazendeiro *gentleman*. Sua fazenda de 6 mil cabeças de gado é um modelo no gênero. David é o presidente do Chase Manhattan e Lawrence é um dos *businessmen* mais influentes no campo da eletrônica, da pesquisa, aviação e hotelaria. O último dos irmãos, John III, dedica-se a atividades filantrópicas e é presidente da fundação Rockefeller. A irmã mais velha, Abby, casou-se com o banqueiro Jean Mauzé.

Sobe pois a várias centenas de milhões de dólares, talvez mesmo a um bilhão, a fortuna pessoal de cada um dos netos do fundador da Standard Oil.

De sua parte, Nelson Rockefeller possui cinco importantes residências privadas, uma propriedade em Pocantico Hill (Westchester), bairro elegante de Nova York, um grande

apartamento *duplex* na Quinta Avenida (Nova York), uma casa em um bairro residencial de Washington, uma casa de veraneio em Seal-Harbour (Maine) e uma fazenda de 2.500 hectares em Monte-Sacro (Venezuela). Foi nesse país que ele teve ocasião de familiarizar-se com os negócios petrolíferos, quando, nos anos 30, como acionista da companhia Creole Petroleum, foi visitar seus poços e ficou chocado com as condições de trabalho dos operários.

A caminho da aposentadoria

Diante dessa desistência, Rockefeller volta à guerra. Trabalho perdido, tardio e caríssimo: mais alguns milhões de dólares jogados na balbúrdia não bastam para reagrupar seus fiéis chocados e dispersos. Nixon tem um avanço tão grande que é inalcançável. Mas ainda não terminou. Sem aviso prévio, como de costume, mas "depois de ter refletido muito", como ele diz, anuncia, a 11 de dezembro do ano passado, que renuncia ao cargo de governador de Nova York, depois de quatro reeleições sucessivas, para "ser mais útil ao país" presidindo... comitês de estudos. Modestia fingida. Transbordando de energia aos 65 anos, ele recomeça a percorrer o país. É que presente, como Nixon em 1964, que vai haver uma saga e que é preciso ocupar o terreno. Mas afinal ele aproveita as lições da experiência: seus discursos evitam o assunto Watergate. E, nos últimos anos, ele evoluiu. O "liberal" de outrora diz-se agora um homem da ordem. Pode até ter mão pesada, como por ocasião do massacre da prisão de Attica, em setembro de 1971, quando, no mínimo, não soube evitar as medidas policiais restritivas que eram de sua responsabilidade. Sua imagem se desloca para a direita.

Richard Nixon reserva-lhe uma última surpresa má. No dia 8 de agosto, Gerald Ford assume a presidência dos Estados Unidos. Rockefeller não tem outra escolha. Ele, que jurara outrora que não se contentaria em ser o *The Number Two* ("O Número Dois"), deixa-se embarcar numa vice-presidência que, a não ser com uma prodigiosa virada de situação, só pode desembocar na aposentadoria.

Será porque a política não assenta aos Rockefeller? O fundador da dinastia e seu filho — o pai de Nelson — sempre se abstiveram dela cuidadosamente. Mas o irmão de Nelson, Winthrop, morreu recentemente depois de um governo pouco glorioso no Arkansas. John (Jay) Rockefeller, a "esperança da família", que logo que chegou à maioria quis fazer carreira, partindo de zero, na ingrata Virginia ocidental, ainda se arrasta por lá sem conseguir ser governador do Estado, como desejava.

O destino dos Rockefeller prova que nos Estados Unidos o dinheiro faz a felicidade, pode fazer a felicidade dos outros mais do que em outras partes graças a uma grandiosa tradição de filantropia (ilustrada pelos Rockefeller), mas que não faz tudo o que se quer.

Françoise Giroud, diretora da revista L'Espresso, e secretária de Estado francesa para assuntos femininos, dá neste artigo as suas opiniões sobre a condição das mulheres nas sociedades desenvolvidas e apresenta os caminhos que, a seu ver, poderão conduzir à libertação feminina.

Não existe problema negro, dizia o escritor americano Richard Wright. O que há é apenas um problema branco.

Poder-se-ia dizer, parafraseando-o, que não existe problema feminino. O que há é apenas um problema masculino.

Colocar corretamente um problema não basta para resolvê-lo, mas é uma condição indispensável para tentar achar-lhe uma solução. É no espírito dos homens que deve penetrar a luz. É a eles que cabe não apenas reconhecer suas companheiras como iguais, mas agir de acordo.

Uma vez que o número de mulheres, na França, é idêntico ao dos homens (maior na faixa etária acima de 60 anos), pode parecer chocante tratá-las como se fossem um corpo estranho, uma minoria não integrada à nação. Vinte e seis milhões de mulheres não poderiam, por outro lado, constituir um grupo homogêneo que se situaria à margem do corpo social.

Economicamente, as mulheres formam uma massa tão diversa quanto a coletividade masculina. Mais diversa ainda, talvez. Uma mulher despreparada sempre o é um pouco mais do que um homem, mais exposta do que ele ao desemprego, à exploração, ao envelhecimento precoce. O que a separa, na sua vida diária, de uma mulher privilegiada, não é uma mera distância. É um abismo.

Numa época em que os quadros superiores, quer dizer, homens na maior parte (78%), trabalham 70 horas por semana, voltam furiosos para casa e passam as férias pendurados ao telefone, a diferença entre o seu modo de vida e o modo de vida do conjunto

dos trabalhadores é menos sensível. Isso se deve mais à natureza da sua atividade e às condições nas quais eles exercem — ou não exercem — responsabilidades, nas quais eles detêm — ou não detêm — um poder de decisão.

O que, em compensação, aproxima a imensa maioria das mulheres por cima das diferenças sociais é a sua falta generalizada de poder de decisão, o seu estado de dependência fisiológica, a ausência de autonomia financeira que pesa sobre um imenso número delas mesmo quando exercem uma atividade profissional regular, os obstáculos ao seu desenvolvimento e à sua promoção, as armadilhas da maternidade, bizarramente concebida hoje em dia como se o genitor cumprisse o seu dever, todo o seu dever, para com os filhos apenas pagando os seus sapatos e esbravejando com eles duas vezes por ano.

O que aproxima as mulheres, por fim, é a sua recusa, relativamente recente mas fortemente manifestada, em ter por horizonte apenas dois modelos aos quais se identificar: a Mãe ou o Homem.

A Mãe? Por mais absorvente que seja a função materna, e supondo que se julgue desejável consagrar-se de corpo e alma à mesma, ela ocupa nas sociedades desenvolvidas um terço da vida de uma mulher adulta. A mulher pára de ter filhos aos 29 anos. O mais velho fica adulto quando a mãe atinge 43-45 anos e dispõe ainda, em média, de 33 a 35 anos de vida. O que ela vai fazer então? Cortinas? A função materna já não preenche mais uma vida. As mais jovens começam a desconfiar disso. As menos jovens começam a descobri-lo.

Os banhos de parafina, em que as mais ricas procuram prolongar os sortilégios de sua sedução física evanescente, não são melhores que os banhos de fritura, em que as outras fazem dourar pasteizinhos, para mitigar a angústia de se ver transformar numa não-pessoa: na melhor das hipóteses, uma desenfreada consumidora de produtos de beleza e bugingangas; na pior, uma dona de casa não gratificada, que, o abandono ou a viuvez, se ocorre, não deixa sequer inscrita na Previdência Social.

A curva do emprego feminino, que cresce de ano para ano, traduz a tomada de consciência de uma

Que querem os homens?

Françoise Giroud

situação inteiramente nova na História. Essa curva só diminui entre os 30 e os 40 anos, para subir novamente em seguida. Vazio de umas, solidão de outras, despesas familiares que crescem quando os filhos maiores prosseguem os seus estudos — as razões variam, o resultado é o mesmo.

Basta dizer que aquelas que chegam depois dos 40 anos ao mercado de trabalho não encontram mais bons empregos, quando estão, o mais das vezes, no melhor das suas capacidades, por pouco que tenham tido a possibilidade de adquirir ou manter conhecimentos profissionais. Ao invés disso, elas são de certa forma punidas por terem tido filhos.

Problema feminino? Não. Problema social, quer dizer, de todos. Ou disposições energéticas serão adotadas para que a função materna não seja uma desvantagem para o exercício de uma profissão, ou os nascimentos serão cada vez menos numerosos.

Alguns se alegrarão com isso. Eu não. E não apenas pelas razões várias vezes expostas por Alfred Sauvy (veja *Muitos Pobres Ou Muitos Ricos?* na edição semanal brasileira do *Le Monde*, Opinião n.º 94), mas porque é uma grande infelicidade para um povo não amar mais a vida.

Eu sei muito bem que as leis da demografia continuam misteriosas, que o desejo de procriar é inconsciente; que o mesmo não pode ser controlado ou sensivelmente estimulado por decretos; que ele depende essencialmente, sem dúvida, da fé no futuro. No seu próprio futuro e, mais ainda, naquele que se imagina para os filhos. Ainda é preciso ajudar essa fé e alimentá-la.

Pois o desejo inconsciente de exercer uma atividade profissional, de se desenvolver nela, de garantir sua identidade, de ser convenientemente remunerada, de se proteger materialmente contra os acidentes da vida sentimental, conjugal ou não, de conduzir, enfim, o seu próprio destino, até onde isso é possível, ao invés de sofrê-lo ou viver em perpétua condição de auxiliada, esse desejo ameaça vencer todos os obstáculos que se opõem à sua realização.

Não é uma revolta feminina coletiva

e barulhenta, como uma revolta sindical, que ameaça eclodir. É a adição de milhares de revoltas individuais e silenciosas, agindo sobre a sociedade como uma urticária pela qual cada homem se encontrará individualmente atingido.

A partir de hoje, não se pode dizer, com base nos números, que 38% das francesas trabalham. Mas que 38% — ou seja, cerca de 8 milhões — trabalham simultaneamente. Em breve, todas as mulheres de mais de 16 anos trabalharão, terão trabalhado ou trabalharão novamente.

Ao mesmo tempo — e isto é realmente novo — as jovens mulheres recusam, e são numerosas, em aderir ao sistema de valores viris, em só poder escolher entre o subdesenvolvimento das suas faculdades e o superdesenvolvimento do espírito de conquista e de competição.

O apetite de poder não é uma componente feminina, por razões evidentes. Conquistar um poder, exercê-lo em primeiro grau — pelo esmagamento físico do rival — ou por meios mais sofisticados, não passa de uma maneira de se assegurar ou de se tranquilizar quanto à sua virilidade. O poder não dá às mulheres nenhuma segurança ou tranquilidade de ordem sexual.

Deixando de lado alguns casos particulares, a comunidade das mulheres não é ávida de poder, e procura menos arrancá-lo dos homens do que partilhá-lo com eles na medida de suas capacidades. E, assim fazendo, "acalmar o jogo".

Mas é preciso ver bem que uma mulher numa assembleia, num conselho, num grupo composto de homens, não pode fazer valer nada que incomoda de maneira sensível o sistema de pensamento masculino. Ela é o sábio chimpanzé, um objeto de arte, se preferem, a exceção que confirma a regra, e cujas observações, surgindo uma oportunidade, são ouvidas da mesma maneira com que se dá passagem primeiro às mulheres no momento de sair ou entrar por uma porta. Ou então é a traidora do seu sexo, aquela que adota, levando-as às vezes a um estado caricatural, as atitudes masculinas.

Não são as assembleias de mulheres, por mais úteis que sejam os seus trabalhos e as suas lutas, que podem dar um espírito novo às instâncias de

decisão atualmente masculinas. É a infiltração, nessas instâncias, de mulheres em quantidade suficientemente numerosa para que elas permaneçam naturais e não tenham mais que se portar como "casos".

Al também, a decisão cabe aos homens. Alguns desempenhos espetaculares não devem provocar ilusões: na função pública, tanto ou talvez mais do que na vida privada, o acesso às direções e aos grandes cargos continua tão aleatório que se criam neste momento tantos amargores quanto há de participação feminina eficaz e fecunda na vida coletiva. Já foi dito muitas vezes que as mulheres se davam maravilhosamente nas funções municipais? Todavia, elas constituem menos de 700 prefeitos na França. E isso num total de 38 mil municipalidades.

A vontade do governo com respeito à promoção feminina para postos de responsabilidade está nitidamente afirmada. É preciso que ela repercuta para além do gabinete ministerial.

Sabe-se que qualquer partilha de soberania, qualquer abdicção de uma parcela do poder que o homem tem sobre uma mulher quando consegue confiná-la, criada disfarçada e às vezes tirânica, no lar, encontra mais resistências ainda na base da pirâmide social do que nos meios mais favorecidos.

Nada mais compreensível. Quanto mais um homem sofreu durante todo o dia a dominação de outros homens, quanto mais ele foi maltratado, privado de iniciativa, tanto mais natural que tenha vontade de fazer uma revanche em casa contra aqueles que são mais fracos do que ele.

Logo que se pretende compreender a condição feminina, tropeça-se com a condição masculina, e isso é normal, já que elas estão intimamente ligadas. Confundidas numa dialética muito mais complexa do que a do senhor e do escravo, do colonizador e do colonizado, do explorador e do explorado, habitualmente mencionadas por analogia.

Que querem as mulheres? Freud afirmava que era impossível responder a essa pergunta. Quem poderia? Quem poderia responder a uma pergunta que coloca em questão todas as contradições da condição humana? E os homens, que querem eles, afinal? Ao menos sabe-se que eles só amam duradouramente as mulheres que eles fazem felizes. Para o seu próprio bem, já é tempo de se aplicarem, com elas, a encontrar os novos meios dessa felicidade.

(1) Nota da Redação de Opinião: Tribuna Livre é uma seção de livre opinião publicada eventualmente pelo *Le Monde*. Nela escrevem pessoas diretas ou indiretamente ligadas ao assunto discutido e não há interferências por parte da redação nas opiniões da pessoa convidada a escrever.

É preciso uma fé robusta para saudar na renúncia de Richard Nixon uma vitória da moral, da justiça e da democracia. Singular democracia essa. Curiosa justiça que permite a um vice-presidente e, segundo todas as probabilidades, a um presidente demissionário comercializar a função de que abusaram, trocando-a pela sua liberdade, enquanto que seus comparsas, que não tinham tanto compromisso assim, estão na prisão. Estranha moral, enfim, que faz pesar mais na balança da história uma invasão abortada da sede do Partido Democrata do que os bombardeios do natal de 1972 sobre Hanói. Sem querer retalhar o vencido, não se pode todavia deixar de sentir uma certa amargura ao pensar que o ex-presidente dos Estados Unidos escapa tanto às leis internacionais quanto às de seu próprio país.

Feitas estas reservas — mas os louros pós-tumultos, entre eles a satisfação da razão de Estado pelo ex-chefe dos "encanadores", as tornavam necessárias — gostaríamos de ver na França jornalistas livres, magistrados independentes e parlamentares íntegros conjugando seus esforços para levar até o fim as investigações que se arrastam, quer se trate dos dispositivos de escuta clandestina colocados na redação do semanário satírico *Le Canard Enchaîné*, dos assassinatos do líder oposicionista marroquino Ben

(1) Secretário nacional do Partido Socialista Unificado (França).

NIXON/FORD

Uma simples mudança de pessoas

Robert Chapuis (1)

Barka e de outros, ou simplesmente das invasões políticas como a que sofreu a sede do PSU em 1970. A moral e a justiça não sofreriam nada com isso e a democracia teria tudo a ganhar.

Tudo mundo se põe também a elogiar a excelência das instituições americanas e a flexibilidade do seu funcionamento. É certo que essas instituições acabam de dar a prova da sua robustez e de testemunhar uma surpreendente capacidade de autodepuração. Mas não haverá um significativo paradoxo no fato de que, no momento mesmo em que os mecanismos constitucionais legados pelos fundadores da República teriam pretensamente se mostrado eficazes, os americanos se lançem nos braços de um homem no qual a inexperiência é um trunfo, a ausência de grandes idéias, uma qualidade, e o vazio, uma virtude? Em suma, malgrado a força e a robustez dessas instituições, os americanos preferem vê-las nas mãos de Gerald Ford, reduzidas ao estado de quase insignificância. Talvez os cantores franceses do presidencialismo fizessem bem em meditar sobre este exemplo: por ter passado pela experiência de que esse presidencialismo está próximo do absolutismo e do

despotismo, a natureza política americana perdeu o seu horror pelo vazio. Por enquanto, o caso Watergate mostrou que a lógica das instituições americanas foi a de levar à presidência um homem para o qual a gravação das suas conversas provou isso) os problemas só têm importância e só devem receber uma solução se isto lhe angaria os votos dos eleitores. Mas devemos nos precaver: essa é uma lógica de que os Estados Unidos não têm necessariamente o monopólio. O presidente Ford terá que enfrentar imediatamente uma situação econômica difícil: a inflação não foi estancada pelas diversas medidas de controle adotadas e abandonadas pelo seu antecessor, o desemprego aumenta em proporções modestas mas regulares, o comércio exterior está com um déficit de 2 bilhões de dólares, os americanos vivem obcecados pela recessão. Mas o que poderá fazer G. Ford? Ele mantém os mesmos conselheiros de Nixon, cujas receitas

fracassaram; e, depois, as gravações legadas à posteridade pelo presidente caído não nos terão mostrado (ou confirmado) que a política econômica dos Estados Unidos se fazia mais no círculo dos corretores na Bolsa do que na Casa Branca?

A política externa também se faz, em grande parte, entre os corretores da Bolsa. As empresas multinacionais têm sua própria política externa, como por exemplo a ARAMCO que, em outubro último, tratava diretamente com o governo da Arábia Saudita e controlava o Pentágono através do abastecimento petrolífero das tropas americanas.

Mas tudo isso são apenas detalhes. No fundo, a única consequência importante da saída de Nixon está no traumatismo moral (?), aparentemente profundo, deixado por dois anos de crise política na opinião pública americana. A popularidade provisória de que goza Ford não deve iludir: a crise de confiança em relação aos funcionários, ao governo e ao destino da América é extensa e duradoura. Além do mais, essa difícil interrogação coletiva sobre os cargos que servem a essas instituições sólidas e sobre o futuro dos Estados Unidos parece, por

enquanto, sem resposta.

Já que fomos convidados, pela televisão do mundo inteiro a assistir à transmissão direta da renúncia do presidente dos Estados Unidos, como o primeiro passo dos astronautas na lua, seria bom que nós nos interrogássemos, para além do "suspense" e da encenação, sobre as repercussões desse acontecimento. É talvez a constatação mais espantosa sobre essa sucessão presidencial no maior país do mundo seja a seguinte: apesar de dois anos de escândalo, de corrupção e de crise, apesar das dificuldades econômicas, internacionais e internas, a renúncia de Nixon representa muito pouca coisa. É em outra parte que os dados estão lançados. Porque, ainda recentemente, pelo menos favoreceu a eliminação, em Chipre, de monsenhor Makarios, considerado muito pouco favorável aos seus interesses. Porque, para defender esses mesmos interesses, tortura-se, no Irã, em São Domingos, no Haiti, na Guatemala...

Se o caso Watergate significa que alguma coisa mudou um pouco na relação de forças nos Estados Unidos e na consciência dos cidadãos americanos, é nessa política externa que as coisas têm que se alterar. Se, como acaba de assegurar G. Ford, a política externa dos Estados Unidos continua como antes, o caso Watergate terá sido apenas um pequeno fato sem significação real, a renúncia de Nixon não terá sido a condenação de uma política, mas uma simples mudança de pessoas.

Enquanto o Exército prossegue a sua ação com vistas a instaurar uma monarquia constitucional em Adis-Abeba, o imperador Haile Selassie parece se resignar a desempenhar o papel meramente simbólico a que o obriga a atitude adotada com relação a ele pelas Forças Armadas.

N a hora do almoço, moças elegantes carregadas de cestos descem dos carros diante dos muros tristes de um quartel e entram na praça de armas onde vão e vêm jipes armados de metralhadoras. São esposas ou filhas que trazem comida para seus maridos e pais, cerca de 150 altas autoridades que foram encarceradas pelo Exército nas dependências da IV Divisão em Adis-Abeba, a capital da Etiópia. Preso recentemente, o chefe da guarda imperial (cujo antecessor fora também encarcerado algumas semanas antes) juntou-se ao ex-prefeito da capital, ao camareiro real, ao ajudante de campo do imperador, a magistrados e funcionários importantes em desconfortáveis barracas cobertas de zinco ondulado.

Algumas horas antes da prisão do general comandante da guarda imperial, esses militares tinham anunciado a dissolução do Conselho da Coroa e do tribunal onde o imperador, no palácio, distribuía a sua justiça real, como um dos seus antepassados, Salomão. Segundo o Exército, essas duas instituições operavam no âmbito atribuído ao Parlamento e à Suprema Corte. Ao mesmo tempo, o Estado-Maior particular do imperador foi "provisoriamente transferido para o Ministério da Defesa".

Privando o imperador das atribuições às quais ele mais se apegava, prendendo no palácio imperial os seus colaboradores mais íntimos, o Exército terá decidido afrontar abertamente a velha ordem? Rumores alarmistas correram recentemente a respeito das decisões que estaria a ponto de tomar o imperador, depois de ter consultado a família real. Parece, na verdade, que Selassie se resignou à atual situação e que, ao "fazer entrega da sua pessoa" ao país, aceitou o papel puramente decorativo que os militares querem que

ele desempenhe. Alguns destes temem aparentemente o choque psicológico que poderia criar numa parte da população rural a deposição do imperador.

Um projeto de constituição monárquica está sendo examinado atualmente pela Comissão Militar de Coordenação, antes de ser submetido ao Parlamento. Se a hostilidade dos senadores (grandes proprietários agrários) a esse projeto não deixa margens a dúvida, os jovens burgueses esclarecidos presentes na Assembleia Nacional sem dúvida se acomodariam muito bem com a manutenção de um monarca sem poder efetivo num sistema que reservasse um lugar privilegiado ao corpo legislativo. Eleitos no fim do ano passado por sufrágio universal (7 milhões de votantes), esses deputados são, certamente, figuras (para poder se candidatar eles tiveram que apresentar um comprovante de posse de uma confortável residência particular nas cidades ou de um terreno de no mínimo 80 hectares nos campos), mas sua posição social (eles exercem, na maioria, profissões liberais) os distingue nitidamente dos grandes proprietários nomeados indiretamente para o Senado. Como muitos dos deputados foram eleitos pela primeira vez, não estão comprometidos com o antigo regime.

A oposição da Igreja

Após um desfile militar para demonstrar a "unidade" das três Forças Armadas, a situação permanece calma em Adis-Abeba, que vive sob o toque de recolher a partir das 23 horas desde o mês de julho.

Mas a calma talvez não seja

ETIÓPIA

A nova força dos militares

O enfraquecimento do imperador, da Igreja e dos grandes proprietários

Jean de la Guérivière

duradoura. A oposição da hierarquia religiosa ortodoxa contra essa constituição "laica" continua a provocar numerosos comentários. O projeto constitucional foi elaborado por uma comissão de juristas e transmitido ao governo e à Comissão Militar de Coordenação para ser examinado. Foi esta última fase dos procedimentos que a Igreja Ortodoxa escolheu para enviar à Comissão de Coordenação um "memorando", protestando contra o fato de que seus "direitos tradicionais" não eram mais reconhecidos, sendo ela a "guardiã da justiça, da moralidade e da herança cultural" da Etiópia.

Esse memorando não teria sido mal recebido pelos militares, entre os quais há muito poucos muçulmanos (1). De qualquer modo, a maioria dos membros da Comissão de Coordenação não parece absolutamente desejar de partilhar em igualdade com os muçulmanos a gestão da "Etiópia eterna". É significativo que a imprensa local — mais ou menos controlada pelas autoridades — tenha dado uma ampla divulgação às declarações da Igreja Ortodoxa, enquanto deixou passar em absoluto silêncio o caso da renúncia dos parlamentares.

Os que se chamam aqui de "congoleses" — quer dizer, os militares etíopes que serviram sob a bandeira da ONU no ex-Congo belga (atual Zaire) e na Coreia — depois de

(1) A maioria da população da Etiópia pratica a religião Copta, um ramo do cristianismo.

terem feito uma manifestação para obter o pagamento dos soldos que, segundo eles, o governo lhes deve, estão a ponto de formar um grupo de pressão poderoso e influente. Se bem que muitos deles tenham hoje uma atividade civil, estão solidamente armados e são bem treinados. Uma parte considerável da população tem armas de guerra nas mãos, que se pode comprar facilmente no contrabando do Mercado — o maior mercado da África. É sem dúvida uma das razões pelas quais o Exército hesita em tomar iniciativas suscetíveis de desencadear a guerra civil.

Chuvas diluvianas se abatem sobre certas regiões. Após a seca, é a estação das inundações. O problema da fome permanece intocado, não apenas na província de Wollo, mas também — pelo menos ao que se sabe — no sul do país, perto da fronteira com o Quênia. Para o povo, já é tempo de eclodir uma crise entre um imperador fechado na solidão do seu palácio, um governo interino que não tem mais a administração nas mãos e militares cujas intenções finais não estão muito claras. Os que participam de perto do jogo político empunham-se com gosto nas sutilezas bizantinas da "democracia" descoberta e pensam que "vários meses pelo menos" serão necessários para que a situação "se esclareça".

Prisões e execuções na Eritreia

Foi com a prece tradicional pedindo aos céus "uma longa vida" para o imperador que começou

na terça-feira, dia 20 de agosto, na Assembleia Nacional, o debate sobre a província da Eritreia (2), decidido após a renúncia dos 23 deputados dessa província. Estes, não tendo voltado atrás na sua decisão, estavam ausentes do Parlamento. Alguns se encontram atualmente em Asmara, a capital da Eritreia.

Nas dependências reservadas ao público, muitas pessoas originárias da Eritreia, reconhecíveis pelas suas cicatrizes que têm perto das têmporas, vieram ouvir as explicações do governo após a leitura de um texto que protestava fundamentalmente contra a permanência, nos cárceres da província, de 189 "prisioneiros políticos", enquanto outras pessoas presas antes de fevereiro de 1974 foram libertadas no resto do país. Denunciaram também os "massacres de populações", referindo-se assim à execução sumária de 170 civis em julho último na localidade de Hom-Aguer, nos confins da fronteira entre a província e o Sudão, como represália ao ataque imprevisto da Frente de Libertação da Eritreia (FLE).

O ministro do Interior respondeu que os 189 detidos eram condenados de direito comum e que não seriam libertados. Menos brusco, Miguel Imru, o primeiro-ministro, contentou-se em fazer declarações vagas, ressaltando que ele não podia ser considerado responsável por uma situação que foi sendo envenenada durante os "anos de incompreensão", quando ele ainda não estava no poder. Depois de fazer alusão ao "inimigo externo" que procura "enfraquecer a Etiópia", Imru declarou-se disposto a "abrir o diálogo com os que se sentem oprimidos", sem precisar se essa oferta se estendia também à Frente de Libertação. (J. G.)

(2) A província da Eritreia havia sido, desde 1890, uma colônia italiana. Depois da Segunda Grande Guerra passou a ser administrada pelos ingleses. Em 1952 as Nações Unidas votaram a sua anexação à Etiópia e há 12 anos que a Frente de Libertação da Eritreia luta pela autonomia da província.

CHINA

A revolução mais bem comportada

Alain Bouc

funcionários municipais praticamente nada deixaram dos cartazes colados nas semanas anteriores.

Nessas condições, não é fácil formar uma opinião sobre um movimento que escapa agora à observação direta. A campanha "Pi Lin pi Kong" (crítica de Lin Piao e Confúcio) parece ter-se recolhido a sua concha, ou seja, a das reuniões organizadas pelo partido nos locais de trabalho. Mas o fato está longe de significar que o debate perdeu sua intensidade.

Dos cartazes de Pequim pode-se tirar uma primeira conclusão ou tentar um primeiro balanço. Eles revelaram a persistência de uma corrente de esquerda, ou mesmo "esquerdista", que conserva a nostalgia do grande movimento popular de 1967 e pede a reativação das organizações de massa fora do partido, dos sindicatos e da Liga da Juventude. Os cartazes, em Pequim e em outras cidades, recolocaram o problema da composição dos Comitês Revolucionários, da parte que neles devem tomar os representantes das massas, do seu caráter permanente ou temporário e, consequentemente, de uma eventual renovação. Os cartazes levantaram, por fim o problema de sua própria existência: era ou não necessário deixar que se exprimisse na rua — mais exatamente em determinada rua — um debate que o partido já tinha dificuldade em conduzir dentro do quadro mais cômodo da unidade de base?

Não há nenhuma dúvida de que a direção do partido aprovou o princípio dos jornais murais. Ao que se diz, a decisão foi tomada, no que diz respeito a Pequim, pelo fim do mês de maio.

Mas logo ficou claro que, ao lado de textos refletidos e que colocavam os problemas em profundidade, outros cartazes, dando ênfase a violações, assassinatos e ameaças de morte, mostravam talvez antes as frustrações que perturbavam alguns cidadãos mais exaltados do que outra coisa. Além disso, os ataques contra personalidades altamente colocadas, como o membro do Bureau Político Hua Kuo-Feng, foram julgados inadequados, pois a esse nível o processo tem que ser instaurado pelo Comitê Central e não por uma população mal informada sobre os bastidores do caso Lin Piao.

A febre de condenações

Há talvez outra razão para explicar o lugar relativamente modesto ocupado em Pequim pela campanha de cartazes: simplesmente os problemas ali são menos graves do que em outras regiões. Lin Piao nunca teve base muito sólida na capital. Quanto à denúncia de Confúcio, desenvolveu-se nessa cidade mais rapidamente do que em outras regiões graças às equipes de filósofos e polemistas da Universidade de Pequim e da Universidade Tsinghua. Em algumas províncias, ao contrário, a campanha encontra obstáculos bem mais difíceis de superar.

O objetivo central do movimento Pi Lin pi Kong continua sendo a crítica de Lin Piao e a eliminação da influência que ele talvez tenha mantido

no partido e no Exército quase três anos depois de sua morte. É uma tarefa ao mesmo tempo difícil e delicada, pois como é possível determinar na multidão de dirigentes que obedeceram a suas ordens o verdadeiro participante da conspiração de 13 de setembro de 1971, que terminou com o desaparecimento do ex-ministro da Defesa?

Não se pode condenar todo mundo. É preciso distinguir entre os que seguiram o vice-presidente porque pensavam servir assim ao presidente Mao e os que organizavam, em combinação com Lin Piao, a destituição de Mao Tsé-tung. Os primeiros conservam seus postos, os outros são severamente punidos. E há ainda os inúmeros casos intermediários daqueles que participaram do complot sem compreender bem o papel que estavam representando.

A vida política em algumas regiões, sobretudo no sul do país, está dominada pelos inquéritos, conduzidos pelo partido e pela população politizada, sobre o passado recente dos políticos importantes. Isso é mais visível na região de Cantão, onde Hsu Shih-yu, membro do Bureau Político, nomeado para a província em janeiro, se mostra muito ativo nos expurgos por ter essa região vivido muito tempo nas mãos dos partidários de Lin Piao. Aliás, em Cantão o movimento se chama Pi Lin pi Kong e também Pi Huang, isto é, crítica de Huang Yong-sheng, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, acusado de ter sido o principal instrumento da conspiração de 1971.

Aliás, é um fenômeno característico dessa campanha a ausência de in-

terferência na atividade diária. Ficou estabelecido desde fevereiro que o movimento não deve nem deter a produção nem suspender as aulas nem pôr os funcionários de férias. No entanto, em junho houve desordens e violências no interior, particularmente na província de Kiangsi. Há sem dúvida uma parte de verdade nos cartazes da rua Taichichang.

Uma diferença em relação à Revolução Cultural é que, desta vez, os dirigentes compreenderam que era melhor expor-se voluntariamente à crítica, e não resistir como muitos deles fizeram em 1966 e 1967. No Comitê Central só se opõem verdadeiramente ao movimento os que não têm mais nada a perder, por causa do apoio que deram a Lin Piao.

É preciso recordar finalmente, embora isso não tenha mudado desde o começo do ano, que essa dura luta política é também um movimento de estudo simultaneamente filosófico, histórico e cultural. Toda a denúncia contra Lin Piao se baseia no repúdio ao pensamento feudal e à tradição de que, segundo dizem, ele queria ser o herdeiro. Assistimos a uma verdadeira redescoberta científica do passado, segundo um processo que se enriquece a cada dia e não tem equivalente entre nós no Ocidente. Talvez possamos, limitando-nos ao plano cultural, lembrar a redescoberta do Renascimento pelos românticos ou, um século antes, a aplicação do princípio da livre interpretação das sagradas escrituras.

Le Monde

© Le Monde

Todos os direitos reservados

Informações provenientes de Pequim dão a entender que o Congresso Nacional do Povo (parlamento chinês), que não se reúne há quase 10 anos, poderá ser convocado dentro em breve. Algumas fontes sugerem que poderá haver uma sessão parlamentar por ocasião do 25.º aniversário da República Popular da China, a ser celebrado a 1.º de outubro. Um dos assuntos inscritos na ordem do dia dessa sessão seria, segundo fontes diplomáticas da capital chinesa, a adoção de uma nova Constituição, cujo projeto já teria sido discutido em todo o país.

Paralelamente, a campanha de crítica contra Lin Piao e Confúcio se amplia através da China, mas acentuando igualmente a necessidade de desenvolver a produção. O lema "Assumir a revolução e promover a produção" aparece em inúmeros textos. Por uma diretiva do Comitê Central do PC chinês, os comitês locais do partido são convidados a organizar grupos especializados para tomarem a responsabilidade de cada uma dessas duas tarefas.

Há várias semanas os muros da rua Taichichang estão calados ou apenas murmuram. Durante mais de um mês o grande muro de tijolos diante do Comitê Revolucionário de Pequim esteve coberto de cartazes, queixas, acusações e até pedidos de socorro, e por um momento se acreditou que dali o fogo se espalharia para incendiar toda a capital. Depois do amanhecer de 28 de junho, quando, em uma só noite, foram colocados 40 cartazes, a excitação foi caindo progressivamente. Agora só aparece um *dazibao* (cartaz mural) novo a cada quatro ou cinco dias, e relatando fatos de pouco interesse.

A rua Taichichang fica a poucos passos da parte mais movimentada da cidade mas, atualmente, são poucas as pessoas que se detêm para ler os cartazes. Passou o efeito-surpresa. Aliás, a pesada chuva de verão e os

ENTRE A NORUEGA E O GUAÍBA

A história das estranhas relações da Aktieselskapet Borregaard e sua filial brasileira

Rodeado por mais de mil convidados ao churrasco de inauguração da Indústria de Celulose Borregaard S.A., da Noruega, às margens do rio Guaíba, no lado oposto à Porto Alegre, ao então ministro da Indústria e Comércio, Marcos Vinícius Pratini de Moraes, coube o principal discurso da festiva manhã de 16 de março de 1972. Sob aplausos de industriais e empresários, dos embaixadores da Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega, além do diretor da empresa naquele país, O. C. Muller, o ex-ministro destacou que a Borregaard era a primeira grande indústria voltada só para a exportação que se instalava no Brasil e, por isso, "merece todo apoio do governo pois se orienta totalmente no sentido que constitui hoje a grande prioridade da economia brasileira. Que o exemplo dessa indústria seja seguido por outros empreendimentos, os quais podem contar com o decidido apoio governamental, inclusive fiscal e creditício".

Plantada no município de Guaíba, separada de Porto Alegre por apenas 12 quilômetros das águas barrentas do rio Guaíba, a Borregaard, com seus 35 mil metros quadrados de edificação, 22 mil toneladas de equipamentos pesados e mais de 2.500 empregados começava a produzir 120 mil toneladas anuais de celulose (matéria-prima para a fabricação de papel) e 70 mil de acácia negra (matéria-prima para tecidos sintéticos), sendo que, pelo contrato, toda essa produção deveria ser exportada para a matriz norueguesa nos primeiros 15 anos de funcionamento da indústria no Brasil.

O governador Euclides Triches, também presente na inauguração, ressaltou o símbolo, que seria a Borregaard, "da confiança do governo e empresários da Noruega na capacidade do Rio Grande do Sul". No mesmo dia 16 de março, à tarde, no salão de festas do Palácio Piratini, o reconhecido governo norueguês, pelas vantagens que havia conseguido com o governo gaúcho para a instalação da indústria, através do seu embaixador no Brasil, Thorleiv Pauss, agradeceu seis pessoas que facilitaram a realização do empreendimento, com a Ordem de Santo Olavo: os ministros Pratini de Moraes e João Paulo dos Reis Velloso, além do governador Triches e Marcos Pereira Vianna, presidente do BNDE, foram condecorados no grau de "grande oficial". (O prefeito de Guaíba, município onde se instalou a Borregaard, e o presidente da indústria no Brasil, receberam a ordem no grau de "comendador".)

Mais uma vez, agradecendo aos noruegueses, o governador disse durante a cerimônia que "estranhava muito que empreendimento deste vulto, como é a grande fábrica que inauguramos esta manhã, que poderia ter procurado outras regiões do mundo para se implantar, tivesse vindo para o Rio Grande do Sul. Isto nos sensibilizou". É provável que hoje o governador gaúcho já não esteja tão sensibilizado, depois que ficou claro que a Borregaard aportou no Brasil por ter sido a única e vantajosa opção que encontrou após ter sido escorraçada de diversos países europeus onde tentou se instalar. Um dos diretores da empresa, Aldo Saní, afirma que a Borregaard veio para o Rio Grande do Sul devido a três fatores: segurança política, mão-de-obra barata e facilidades fiscais. Mas a esses três conhecidos fatores, geralmente lembrados por todos os investidores estrangeiros que se sentem atraídos pelo Brasil, a Borregaard ainda podia somar uma vantagem especial — a inexistência no país de uma legislação sobre a proteção do meio ambiente — e que no seu caso era decisiva: os produtos que fabrica como a celulose exigem certos processos químicos que provocam uma fumaça branca, que por conter alto teor de enxofre contamina todo o ar próximo à fábrica, provoca incrível mau cheiro que, dependendo da direção dos

ventos, pode atingir rapidamente a atmosfera urbana, além de provocar também poluição nas águas dos rios onde lança os dejetos químicos resultantes do processo de fabricação. Assim, em julho do ano passado, quando esteve na capital gaúcha, o embaixador holandês ajudou a desvendar o mistério que aparentemente envolvia a vinda da Borregaard para o Brasil, explicando que a fábrica norueguesa tentou inutilmente se instalar em diversos países. "Nosso governo", disse ele, "foi um dos que negaram permissão, porque a fábrica poderia comprometer o meio ambiente do país". É fato mais ou menos conhecido que um dos motivos que provocou a escassez de papel no mercado mundial foi o fechamento de várias dezenas de fábricas nos Estados Unidos, Inglaterra e Japão, devido a rigorosas leis antipoluição.

O que os oradores também não contaram foi a verdadeira história da instalação da Borregaard no estado, pois apesar de toda a boa vontade oficial em não perturbar a vinda da empresa, houve um parecer técnico contrário à sua instalação no lugar em que está hoje. O parecer foi apresentado pelo químico Milo Raffin, em 20 de junho de 1966, quando pertencia ao Instituto de Saneamento de Pesquisa do Conselho de Controle da Poluição das Águas, no governo de Ildo Meneguetti.

Além de apontar a nocividade da Borregaard, Raffin se negou a opinar, dois dias depois, sobre o pedido de alvará, mandando devolver o processo à empresa, por não indicar o local exato onde ela se instalaria. No primeiro parecer, Raffin alertou para a propagação do mau cheiro por sobre a Grande Porto Alegre, quando soprasse o vento sudoeste e aconselhou a instalação da fábrica no rio Jacul, "tão mais a oeste quanto fosse possível, para livrar a cidade de São Jerônimo — distante 70 quilômetros da capital — da poluição".

Raffin teve que manifestar-se duas vezes porque no pedido de alvará a Borregaard não informava o local exato onde se instalaria. Em vez de fazer a solicitação no mesmo processo, a empresa entrou com um novo protocolo da Secretaria de Obras Públicas, numa atitude contrária às normas burocráticas obrigatórias para o caso. Mas as autoridades não ligaram para as opiniões de Raffin, dadas em nome do Conselho de Controle de Poluição, na época ligada a Secretaria de Obras Públicas.

Milagrosamente os dois pareceres de Raffin sumiram do processo de instalação da indústria, que ficou durante os quatro anos do governo Peracchi Barcelos, arquivados na Secretaria de Obras. Devido ao arquivamento do processo, a indústria ficou sem alvará da Secretaria de Saúde, indispensável pela legislação estadual para que começasse a operar. Quando o atual governador Euclides Triches assumiu em 71, as obras estavam em fase adiantada e ele não se preocupou em rever as irregularidades que a instalação da Borregaard já haviam causado, mesmo porque a indústria ainda estava protegida pelo decreto 60.803 de 2 de junho de 1967, do governo federal, que a declarava "de alto interesse para a economia nacional".

Assim, até a época em que a indústria começou realmente a funcionar, a população de Porto Alegre e dos municípios vizinhos aparentemente não tinha nenhum motivo para alimentar qualquer preocupação sobre ela, pois as referências públicas à Borregaard eram todas elogiosas. Desde a comemoração, em 15 de março de 69, do início da construção da fábrica, quando o engenheiro Marcondes Ferraz, presidente da firma encarregada das obras, louvou a "benéfica invasão do Rio Grande do Sul pelos intrépidos descendentes dos vikings, os noruegueses", passando pelo apoio dos governos estadual e



federal — que além de concederem incentivos fiscais e creditícios à Borregaard, ainda entraram como sócios do empreendimento — até a tranquila aprovação do projeto na Assembléia Legislativa e finalmente sua inauguração, tudo — exceto o parecer do químico Milo Raffin — era festivo.

O repúdio popular iniciou tão logo a indústria começou a funcionar, quando a população começou a compreender o preço a ser pago "pela benéfica invasão dos descendentes dos vikings": um insuportável mau-cheiro, trazido pela fumaça expelida durante vinte e quatro horas do dia pelas chaminés da Borregaard. A indústria, no entanto, não parecia estar preocupada com as reclamações que começavam a chegar às redações dos jornais gaúchos. Da mesma forma, foi com a mais absoluta indiferença que a direção da Borregaard recebeu a notícia de que o advogado Francisco Talaia O'Donnell, 59 anos, conhecido defensor de causas trabalhistas, havia entrado, no dia 28 de julho de 72, com uma ação cominatória contra a indústria. O'Donnell solicitava à Segunda Vara Criminal de Porto Alegre a expedição do "competente mandado de citação contra a Borregaard para, no prazo de 30 dias, fazer cessar a emissão de gases deletérios intoleráveis à vida e à saúde, sob pena de lhe ser cominada a pena correspondente à multa diária de mil cruzeiros". A ação, enfraquecida por dois erros do combativo advogado — incompetência de foro (a indústria está localizada no município de Guaíba) e erro de pessoa (nas 10 laudas de sua petição, O'Donnell sempre cita "Borregard", com um 'a' apenas) — não chegaria a surtir os efeitos desejados. Houve contudo, alguns resultados: depois que o vereador João Dib, da ARENA portoalegrense, anunciou dados secretos da fábrica garantindo que ela lança no ar cerca de 3,5 toneladas diárias de gases com componentes sulfúricos e sulfurosos de alta capacidade corrosiva, o secretário de Saúde do Estado, dentista Jair Soares, nomeou, em três de agosto de 72, uma comissão especial para

estudar a poluição causada pela fábrica.

Ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa formava uma Comissão Parlamentar Especial para estudar a poluição e preservação do ambiente natural do Estado. Mas apesar de ouvidos, os depoimentos dos diretores da Borregaard ocuparam pouco mais de 10 páginas de um volumoso livro com mais de 500 páginas.

No município de Guaíba, no entanto, o prefeito Ruy Coelho Gonçalves nunca chegou a reclamar da poluição da Borregaard: a indústria pagou, ano passado, Cr\$ 49.926,00 à Prefeitura a título de impostos, territorial e predial, apesar de estar legalmente isenta de impostos municipais como resultado dos incentivos fiscais que recebeu. A campanha dos jornais, no entanto, começava a dar resultados e no fim de 1972 a arredia indústria era obrigada a contratar uma empresa de relações públicas — a Expansul — para melhorar sua imagem junto à opinião pública, ao mesmo tempo que passava a dispensar mais atenção aos repórteres. No dia 29 de novembro do ano passado, num anúncio de página inteira em todos os jornais de Porto Alegre, a Borregaard anunciava que "tem a satisfação de registrar que foi colocado um ponto final no único detalhe negativo da empresa: o mau cheiro". No dia seguinte, 30 de novembro, expirava o prazo que lhe fora dado pelo governo estadual para eliminar o mau cheiro. Uma semana depois, no entanto, o cheiro voltava a Porto Alegre, deixando o governador Triches num impasse político. Fecharia a fábrica convidada a se instalar no RS no governo anterior?

Na sexta-feira seguinte, duas semanas após o expiramento do prazo, Triches decretava o encerramento das atividades da Borregaard, "a bem da saúde pública", com o apoio maciço dos jornais gaúchos e da população. O período de sossego foi curto, pois exatamente três meses depois, em 13 de março deste ano, o governo estadual autorizava a reabertura da indústria sob a promessa de total eliminação do cheiro num prazo de três semanas, com a progressiva substituição do sulfato de

sódio, utilizado no processo químico, pela soda barrilha.

Reaberta a indústria, com a contratação de que as 86 toneladas de componentes de enxofre lançadas diariamente na atmosfera são tão malcheirosas como as do processo anterior e sob denúncias de que o rio Guaíba estaria recebendo uma carga adicional de 3 a 4 toneladas de soda cáustica por dia, a Borregaard mudou de tática com a imprensa. Assim, depois de contratar os serviços de relações públicas da MPM Propaganda por 100 mil cruzeiros mensais e assegurar a permanência, em tempo integral, de um profissional da agência na sede da indústria, no dia 19 de abril, a Borregaard convocava uma inesperada entrevista coletiva. Num momento em que as críticas do jornal *Correio do Povo* eram mais contundentes, essa entrevista deveria iniciar "um novo diálogo", segundo definição da diretoria da Borregaard. E mesmo sem ter conseguido provar aos seis repórteres presentes à entrevista que a indústria — supervisionada pela empresa sueca de consultoria sobre poluição AB Energikonsult — não poluía o ar de Porto Alegre a partir da reabertura, sua diretoria não parece ter ficado satisfeita com as matérias publicadas pelos jornais, no dia seguinte. Assim, no dia 24 de abril a Borregaard comprava quatro páginas dos seis jornais diários de Porto Alegre para reproduzir, na íntegra, a entrevista que fora gravada secretamente, originando enérgicos protestos do Sindicato de Jornalistas Profissionais de Porto Alegre.

No dia 29 de abril passado, à tarde, num momento em que o cheiro particularmente denso chegava às dependências da Assembléia Legislativa, o deputado oposicionista Pedro Simon ocupava a tribuna para denunciar as ilegalidades da empresa. E depois de lembrar que até hoje ela funciona sem o alvará de licença da Secretaria da Saúde, Simon pedia a formação de uma rigorosa comissão de investigações, para num prazo de 90 dias "examinar os laudos técnicos oficiais que permitiram a construção da indústria em Guaíba e sua reabertura, em março". Dia seguinte, pela manhã, embora ainda não tivesse voltado à sua produção normal de 720 toneladas diárias de polpa para papel, o cheiro invadia novamente o centro de Porto Alegre e, no Palácio Piratini, o governador Triches era obrigado a mandar abrir todas as janelas. À tarde, na Assembléia, o deputado Getúlio Marcantonio, líder do governo no Legislativo, aderiu entusiasticamente à ideia da Comissão Especial requerida por Simon, chegando a originar rumores de que a indústria seria fechada nas próximas horas. O cheiro, no entanto, continuou sem que fosse tomada qualquer atitude mais drástica. Graças a isso, em dois de maio a indústria distribuía uma lacônica nota oficial comunicando sua mais nova peça de deusa: na assembléia geral ordinária realizada dois dias antes, os acionistas haviam escolhido, por unanimidade, o general reformado Breno Borges Fortes, 66 anos, ex-comandante do III Exército e ex-chefe do Estado-Maior do Exército, para a presidência da Borregaard. Para "representar a empresa perante autoridades e assuntos especiais", o que foi confirmado em nova assembléia em sete de junho quando assumiu o posto, o general recebe um salário mensal de 20 mil cruzeiros, "descontando INPS e seguro de vida", como fez questão de assegurar há duas semanas, depois de desfazer boatos de que receberia 10 mil dólares mensais.

Enquanto isso, a bancada da ARENA na Assembléia não demonstrava interesse pela comissão especial requerida por Simon. Contudo, no dia seis de maio, depois que o governador Triches determinou a abertura de processo

continua na página ao lado

continuação da página 14

contra o vereador Rubem Tomé, do MDB portoalegrense, por declarar que "a indústria de celulose Borregaard está enriquecendo muita gente", houve uma mudança radical. Hugo Mardini, 33 anos, líder arenista na Assembleia, pediu a transformação da comissão especial em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Na sexta-feira, 24 de maio, Ramiro Martins Costa, 11 anos, se antecipando ao trabalho dos sete deputados integrantes da CPI, pintou sobre um pedaço de papelão toda a sua indignação contra o mau cheiro da Borregaard, vista de sua elegante casa na zona sul de Porto Alegre. "Sou contra a Borregaard" dizia o cartaz do menino Ramiro que, no domingo seguinte, serviu de estandarte para seu irmão mais velho Luciano, 13 anos, liderar uma ruidosa passeata de 11 meninos e meninas pela avenida Gualba margeando o rio. Engrossadas as fileiras dos manifestantes, logo surgiria um desafinado coro cantando aos berros as letras, alteradas, de duas conhecidas músicas. "He, he, he, fumacê/ Ha, ha, ha fumacê/ A Borregaard já começou a incomodar" ou "Assim não dá, assim não dá mais pé/ A Borregaard tá pior que o teu chulé/ O rio Guaíba já não é mais o que era/ O meu nariz não aguenta esse fedor/ Dor de cabeça, enjôo ou mal-estar/ Pode ter certeza, a culpada é a Borregaard". Na Assembleia Legislativa, o protesto seguia um caminho mais pomposo do que a alegre reivindicação dos garotos da zona sul portoalegrense. Na terça-feira, dia 29 de maio, pela manhã, os trabalhos da CPI para investigar o funcionamento da indústria eram abertos com o depoimento do secretário da Saúde, dentista Jair Soares que compareceu munido de uma mala de viagem com 50 quilos de documentos, alguns dos quais vinham sendo perseguidos, sem sucesso, pela imprensa desde o início da campanha contra a Borregaard. O longo depoimento de Soares durou oito horas e meia, revelou basicamente que a Borregaard não cumpre a lei e, que em várias ocasiões o Estado se mostrou omisso em fazer cumprir suas próprias determinações. Um dos documentos, por exemplo, mostra que o secretário de Saúde do governo Perachi, médico Francisco Marques Pereira, negou à indústria o alvará de funcionamento, em abril de 1970, o que não impediu que a fábrica continuasse em atividade. Da farta mala de Soares surgiu também um comentado e nunca visto processo datado de 1966, no qual o químico Milo Raffin antecipava os inconvenientes da instalação da indústria no lugar atual e indicava outras localidades onde os prejuízos ao meio-ambiente, seriam menores. Sumido durante cinco anos, este parecer ressurgiu misteriosamente sobre a mesa de Jair Soares em janeiro de 1973, três dias após a publicação de uma entrevista na qual o secretário denunciava o desaparecimento do documento.

Em junho foram ouvidos o delegado regional do IBDF e o presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS), com a divulgação dos já conhecidos males da poluição à saúde. Graças a isso, talvez, aproveitando o que parecia ser uma inesperada trégua, a Borregaard, em fins de junho, publicava nos jornais de Porto Alegre o "texto integral da comunicação que a assessoria de imprensa da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul distribuiu na última semana de junho", ocupando meia página. Basicamente, o documento (análises das águas do rio Guaíba, realizadas nos laboratórios da Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas de São Paulo) conclui que "os efluentes da Indústria de Celulose Borregaard não alteram de modo prejudicial a qualidade da água do rio Guaíba". O mesmo documento não havia sido publicado por nenhum jornal quando foi divulgado pelo secretário Jair Soares, pois pesquisas anteriormente realizadas em Porto Alegre desmentem totalmente suas conclusões.

No dia 9 de agosto, o Itamaraty depois de ouvir três ministros — o da

Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio — distribuiu uma nota oficial ao governo da Noruega denunciando o contrato de vendas da Borregaard e exigindo imediata renegociação do acordo. Se até então o problema da Borregaard estava quase que somente centralizado no problema da poluição, a partir desse momento começou a vir a público o lesivo contrato existente entre a Borregaard brasileira e sua matriz.

Efetivamente, a nota do Itamaraty provocou mudança radical nos objetivos da CPI. Na quarta-feira seguinte, 14 de agosto, Marcos Vianna, presidente do BNDE — maior acionista da Borregaard — lembraria que todas as tensões entre o BNDE e a Borregaard AS (norueguesa) "resultam do não-reconhecimento pela Borregaard AS, norueguesa, de que a Borregaard nacional é uma empresa brasileira, financiada pelo esforço de poupança interna brasileira, preferindo a indústria norueguesa comportar-se em relação à brasileira como se esta fosse um mero departamento produtivo, uma mera dependência operacional da Borregaard norueguesa". Na verdade, ao firmar o contrato de vendas, em 1971, o governo brasileiro parece ter dado razões suficientes para que a Borregaard AS pense assim: apesar de haver subscrito 42,6% do capital de Cr\$ 186.791.994,00, aplicando 79,6 milhões de cruzeiros e garantindo a posição de maior acionista, o BNDE, através da singular compra de 11 milhões de ações preferenciais de primeira classe, 14.242.111 preferenciais de segunda classe e 38.515.621 preferenciais de terceira classe (estas últimas sem direito a voto) detém somente 27,9% das ações com direito a voto. Graças a isso, a Borregaard AS (8.999.885 ações, 33,65% do capital, mas 42,33% do total de votos), aliada a Adela Investment, Aktieselskabet Borgestad, Arca Finans, Den Norske Creditbank e Hambros Bank somando um total de 53% do total de ações e 66,5% da participação acionária com direito a voto, tem conseguido vetar até mesmo cláusulas contratuais reservadas para discussão posterior. Assim, apesar de haver firmado manifestação conjunta prometendo reexaminar o *sales agreement* (acordo de vendas entre a Borregaard brasileira e sua matriz norueguesa) seis meses após o início das operações da Borregaard brasileira, a Borregaard AS se negou a iniciar qualquer discussão. Mas como explicar a participação do BNDE na Borregaard, apoiando um empreendimento estrangeiro?

"O BNDE somente apóia empreendimentos sob controle nacional", lembrou Vianna no depoimento a CPI. "Nesse caso, houve um decreto autorizando, mas isso foi anterior a minha administração, pois na minha gestão não foi feita nenhuma operação deste tipo e nem seria feita". Mas em 1965, quando a então Aktieselskabet Borgestad iniciou, de sua sede em Sarpsborg, Noruega, os primeiros estudos para a construção da fábrica em Guaíba, os tempos pareciam ser outros. Graças a isso, a Indústria de Celulose Borregaard Ltda., constituída em 15 de março de 1966 com um capital de 10 mil cruzeiros aumentou o capital para 11 mil cruzeiros em junho de 67 e em fevereiro de 69, depois de haver se estatutado em S. A., alterava os estatutos para permitir o ingresso do BNDE. Com a entrada do banco — a única forma de concretizar o projeto — o capital foi elevado para 125 milhões de cruzeiros. Em 16 de julho de 69 o governo do Rio Grande do Sul, através de uma lei estadual, foi autorizado a subscrever ações em nome do Estado (5,4 milhões de cruzeiros, 2,9 por cento do capital e 3,7 por cento com direito a voto) e em agosto de 71 o capital autorizado era aumentado para 220 milhões de cruzeiros.

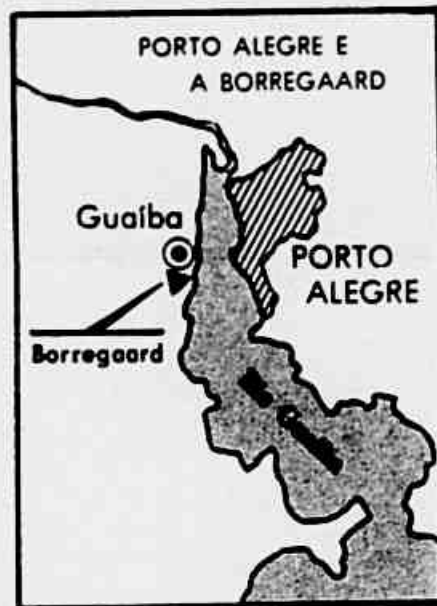
"Foi feito um investimento de 100 milhões de dólares de esforço brasileiro, porque tirando 14 milhões de dólares o resto é tudo nosso, é poupança interna brasileira que foi feita", diria Vianna.

As conquistas da Borregaard AS, no entanto, não se limitaram às generosas verbas federais, estaduais e municipais: mediante uma

"autorização especial de compra de terras", a indústria norueguesa pulou de modestos 270 hectares necessários à planta industrial, construção da vila residencial e depósitos de madeira, para 31.500 hectares distribuídos em nove municípios — área superior a de 60 dos 232 municípios gaúchos. Nesta invejável extensão de terras, a Borregaard plantou 38,5 milhões de pés de eucalipto e acácia negra, o suficiente para garantir a produção de celulose durante oito anos, com a indústria funcionando em plena capacidade. Em 29 de dezembro de 1971, o BNDE — que já havia entrado como acionista — concedeu um financiamento de Cr\$ 4.774.400,00 à Borregaard, pagáveis em 120 prestações e em 28 de março de 1969 outro contrato de financiamento e participação societária no valor de 73 milhões de cruzeiros amortizável em 132 prestações mensais. E os equipamentos importados, num valor de 7,8 milhões de dólares, foram avaliados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com a suave taxa de juros de 1,5 por cento ao ano.

Segundo Vianna, a partir de 1971, o BNDE iniciou negociações para rever o contrato entre a Borregaard brasileira e sua matriz na Noruega, pois o acordo "não dá para operar e põe em conflito permanente as duas partes".

"Essa é a essência", disse o presidente do BNDE, "da colocação feita pelo governo brasileiro, agora que mostrou, ao longo de dois anos, que o BNDE sempre foi contra, que a CACEX é contra e que por isso não há possibilidade de continuar esse acordo". O curioso é que Marcos Vianna — que já era presidente do BNDE à época da inauguração da empresa, e foi um dos que recebeu a



Ordem de Santo Olavo do embaixador norueguês — não explicou por que o acordo conseguiu vigorar por mais de dois anos.

Pelo acordo denunciado, a Borregaard brasileira tem uma aparente vantagem sobre a Borregaard da Noruega: a distribuição dos resultados é feita num proporção de 88% para a fábrica brasileira e 12% para a norueguesa. "Todavia circunstâncias existem que modificam substancialmente a aparente vantagem da Borregaard brasileira, pois embora o investimento reconhecido pela Noruega, para efeito de rateio dos resultados seja de apenas 6,9 milhões de dólares, o mecanismo montado no chamado *sales agreement* permite que o investimento na Noruega seja remunerado e depreciado em bases diversas", explica um documento reservado do BNDE mostrado por Vianna à CPI. "Além dos juros sobre os 6,9 milhões de dólares referidos, são abonados juros sobre mais 9 milhões de dólares, valor esse constante durante todo o prazo do *sales agreement* (15 anos). Por outro lado, o investimento na Noruega sofre uma carga de depreciação, calculada linearmente sobre 20 milhões de dólares, além dos 6,9 milhões de dólares, sendo que todo esse custo é pago à razão de 88 por cento para a parte brasileira e 12 por cento para a parte norueguesa, o mesmo acontecendo em relação ao investimento em Guaíba, onde 88 por cento dos custos semelhantes são suportados pela parte brasileira e 12 por cento pela norueguesa. Além disso, a Borregaard AS cobra uma taxa de 0,75 por cento sobre as vendas a título de assistência

técnica, o que garante um faturamento extra de 150 mil dólares anuais à empresa norueguesa. E na reunião realizada em 30 de maio do ano passado, quando foi aprovado o preço de venda da produção de 72, com o voto contrário do representante do BNDE, a Borregaard decidiu vender a celulose à sua matriz por 50,7 dólares a tonelada, num período que o Brasil importava o mesmo tipo de celulose pagando 150 dólares a tonelada CIF e se confessou devedora de 1.624.945,26 dólares à Borregaard AS. Esta dívida inesperada significava acrescentar mais 10 milhões de cruzeiros registrados, em 73, no balanço da Borregaard nacional, apesar de no mesmo período a fábrica ter recebido incentivos (IPI e ICM) no valor de 14,7 milhões de cruzeiros lançados à contabilidade como vendas.

Depois de se arrastarem por todo o ano de 72, as negociações foram reiniciadas com o envio, em abril de 73, de uma missão do BNDE à Noruega. As conversas, no entanto, não tiveram resultado, pois segundo Vianna a Borregaard AS exigia, como ponto de partida, que o banco reconhecesse, para efeito de rateio, o investimento de 26,2 milhões de dólares, com um aumento de 270 por cento sobre o investimento reconhecido de 6,9 milhões de dólares. E o endurecimento da posição da empresa norueguesa somente foi atenuado entre dezembro de 73 e março de 74, quando a Borregaard de Guaíba esteve fechada. "O governo brasileiro sempre esteve articulado e coeso em todo esse período de busca de uma solução que, com um mínimo de prejuízo para o conceito do Brasil no comércio internacional e nos mercados externos de capitais, atenuasse ou corrigisse as grandes deformações do projeto Borregaard", alegou Vianna em seu depoimento.

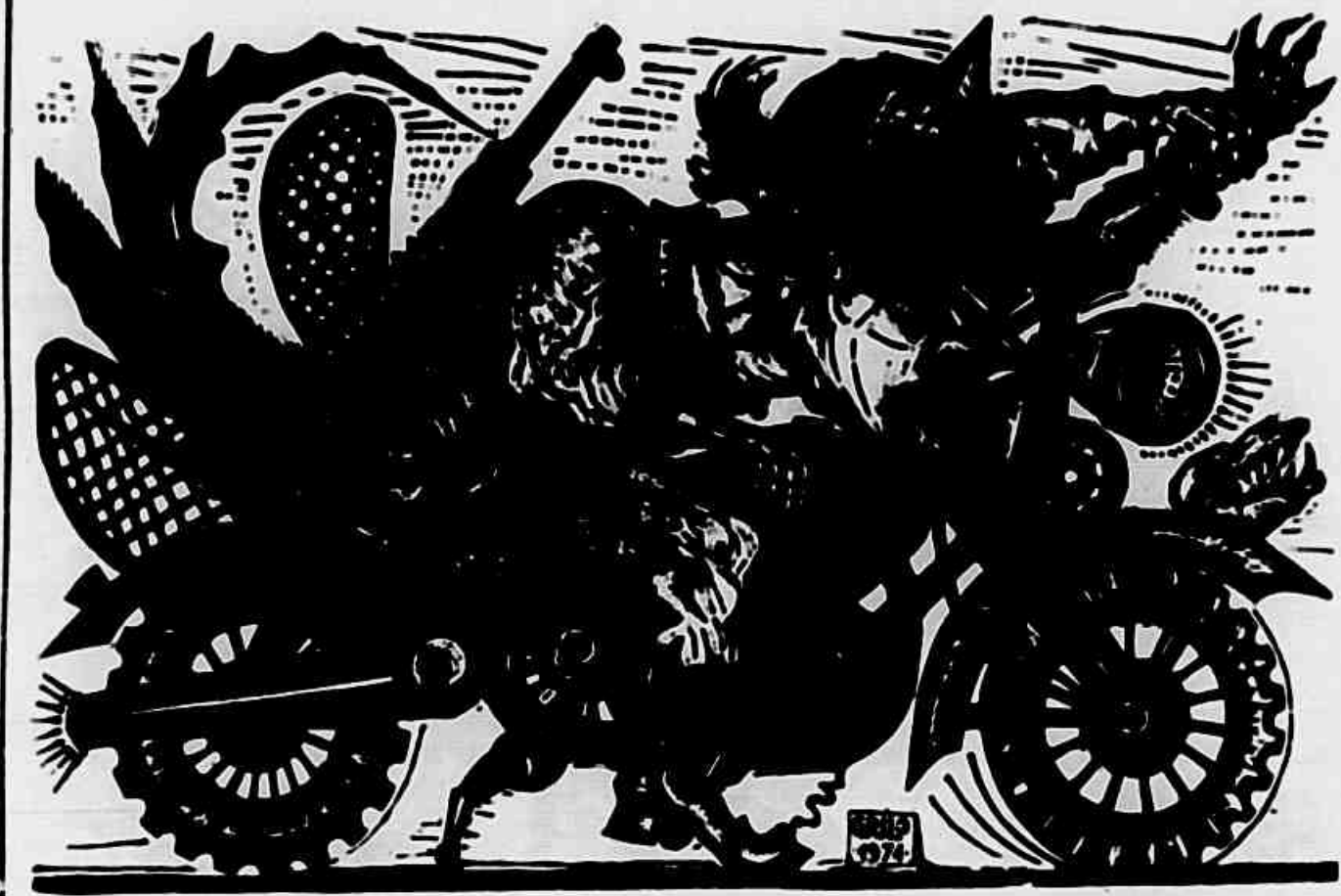
Tantas evidências, no entanto, não parecem impressionar o general Borges Fortes, que em junho assumiu a presidência da Borregaard declarando que "estou aqui numa missão que não me é estranha como velho soldado. Estou aqui numa decisão pessoal, em que não houve um superior a determinar que eu cumprisse. Com minha consciência, com minha formação, eu meditei e aceitei o convite que me foi feito".

"Afeita a prestar contas a seus acionistas, entre eles o BNDE e o próprio Estado do Rio Grande do Sul, seus negócios e suas atividades foram sempre às claras, sujeitos a completa e minuciosa verificação", declarou Borges Fortes abrindo o depoimento da Borregaard na CPI, na quinta-feira, 15 de agosto, no dia seguinte ao incisivo depoimento de Vianna. Das nove horas, quando chegou acompanhado de sete assessores e mais de 10 mil documentos comprimidos em três malas de viagens, uma maleta e três grandes embrulhos enrolados em papel verde, até as 16h30m quando foi encerrada a sessão, o depoimento foi uma monótona leitura de alguns dos documentos que no conjunto pesavam mais de 200 quilos. Mas apesar de todo o aparato e das pesquisas para a defesa da indústria terem consumido 45 dias de trabalho, os assessores do general Borges Fortes não foram muito felizes: o médico da Confederação Nacional da Indústria, Paulo Monteiro Mendes, convocado pela Borregaard, ao explicar os malefícios da poluição, chegou a conclusões capazes de condenar a própria indústria que defendia, sob gargalhadas da platéia reunida no Plenário da Assembleia Legislativa. E o próprio general, ao explicar por que a fábrica sofrera uma descompressão nos últimos dias, foi obrigado a reconhecer que ela estava parada há uma semana "por causa de um pequeno defeito técnico".

Mas o depoimento da Borregaard, com a leitura de sete extensos e monótonos relatórios lidos pelo assessor jurídico da empresa, Armando José Farah, pelo responsável pelo setor financeiro, Carlos Ungaretti, primo da mulher do governador Triches, pelo superintendente florestal, Geraldo Speltz, pelo engenheiro químico Fernando Geisel, sobrinho do presidente e pelo médico Paulo Monteiro Mendes ainda ocuparia mais dois dias. No segundo dia de depoimento, a velha rivalidade da

empresa com a imprensa se reacendia, com a secretária de Ruy Henz, assistente executivo da Borregaard e o fotógrafo da indústria acusando os repórteres de "imprensa marrom, a soldo dos deputados". O próprio general Borges Fortes engrossaria as reclamações dizendo que a imprensa foi responsável pelo desencadeamento da campanha sobre a poluição da Borregaard: "Manteve-se a opinião pública em permanente alerta e a campanha firmou sua característica particularizada, sistemática e em proporções sem precedentes. Um exame retrospectivo nos permite constatar que, dia após dia, jogou-se contra a empresa a pecha de nocividade, o sinônimo de poluição, o símbolo de ameaça à ecologia, expondo-a, por fim, ao escárnio da população". Na verdade, durante os três dias de depoimentos, o presidente da Borregaard não parece ter encontrado argumentos suficientemente sólidos para defender a empresa e os acionistas, entre eles Bernardo Geisel (14 mil ações), irmão do presidente da República, Fernando Geisel (três mil ações), Luiz Henrique Geisel (10 mil ações), ambos sobrinhos do presidente e Walter Perachi Barcellos (1.600 ações), ex-governador do Estado. Para Borges Fortes, um laudo técnico fornecido por especialistas de São Paulo com base nas fotografias obtidas pelo satélite ERTS, mostrando uma larga mancha escura abrangendo parte do rio Guaíba e parte da lagoa dos Patos, não tem validade. "Essas fotos de satélites não são muito claras. Elas já chegaram inclusive a confundir as águas escuras do rio Negro sobre o Solimões, dizendo que era poluição na Amazônia", diz o general acusando os técnicos. "O Guaíba é um rio muito sujo e ao entrar na lagoa provoca aquela impressão de poluição. O fato da Borregaard estar ali é ocasional". Contudo, ao fim de seu depoimento, Borges Fortes era obrigado a reconhecer que a Borregaard ainda polui, pois "ainda não foram totalmente instalados os equipamentos antipoluição". Com o encerramento dos depoimentos às 14h20m de quinta-feira, dia 22 deste mês, é que começou, na verdade, a parte mais demorada do trabalho da CPI. Num prazo de 10 dias, os deputados terão de analisar o volumoso material recolhido e elaborar um relatório com suas conclusões, depois de averiguarem atentamente as possíveis contradições entre os depoimentos dos membros da diretoria da Borregaard. "O choro do filho do vizinho incomoda uma barbaridade, mas o choro do filho da gente é facilmente suportado", dizia o deputado arenista Firmino Girardelo ao fim dos depoimentos, referindo-se a afirmação do general Borges Fortes de que "até o fim do ano a indústria será nacionalizada, através da transferência do comando acionário ao capital nacional". "Quando a Borregaard estiver sob o nosso comando, as coisas serão diferentes", lembrava Girardelo. "Além disso, se a poluição realmente for levada aos níveis admitidos na Suécia, não poderá mais ser chamada de poluição, já que as especificações técnicas desse país são as melhores do mundo. Na situação em que se está, importando prejuízos e ainda poluindo, a indústria é inaceitável, por isso não será de estranhar se a comissão chegar a indicar o fechamento temporário da empresa, para a montagem do equipamento antipoluição". Na verdade, essa parece ser a opinião da maioria dos sete deputados membros da CPI, embora o cauteloso relator do grupo, deputado arenista Romeu Scheib, demonstrasse extrema discrição. "Não posso dar a minha opinião pessoal sobre a encampação", dizia ele antes de ouvir o depoimento do presidente do BNDE. "Como relator devo me resguardar para elaborar o relatório, o qual deve expressar a fiel interpretação das declarações das pessoas inquiridas. Não sei se no final de tudo a encampação será a solução ideal". A Federação de Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, no entanto, parece saber e no dia 16 de agosto lançava uma nota oficial condenando a encampação da Indústria de Celulose Borregaard, argumentando que isso prejudicaria "a imagem do país no exterior".

CINEMA-I



Entrevista com Sérgio Ricardo.
diretor de "A Noite do Espantalho".

UMA ÓPERA DO SERTÃO

O novo filme de Sérgio Ricardo, *A Noite do Espantalho*, é o primeiro filme dramático inteiramente baseado numa estrutura musical, o que sem dúvida representa uma importante experiência para o cinema brasileiro. Autor de dois outros longa-metragens, *Esse Mundo É Meu* e *Juliana do Amor Perdido*, além do curta *O Menino da Calça Branca*, Sérgio Ricardo talvez ainda seja mais conhecido como cantor e compositor, a princípio mais ou menos identificado com a bossa nova e depois com uma conturbada participação nos festivais de música popular.

Mas, acima de tudo, Sérgio Ricardo ficou conhecido pela autoria da trilha sonora de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha. E, de um outro ponto de vista, como um artista preocupado fundamentalmente com a possibilidade de comunicação com o povo. Nesta entrevista especificamente ele aborda, no quadro de sua experiência pessoal com *A Noite do Espantalho*, um problema que envolve o conjunto do cinema brasileiro: quais as possibilidades de um cinema popular? E isso tanto no que se refere às informações que possibilitam a realização do filme como no que diz respeito às suas possibilidades de comunicação com o público.

Na fala de Sérgio Ricardo expressa-se uma das preocupações essenciais daqueles que vivem no gueto cultural: como seria possível para o cineasta se comunicar com outras camadas de público que não aquela de onde é oriundo e que tem basicamente as mesmas informações, isto é, as camadas cultas e abastadas do público urbano? Qual a possibilidade do filme atingir um público com outras informações? Porque se um filme inspirado em temática e formas de expressão que procuram ser populares não chegar ao público de que fala e a que basicamente se destina, então

**"O meu esforço foi
buscar a própria
linguagem do povo para
narrar uma história
dele mesmo, mas
através da minha
visão do mundo"**

necessariamente ele representa uma apropriação da linguagem popular em benefício exclusivo dos públicos urbanos.

As colocações de Sérgio Ricardo ao longo da entrevista refletem sobretudo essas preocupações e fornecem elementos que poderão servir de ponto de partida para uma discussão mais aprofundada desse problema básico para a criação e a distribuição cinematográfica no Brasil. (Carlos Murao)

Opinião — A que públicos você dirige seu filme?

Sérgio Ricardo — Ao começar a trabalhar neste filme, eu não tinha só a preocupação intelectual ou artística de fazer um trabalho que fosse entendido por intelectuais e artistas. Mas dar em primeira instância importância mesmo à comunicação com o povo. Com aquilo que a gente poderia chamar as diversas classes. Quanto mais abertura tiver o filme, melhor para mim. É uma preocupação que acompanha todo o pessoal de cinema. Como o cinema é de certa forma uma indústria, a gente investe uma grande importância e seria suicídio restringir o entendimento do filme apenas a uma pequena camada de intelectuais entendidos em cinema.

Por isso, e também por vontade

pssoal de compreender a linguagem do povo e devolvê-la do meu próprio filtro estético, trabalhei com essa preocupação de comunicação ampla. Até agora, a única coisa que eu sei é que o intelectual vem gostando do filme. Até o momento não tive muitas opiniões em contrário. A classe estudantil também entendeu e gostou. Não me interessa na verdade se gosta ou não gosta, a minha preocupação é o problema do entendimento. Então foi entendido pela classe estudantil e pelos intelectuais, tanto aqui como fora do Brasil. Mas o que me preocupa mesmo é ver se será ou não será entendido pelo homem do campo, pelo operário. O ideal é que em primeira instância fosse entendido pela população rural, porque é da vida dela que trata o filme. E seria interessante que eles entendessem o que eu quis dizer com o filme. Se o operário não chegar a entender, não será tão grave para o meu propósito. Acredito que esse seja o dado fundamental da criação desse filme, porque o meu esforço foi buscar a própria linguagem do povo, do homem do campo, para narrar uma história dele mesmo, mas através da minha visão de mundo. Se o filme chegar a ser entendido por ele estará cumprida a minha intenção e o filme terá vingado. Se o camponês não chegar a entender, se não entender a mitificação de seus valores intelectuais, de criação, de imaginação, se ele não se sentir retratado ao nível de seu entendimento, então o filme estará frustrado na sua função principal. Poderá inclusive alcançar sucessos maravilhosos em outras classes, no exterior, por essa ou aquela forma exótica, por esse ou aquele valor de beleza, de fotogenia, de não sei o quê, mas o fundamental do filme estará de certa forma frustrado. O problema: a dificuldade que tenho de chegar com este filme até o campo. Porque não tenho uma máquina de 35 mm para poder levar o filme debaixo do braço lá

**"O povo que fazia a
figuração sentia na
pele a fantasia do
filme e eu percebi
que quanto mais
fantástica a cena que
se filmava, maior
era o interesse
despertado por ela"**

onde eu queria mostrá-lo. Então a lógica seria ver se os veículos normais de exibição de filmes vão me permitir fazer com que este filme chegue até a zona rural. Essa é uma outra angústia, porque não acredito muito que o filme chegue até lá. Inclusive já estudamos a possibilidade de fazer cópias 16 mm e fazer nem que seja um teste de exibição numas fazendas, uns campos aí, pelo menos no nordeste. Esse é na verdade o grande propósito. No lançamento do filme em Recife, pretendemos, junto digamos com a burguesia que vai assistir à estréia, trazer o povo que participou do filme, de Fazenda Nova, de Fazenda Velha, de Nazaré. Vamos trazer os homens do campo que trabalham no filme do sertão para a cidade e colocá-los na mesma sessão de cinema, para ver se pelo menos aí a gente percebe o entendimento que eles têm do filme.

O — A Noite do Espantalho conta uma história de nordeste, de seca, de espoliação do camponês. Por que ter ambientado esta história na cenografia de Nova Jerusalém?

S.R. — Aí me parece que entra a grande investida do filme numa linguagem que até então não tinha sido feita no cinema, pelo menos que eu tenha visto. Ao invés de ambientar a história dentro do realismo da situação verdadeira do camponês, usar o seu próprio cenário e a sua própria realidade quase que como um documento, como até então vinha sendo feito, parti para outra. Isto parte de um dado fundamental: realmente ninguém gosta de se ver retratado, encabula muito. Nem o cara de classe média nem o intelectual gostam. Mas se o camponês encontrar no filme a sua própria forma de criação, ele vai entender muito mais o problema. Veja a experiência com um de meus filmes, *Esse Mundo É Meu*: mostrei para algumas pessoas da favela, que não gostaram de ver a miséria da favela retratada no cinema. A primeira coisa que passa pela cabeça de um homem da favela é: "Aquele cara vai querer mostrar a sujeira da gente para o mundo inteiro; ele fotografou tudo na favela e agora estou eu aí na tela sujo e feio". A primeira sensação é uma revolta, quase como se fosse uma traição. Ele não raciocina especificamente sobre os problemas daquele personagem, ele não se identifica com o personagem, ele vai fazer tudo para não se identificar.

Agora, se ele vir o samba colocado na tela, com aquelas vestimentas, aquela alegoria toda, e de repente junta um problema dele dentro da cena, ele vai se identificar, tenho a impressão, muito mais. Principalmente com aquela fertilidade de imaginação do povo, a sua ingenuidade, o colorido, a alegoria, a simbologia toda. Essa foi a premissa de que parti para enfeitar, vamos dizer, o filme com uma estilística próxima da criação do próprio povo, a moto com asas, o dragão. São elementos da fantasia do povo que vêm reproduzidos na literatura de cordel. Muitas vezes eu vi pelas feiras do nordeste o cantador ler o libreto de cordel com aquela fantasia, toda de dragão que come não sei o quê, de princesa roubada por não sei quem. E em volta, a platéia de vaqueiros e camponeses em geral ficava embriagada com aquela poesia da ingenuidade que transcendia o próprio problema em si dentro de uma fantasia muito rica, muito apocalíptica. Qualquer coisa que viesse dentro daquela informação sobre os problemas dos camponeses seria

recebida sem a menor resistência. Essa cultura popular não nasceu à toa, se ela ainda existe e resiste no interior, nas feiras, é porque tem alguma verdade.

Então esse tipo de linguagem me encorajou para enfrentar um cenário inteiramente irreel. Não existe o grego-romano no sertão brasileiro, só existe nesse teatro que foi construído lá. Na própria filmagem, pude verificar que isso era importante para a compreensão do povo: o povo que fazia a figuração sentia na pele a fantasia do filme, entendia perfeitamente, e eu percebia que quanto mais fantástica a cena que se filmava, maior era o interesse despertado pela cena. Dentro do próprio campo de filmagem comeci a sentir o sucesso do empreendimento.

O — A Noite do Espantalho é um filme musical, se falou até numa ópera do sertão. Você poderia situá-lo, enquanto musical, no panorama do cinema brasileiro?

S.R. — Isto é outro arroyo do filme. No cinema, intimida muito pensar em drama ou em tragédia dentro de uma estrutura musical. Tradicionalmente no Brasil, quando se pensa em musical, a gente pensa logo em chanchada, pois é a forma já experimentada com sucesso. O sujeito que parte para uma chanchada sabe exatamente que tipo de resultado pode obter. Mas no caso de um drama, ou mais exatamente de uma tragédia, era diferente. Existia a minha experiência anterior como compositor e o fato de ter feito a trilha sonora de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e outros filmes: estava lá a minha voz cantando e narrando trechos do filme. Senti que a imagem dramática ligada a uma música dramática dava um resultado fantástico dentro do cinema brasileiro. Talvez com mais força do que a própria chanchada em termos de comunicação.

Por outro lado, havia a temática em si: enfrentar um estilo cordelesco sem colocar a música e o cantador seria empobrecer a narrativa. E o cantador

**"Pode-se dizer que
apoiei a linguagem
do filme sobre a
música e a
literatura
de cordel"**

do sertão não é cômico. Cômico é cantador de feira que a gente encontra em cidades maiores, ele usa a graça e a comédia para se expressar. Mas os cantadores que se desafiaram, esses, enfrentam uma parada mais séria. Basta percorrer as formas de linguagem do desafio para perceber que existem diversas formas bastante agressivas, trágicas, apocalípticas mesmo. Pode até se dizer que apoiei a linguagem do filme numa pesquisa que andei fazendo, não só da música como de literatura de cordel. O que mais me impressionava era a profundidade que eles pretendiam alcançar, não só na loucura com que envolviam apocalípticamente as formas e as imagens que eles criavam, como na rudeza com que enfrentavam determinados temas violentos.

Gravéi em Fazenda Nova dois cantadores. Havia uma seca violentíssima, a plantação estava se estragando e num momento em que os cantadores estavam se desafiando começou a trovejar, e eles, dentro daquele ruído do trovão, começaram a improvisar a alegria que significava este acontecimento, e começaram a engrandecer o acontecimento. Começou realmente a chover e ficou uma coisa apocalíptica. Só ouvindo a gravação para poder perceber a que ponto dramático eles chegaram ao enfrentar determinada situação. Isso me encorajou para enfrentar uma tragédia musical. Fui até modesto: poderia ter abusado até mais.

CINEMA-II

A FILOSOFIA DO ÚLTIMO MALANDRO

Entrevista com o diretor Miguel Borges

Desde o seu primeiro filme, *Canalha em Crise*, de 1963, Miguel Borges definiu o seu tema preferido: o submundo urbano e mais especificamente a figura do malandro. Censurado por razões éticas — só veio a ser exibido em 1965 — *Canalha em Crise* já tinha a característica básica dos filmes de Borges, que se ligam ao gênero policial, mas na verdade são uma espécie de reflexão filosófico-popular.

Borges é um contador de histórias com sabor filosófico e certamente um dos poucos cineastas brasileiros que tenta praticar um cinema de autor dentro dos esquemas comerciais. O seu filme *As Escandalosas* (1969), por exemplo, além de ter sido sucesso de bilheteria, provocou um debate entre cineastas e intelectuais, muitos dos quais, como Gláuber Rocha, consideraram o filme muito importante para o cinema brasileiro, após a morte do chamado cinema novo. *As Escandalosas* estaria, ao lado de outras produções, inaugurando um cinema tipo *boca do lixo* e traria informações importantes para as novas gerações de cineastas. É verdade, porém, que não se sabe se Gláuber Rocha, por exemplo, manteria hoje essa opinião.

Miguel Borges é autor ainda de *Maria Bonita*, *Rainha do Cangaço* (sobre esse mesmo tema ele acabou de concluir *O Perseguidor de Demônios*, com estréia ainda não marcada) e da comédia *O Barão Otelo no Barato dos Milhões*, outro sucesso de bilheteria. Em *O Último Malandro*, o cineasta retoma o tema do submundo e da figura do malandro, mas desta vez numa perspectiva particularmente atual. A inexorável destruição da antiga boêmia e do antigo modo de vida dos malandros pelo progresso é a questão central do filme, que, entre outras coisas, tem até um aspecto documental sobre a Lapa, hoje em vias de destruição.

Como as transformações provocadas pelas grandes empresas e o grande capital repercutem na vida brasileira? Como o brasileiro que não tem interesse nestas empresas e neste capital sofre e reage a estas transformações? Essas são algumas reflexões propostas por *O Último Malandro*. Não, é claro, ao nível de uma rigorosa e fechada questão filosófica; mas de um modo malicioso e cheio de verve, que tem por objetivo fazer com que o espectador ache gostoso o filme e os casos contados. (Carlos Murao)

Opinião — Você disse que estava se formando uma imagem do filme que não corresponde à realidade. Qual essa imagem? Qual a imagem certa?

Miguel Borges — A primeira parte da pergunta é uma suposição, a segunda é uma realidade. Vamos à suposição. O filme tem um título e um tema que podem induzir à criação de uma imagem como se se tratasse de um filme de destinação puramente comercial, uma pornochanchada, na onda da exploração direta do erotismo. Se é que se pode chamar de erotismo essa forma de colocação do fenômeno erótico que tem sido feita em muitos filmes brasileiros e estrangeiros. Isso não corresponde ao que é *O Último Malandro*. O filme tem uma componente erótica, os personagens se envolvem em paixões, mas essas situações não são o cerne do filme. Na pornochanchada caracterizada como tal, a situação é o próprio tema. Em *O Último Malandro* é diferente. Estou falando isso apenas como esclarecimento inicial, porque não há razão para se fazer um paralelo. Cada filme está na sua. Também não vou condenar aquele produtor que faz a pornochanchada. Ele tem lá os seus motivos.

O Último Malandro é sobre um personagem chamado Asminadão Rodrigues Fernandes, definido como um marginal que vive os últimos dias da Lapa, bairro que se encontra em plena destruição ecológica. Não é um filme saudosista. É uma espécie de homenagem viva, sincera e comovida, a uma época da vida do país simbolizada organicamente nesse bairro, que está agora desaparecendo fisicamente.

Asminadão é um malandro que procura conhecer o mundo em que vive. Mas no novo macrocosmo da vida do país, que para Asminadão toma a forma das transformações urbanas, por uma questão de princípio, de hábito e de escolha, ele procura construir um microcosmo particular. Como se fosse possível manter toda uma velha maneira de viver. Mas ele procura se atualizar. Tem os sinais exteriores da modernização, no

"O exibidor é um espectador privilegiado: quando ele não quer ver o filme, ninguém vê"

vestuário. Ele tem um palavreado híbrido de antigo e moderno. Mas reconhece que o seu mundo está condenado à destruição. Inclusive ele diz isto numa conversa com seu esquisito rival, que é um intelectual desajustado, um escritor que mergulha no submundo a fim de colher material para escrever um *best seller*. Fiz desse sujeito um escritor paulista. Criei uma espécie de antagonismo amistoso entre esses dois tipos de representantes da marginalidade pitoresca, da marginalidade folclórica.

O filme tem uma coloração quase folclórica, de folclore urbano. Mas não é sisudo neste sentido, nem pretende realizar uma documentação disciplinada. Mas o filme resulta numa certa documentação, tem uma parte realmente documental, as derradeiras imagens da Lapa como existiu durante 50-70 anos estão como que preservadas. A arquitetura típica, os tipos humanos que passam, os modismos, uma filosofia de vida. E o filme tem uma vibração vital muito grande, porque foi feito com emoção, sinceridade e principalmente uma grande tolerância.

É um filme alegre, de grande humor, de bom humor. Mas sendo alegre, não é um filme bobó alegre. Ele tem consciência das transformações por que passa o mundo, especificamente o Brasil. Mas ele contém implicitamente uma espécie de lamentação sobre o descaço com que nós, voltados para o futuro, destruímos o passado que constitui nossas referências. De certo que a nova avenida tem que passar, o tráfego tem que escoar, mas se tivéssemos uma melhor compreensão do que representa o nosso passado em termos mesmo de referências para o futuro e das lições dadas todos os dias pelo anedotário, pela filosofia popular, pela psicologia criada pelo povo, certamente encontraríamos uma solução que atendesse às duas necessidades: abrir o caminho para o futuro e preservar o passado que é onde estão as nossas fontes de referências.

O — Você poderia relacionar seu filme com outros que tratam da Lapa, particularmente a *Rainha Diaba*?

M. B. — Posso falar sobre o assunto

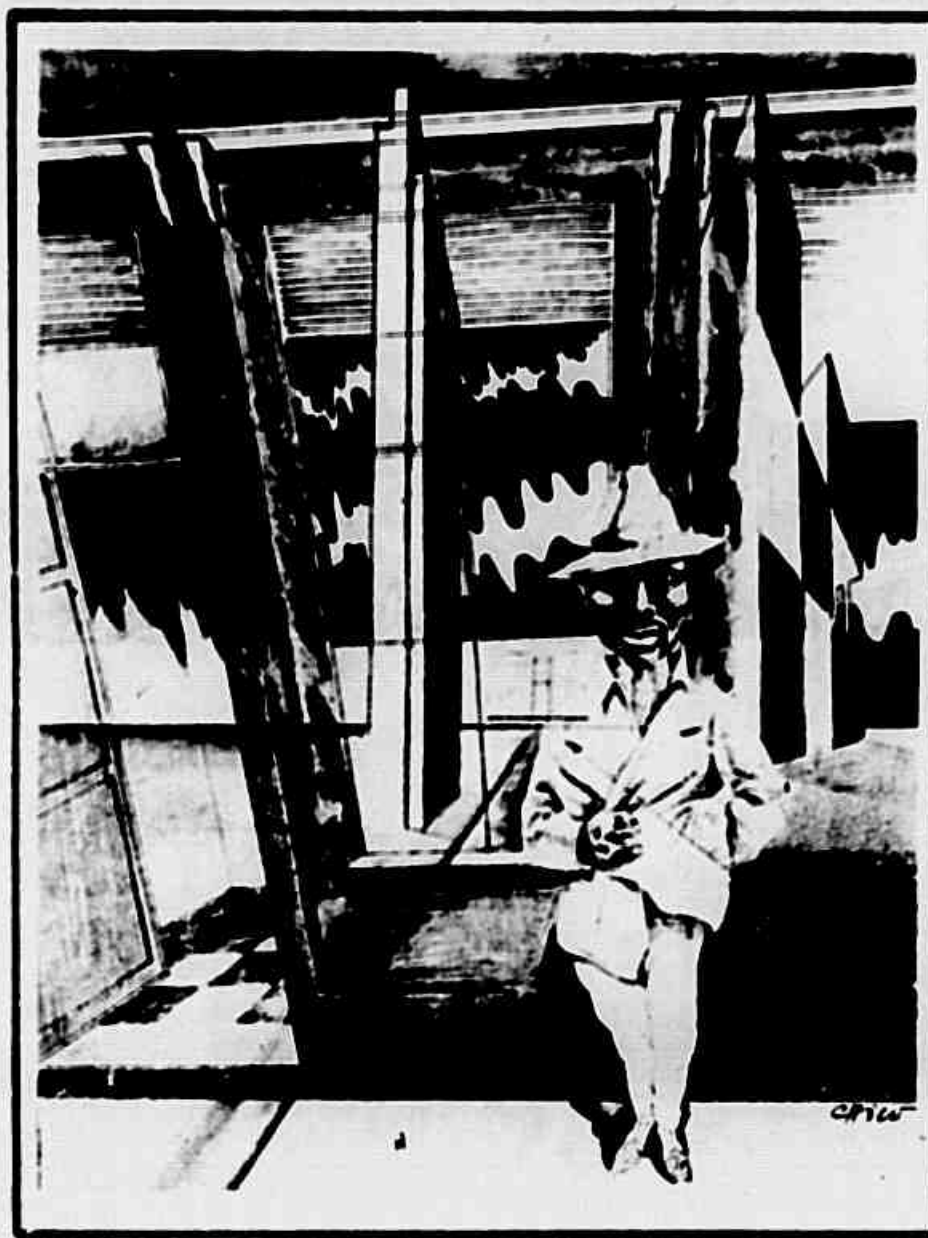
de maneira cautelosa, por um problema de ética, de respeito profissional. Me parece que a *Rainha Diaba* é um filme contemplativo, ele contempla aquele mundo, aqueles personagens, de uma maneira racional. É o que poderíamos chamar um poema tratado racionalmente. Por quê? Porque ele tem uma visão exterior, ele se coloca como um trabalho de observação objetiva, isenta quase. Mas não é um filme trito, porque ele como que procura reconstituir a emoção. No meu entender, a diferença fundamental entre *A Rainha Diaba* e *O Último Malandro* é que o primeiro tem uma emoção reconstituída a partir dos dados observados, enquanto que no outro a emoção é realmente vivenciada. São duas maneiras de ver o problema. Mas o meu esforço no filme foi no sentido de interiorizar o espectador naquele mundo.

Por isso é um filme tratado de acordo com situações típicas, ele é um remanejamento de todas as situações típicas, de toda a mitologia popular ligada ao mundo marginal no que ele tem de cômico, de simpático, de humano, de atraente, de filosoficamente aberto, colocando alternativas para a vida. Justamente, o mundo marginal apresentado por *O Último Malandro* é um mundo de alternativas, colocação de outras perspectivas, diferentes daquelas que estão dominando a mentalidade coletiva.

O — A sua filmografia está quase toda ela ligada aos malandros e ao chamado submundo. E aí você insere uma paródia do mundo dos negócios oficial.

M. B. — Isto é uma tradição cinematográfica, encontramos constantemente este paralelo ou esta paródia no cinema americano. Por exemplo um filme como *Um Preço para Cada Crime* com Humphrey Bogart e Everett Sloan, em que o personagem monta uma empresa de assassinatos encomendados. O filme faz um paralelo terrível entre o funcionamento da grande empresa regular, normal, e o funcionamento de uma empresa tremendamente irregular e anormal. Esse paralelo tem antes de mais nada um sentido ético, coloca em discussão o problema ético da grande empresa. Mas não é uma discussão, porque a coisa é colocada no plano poético e não no racional. É também no plano poético que ela se encontra nos meus filmes. Ela sensibiliza, ela toca, ela funciona como artifício dramático e como criação poética, porque existe alguma coisa de verdade nela. O que existe de verdade, vai depender do juízo de cada um, porque, se os problemas éticos são colocados, também são colocados os problemas da ação. Não é possível deixar de fazer as coisas porque o mundo não pode parar. Então nesse sentido, meu filme não encerra condenações. Ele faz a paródia, mas não condena o malandro que faz a paródia nem o grande empresário parodiado pelo malandro. Nada disso no plano discursivo, tudo no plano poético. Está se falando do futuro, das alternativas. Por isso, alguns observadores mais rigorosos acham meus filmes às vezes inconsequente. *O Último Malandro* mais uma vez. E eles têm razão, porque meus filmes não mexem com consequências no plano direto, imediato, nem mesmo social. Eles buscam as consequências no plano inteiramente individual, na intimidade mesmo do ser pensante. São filmes que na realidade tratam de assuntos objetivos, concretos e diretos, mas com um sabor muito grande de crônica.

O — Os malandros interpretados



por Ivan Cândido nos filmes que você faz têm certas constantes. São *viradores*, caras que sempre se abrem apesar dos fracassos sucessivos. Em termos de dramaturgia brasileira?

M. B. — O personagem que Ivan Cândido vem fazendo, e me parece neste *O Último Malandro* ele está melhor que nos outros filmes, porque aproveitamos a experiência anterior dos filmes que fizemos em torno do mesmo tipo básico, é profundamente brasileiro, no sentido de que a maneira de ser brasileira, da filosofia de vida popular típica do Brasil, tem os seus componentes fortes na improvisação, no estoicismo e na capacidade de dar a volta por cima das dificuldades. A nossa própria colonização, já no começo, no meu entender, foi marcada por esses dados. Vieram os degredados, os marginais, os fidalgos desajustados, os desesperados, os condenados, como que prenunciando

"Hoje estamos assistindo a uma enxurrada no cinema; vem tudo, a obra de arte e o lixo, e é bom que seja assim"

uma tipologia, uma condição humana brasileira confrontada com a necessidade de realizar a tarefa, de realizar a civilização, a cultura, a dimensão humana, a despeito dessas dificuldades.

O — Nos seus filmes, a gente sente tanto de sua parte como da parte dos atores um tremendo prazer no ato de filmar.

M. B. — Para mim e para os atores que se têm afinado comigo, o cinema é antes de mais nada uma brincadeira. Brincar é uma das necessidades imediatas e mais profundas do ser humano. A nossa cultura moderna dificulta muito a brincadeira. Estava assistindo a um programa de Silvio Santos e vi o auditório brincar. Tornou-se claro para mim por que este programa faz o sucesso que faz. Ele oferece ao público que está em casa passivamente, inerte, a oportunidade de brincar na brincadeira dos outros. Isso tem um lado positivo e um lado negativo. Oferece a brincadeira suprimindo uma brincadeira que o público de fato não tem. Quem é responsável por isso? Talvez seja o próprio público que não sabe brincar e

que transfere o direito e a necessidade de brincar para aquele que está lá no vídeo pulando e cantando.

Mas os meus filmes são realmente brincadeiras, no sentido mais transcendental da palavra. Escrevo o roteiro me divertindo, procurando intuitivamente perceber quais são as situações, os personagens, as falas, as imagens que transcrevem para a tela esse sentido da brincadeira. Discuto o roteiro com os atores. Só entro na fase profissional com os atores, quando eles realmente sentem o roteiro ao nível da brincadeira. Mesmo nas conversas, quando ele vem compenetrado, procuro conduzir a coisa pelo lado da brincadeira. Desanuviando, para que ele possa entrar no nível do filme já na fase de preparação, já no ato de discutir o preço. Os atores em geral trabalham para mim por preço mais acessível que para os outros. Por quê? Porque comigo eles percebem o nível da brincadeira. No set, eu realmente faço um papel, o papel do diretor brincalhão. Às vezes eu crio caso, exijo, fico nervoso, dou meus gritos, porque não pode deixar de ser assim. Brincar é uma necessidade, mas é também uma tarefa. É muito difícil por causa de todo um condicionamento cultural e social que tem no mundo de hoje. Então às vezes é preciso romper a brincadeira, colocar a brincadeira em outro nível, fazer o papel de brabo. É tudo como se fosse uma grande representação.

Também na escolha dos atores para os papéis, levo muito em conta a contradição entre o personagem e o ator. O Ivan Cândido por exemplo é um carioica da Tijuca, costume dizer que é amanuense, porque é escrivão juramentado (e ator profissional) por herança (o pai também é). É um sujeito muito bem comportado, pai de família sério. E, quando ele vem fazer esse papel, é a grande brincadeira dele. Ele utiliza a sua brincadeira reprimida, digamos assim.

O Francisco Milani, que faz o malandro paulista, é também um rapaz muito sério, é um pensador, um especulador, tem um sentido de responsabilidade diante da vida. O primeiro filme que fiz com ele foi justamente *O Último Malandro*. Ele foi à minha casa, conversamos. Depois de algumas conversas, percebi que ele estava no outro pólo do personagem, então, justamente por isso, entreguei o papel a ele, certo de que ele ia brincar com aquilo, ia se descontrair.

A mesma coisa aconteceu com Suzana Faini, que considero que está

continua na página 18

continuação da página 17

muito bem no filme. Ela também é por assim dizer o oposto do personagem: muito cautelosa, pouco prática, porque sua cautela se sobrepõe ao sentido prático. E no filme ela é exatamente o contrário, uma mulher toda voltada para o lado prático da vida, quer fazer, acontecer, conquistar o mundo, o mundo marginal. Então essa polaridade entre ator e personagem é fundamental para alcançar esse clima de brincadeira.

O — O *Último Malandro* está sendo distribuído pela Embrafilme. O que você acha dessa situação?

M. B. — Eu e o Paulo Thiago (diretor de *Sagarana*) fomos os primeiros cineastas que entregaram seus filmes à Embrafilme. Houve também Leon Hirszman com *São Bernardo*, mas é um caso especial, porque o filme foi distribuído mais diretamente; eles precisavam de um instrumento burocrático para realizar o faturamento. Se bem que a Embrafilme acabou tendo o seu papel efetivo na distribuição. Mas foi um caso de distribuição direta, na fase ainda preparatória em que a Embrafilme estava se organizando.

Por que entregar os filmes à Embrafilme? Porque é preciso um fato novo no mercado distribuidor, que é o grande foco de problemas da economia cinematográfica. Nós defendemos a necessidade da Embrafilme entrar na distribuição por uma circunstância muito específica. Pois me parece que, para que o governo, interessado como está no fenômeno cinematográfico, possa realmente saber o que se passa, conhecer e aguentar a situação, ter uma visão realista do mercado, ele precisa vivenciar as dificuldades, e isto só pode ser feito através da distribuição. Temos um equívoco de muitos decênios, e que continua vivo na Embrafilme: o problema do cinema brasileiro não é a produção. Nós produzimos. Fazemos sopa de pedras, inventamos recursos. Nosso problema é a distribuição. Como não podemos agir diretamente sobre a exibição, porque o produtor não tem contato direto com o exibidor, esse contato é feito através da distribuição. Então temos que agir na distribuição, temos que mudar a sua estrutura. Por que a Embrafilme é a solução, é o órgão indicado para representar o governo? Porque ela financia a produção, está agora entrando diretamente na produção através de coproduções. E porque, como distribuidora, ela deveria vir agora livre de hábitos, de compromissos, da necessidade imediatista de cobrir o custo operacional e dar lucros, isto é, com uma capacidade de investir a longo prazo, e com autoridade para romper os quistos regionais e os quistos setoriais de exibição e de distribuição. Ao nosso entender, deveria ser a tarefa fundamental da Embrafilme.

O meu está lá, está programado num circuito do Rio de Janeiro. A dificuldade que tenho encontrado, e que tenho colocado para a Embrafilme, se refere ao problema dos hábitos, porque os homens que foram para a Embrafilme são homens de cinema, o que é bom, mas eles trazem hábitos que muitas vezes não souberam superar dentro da nova proposição. Um hábito de dependência em relação ao exibidor, uma espécie de respeito, de terror supersticioso pelo exibidor, a aceitação de vários preconceitos, tais como a dificuldade de marcar trailer, o desejo de não, entre outras, importunar o exibidor dizendo que ele deve programar o trailer com maior antecedência, colocar logo um display na porta do cinema. Uma série de hábitos trazidos do comércio mesmo, de não desagradar ao cliente mais importante, pois o exibidor é o espectador privilegiado: quando ele não quer ver o filme, ninguém vê; tudo depende quase que exclusivamente dele nesse plano.

O — Por que você disse que, no cinema brasileiro, os filmes importantes não são mais importantes?

M. B. — Foi numa conversa com gente de cinema. Batemos um papo sobre as mudanças ocorridas no cinema brasileiro ultimamente, nos julgamentos sobre os filmes, e con-

cluímos, brincando, que os filmes importantes, ultimamente, não tinham importância nenhuma. Aliás, brasileiros e estrangeiros, mas particularmente brasileiros porque é disso que tratamos. Porque mais importantes do que quaisquer outros. Isso, no meu entender, se refere ao domínio dos preconceitos. Na fase cinematográfica o cinema brasileiro era um profundo poço de preconceitos. Os filmes já vinham julgados, gostados ou desgostados, antes mesmo de serem rodados. A importância era dada não ao filme, não ao produto — o trabalho — mas ao próprio trabalho e principalmente àquele que fazia o trabalho. Surgiam pláticas. O sentimento popular brasileiro é muito infenso a essas solenidades, é destruidor desse tipo de mito intelectualizado. Então surgiram algumas pláticas: não é o filme que era importante, era a entrevista que o diretor ia dar. Nas transformações por que passou o Brasil nos últimos anos no plano social e cultural, houve uma mudança de posição diante do fenômeno cinematográfico. Hoje estamos assistindo a uma enxurrada, vem tudo, a obra de arte o lixo, e é bom que seja assim. Isto está se traduzindo numa retrospectiva muito salutar que a Federação dos cineclubes e a Cinemateca do Museu de Arte Moderna estão organizando, mostrando todo o velho cinema brasileiro e destruindo uma série de preconceitos, porque nós, cineastas, historiadores, críticos, observadores, jornalistas, durante 30-40 anos, no auge da fase cinemanovista, perdemos realmente contato com o cinema brasileiro. É um cinema muito particular, com grande personalidade

nacional, um cinema com profundas vinculações populares. Para se ter uma idéia do que quero dizer, basta ir ao MAM e nem precisa ver os filmes (é bom ver os filmes), basta ver a exposição de cartazes: é realmente um retrato da inspiração aparentemente caótica que comanda esse processo do desenvolvimento, das mutações do cinema brasileiro.

Por que o filme era importante? Porque ele correspondia, atendia a uma colocação intelectual, atendia a um instrumental intelectual, constituído, que servia para medir todos os valores cinematográficos. E por que os filmes intelectuais atualmente não têm mais importância, por que os filmes importantes atualmente não têm mais importância nenhuma? Porque eles faliram do ponto de vista prático, na própria tarefa que eles se colocavam: construir um mundo intelectualmente concebido dentro de certos padrões. Porque a realidade não aceitou isso, a realidade cultural, social, política do país não aceitou essa colocação. Então é preciso partir para outra. Como no caso de meus personagens, é preciso dar a volta por cima. Como essa retrospectiva está dando a volta por cima no terreno do estudo. Por isto, para mim, é muito salutar que os filmes importantes não tenham importância nenhuma. A importância dos filmes deve existir para o realizador, para aquele que paga o ingresso, para o exibidor, para o distribuidor. A sua importância histórica e cultural, as suas consequências, devem ser deixadas ao destino e ao futuro. Que ninguém pode controlar. A gente pode prever e programar. Mas controlar exatamente é impossível.

Eleições A FRAUDE E SUAS TÉCNICAS

Embora não seja propriamente uma novidade na política mineira — já no Império o senador Teófilo Otoni queixava-se dessas práticas — nunca foram tão numerosos os casos de fraude e corrupção eleitorais como nas últimas eleições — 1970 — em Minas.

No Salto da Divisa, cidadezinha no nordeste do Estado, houve uma impressionante demonstração de lealdade política. Entre os 1.840 eleitores que compareceram às urnas, apenas um anulou seu voto. Quase todos os outros, exatamente 1.817 eleitores, reafirmaram sua lealdade partidária, consagrando os candidatos da ARENA.

Mais abaixo, em Santa Maria do Salto, os eleitores ratificaram seu apoio ao governo municipal: 81 por cento dos eleitores apoiaram a ARENA. Número comparável ao de Águas Vermelhas, também no norte de Minas, onde apenas um eleitor (eram 1.354) votou em candidato do MDB, apesar da campanha de candidatos do partido na cidade. Na mesma região, em Salinas, importante cidade do norte de Minas, havia 6.794 eleitores, entre os quais 91 por cento votaram na ARENA, unanimidade que talvez só tenha uma rival na história eleitoral brasileira — as eleições do Salto da Divisa, citada acima. Lamentavelmente a metade dos esclarecidos eleitores de Salinas desapareceu misteriosamente durante o inquérito do TRE — Tribunal Regional Eleitoral — para apurar denúncias de eleitores fantasmas.

A enorme variedade de formas de fraude ocorridas nas últimas eleições em Minas, permitiu que especialistas apresentassem uma classificação quase científica, trabalho muito útil durante a tarefa de recontagem dos votos. Determinadas as características mais marcantes, é possível, quase

imediatamente, descobrir as pessoas envolvidas na transação. Embora em quase todas elas seja assídua a presença do juiz, mesários e candidatos.

Entre as chamadas "fraudes de atacado" quando alteram-se os resultados e não os votos, esses são os casos mais importantes:

a) *Urnas cheias*: antes das eleições colocam-se nas urnas todas as cédulas correspondentes ao número de eleitores daquela seção eleitoral. No dia da eleição os eleitores votam sem saber numa urna falsa.

b) *Mapismo*: é o mais comum. Trata-se da inversão de resultados. Na hora de computar os votos, o juiz autoriza a troca de votos brancos, nulos e de candidatos não residentes na cidade em favor de candidatos locais. É comum, também, se aproveitarem os votos desvinculados (deputado estadual de um partido e federal de outro).

c) *Eleitores fantasmas*: munidos de títulos de eleitor de pessoas já falecidas ou certidões de idade falsificadas, os cabos eleitorais requerem para si ou para amigos, dezenas de títulos de eleitor. Em 1970 na cidade de Bom Jesus do Galho votaram mais de 11 mil eleitores, mas deles 7.500 eram fantasmas, segundo a perícia feita no outro ano pelo TRE.

Por outro lado, a fraude no varejo dá-se com o aproveitamento paulatino de votos brancos e nulos de candidatos não residentes no município, em favor de candidatos locais. A fraude é feita, voto por voto, no momento da apuração de cada urna por escrutinadores encomendados ou inescrupulosos.

Entre todos os casos de fraude eleitoral acontecidos nas últimas eleições em Minas, os mais espetaculares foram o de Ituiutaba e de Teófilo Otoni. Na primeira cidade,

houve uma manobra chefiada pelo juiz de Direito e pelo promotor, de parceria com mesários e escrutinadores e todos os votos foram divididos fraternalmente entre os três candidatos do município — Jurandir Moreira e Samir Tannus (da ARENA) e Rodolfo Leite (do MDB). Jurandir não se elegeu. Rodolfo perdeu o mandato e Tannus ainda é deputado, talvez graças a fraudes não apuradas em outros municípios, que lhe garantiram o número suficiente de votos, mesmo descontando os de Ituiutaba.

Em Teófilo Otoni, no norte de Minas, talvez tenha ocorrido a mais dramática fraude eleitoral do país. O Batalhão de Polícia Militar de Governador Valadares, a mais de 100 km de distância, foi requisitado para conter o povo enfurecido, que protestava contra o roubo escandaloso. Interrompendo o carnaval nas ruas e surpreendendo partidários do candidato até então derrotado, duas horas depois de anunciado o resultado final pelo alto-falante da praça diante do fórum, o juiz eleitoral fazia uma incrível retificação: os 45 votos que davam a vitória ao candidato Petronio Otoni foram computados para Luís Leal, seu

adversário, mas do MDB. A escandalosa fraude rendeu até música de carnaval: "Remember Ituiutaba / onde houve fraude assim / Se a mão da Justiça desaba / você terá o mesmo fim". Foi a mais cantada nos dois últimos carnavais.

Graças a esses versos e às denúncias que chegavam quase diariamente ao TRE, o procurador Antonio Amaro Filho pediu a recontagem de votos. Misteriosamente as urnas apresentaram novo resultado: cresceu exageradamente o número de votos nulos. "Foi uma grande malandragem que fizeram" dizem com um misto de ironia e desprezo o procurador eleitoral Amaro Filho. "Quando mandei requisitar as urnas elas foram violadas pelas mesmas pessoas que roubaram da vez anterior. Todos os votos dados ao candidato Petronio foram rasurados, mantendo a vitória com o atual prefeito, mas com resultado diferente". Nos próximos meses o Tribunal decide e julga o caso e os envolvidos nessa incrível apuração. Se acontecer como Ituiutaba o prefeito Leal perderá o mandato e o juiz o seu cargo. Para todos há uma pesada ameaça de cadeia.

"CHAME-SE, A ESSAS IDÉIAS, NACIONALISMO"

José Ermírio de Moraes (1900-1973)

Há um ano morria José Ermírio de Moraes, (ver Opinião n.º 41) um dos últimos representantes de uma corrente de industriais que defendia um desenvolvimento autônomo para o país.

Se poderiam discutir muitos aspectos fundamentais do pensamento e das atitudes do político e industrial José Ermírio de Moraes, falecido no dia 9 de agosto, do ano passado, aos 73 anos de idade. Por exemplo, a sua crença de que o bem da sua empresa representava igualmente um bem para o país e de que o interesse do Brasil era necessariamente idêntico aos interesses das indústrias. Ou os volumosos gastos que o teriam ajudado a ganhar em 1962 um mandato de senador pelo seu Estado natal de Pernambuco. (Embora se deva lembrar que, nessa ocasião, Ermírio de Moraes enfrentou candidatos amparados nos recursos mais discutíveis da quase inesgotável cornucópia do IBAD, uma associação que no princípio da década de 60 ocupava-se em recolher fundos para financiar campanhas políticas frequentemente ligadas às conveniências das grandes empresas estrangeiras.)

Não se pode negar, contudo, que a maior consequência do desaparecimento do senador Ermírio de Moraes é o enfraquecimento, até o limite da quase extinção, de uma corrente de opinião que desempenhou um importante papel na vida pública e empresarial brasileira: a corrente dos chamados empresários nacionalistas cujas idéias se situavam basicamente em torno da tese de que o Brasil deveria procurar o caminho do seu desenvolvimento confiando nos seus próprios recursos e na capacidade das firmas de capital nacional mantendo uma atitude de relativa desconfiança e firme controle quanto aos investimentos estrangeiros.

E nesse sentido José Ermírio de Moraes à testa do seu poderoso grupo de 51 empresas espalhadas por 17 Estados da Federação e encabeçadas pela S. A. Indústrias Votorantim, era, de certa forma uma fortaleza inexpugnável. Formado nos EUA na época do presidente Wilson, impregnou-se do sentimento nacionalista então dominante na sociedade norte-americana, sentimento que acabou por marcar toda a sua existência. Como um empresário norte-americano do princípio do século e até certo ponto como um empresário japonês do após

guerra, ele recusou-se sempre e terminantemente a associar-se com o capital estrangeiro. "Enquanto eu for vivo", costumava dizer, "não entregarei uma única ação das minhas empresas ao capital estrangeiro". E cumpriu integralmente essa promessa.

Essa atitude custou-lhe, porém, inúmeros sacrifícios. Quando pretendeu implantar sua indústria de alumínio — a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) — defrontou-se com a negativa da Light em fornecer-lhe a energia elétrica essencial a esse tipo de indústria e teve que construir a sua própria usina. Foi também obrigado a enfrentar alguns graves bloqueios econômicos e de crédito que, especialmente no princípio dos anos 60 quando suas idéias políticas lhe valeram uma notável hostilidade cuidadosamente articulada nos meios bancários, chegaram a ameaçar o desenvolvimento dos seus negócios.

Mas nada disso abalou as convicções de José Ermírio de Moraes. Na direção do seu grupo, ele agia como se estivesse convencido de que estava prestando um serviço público ao país. Embora rico, recusava-se a ostentar e esbanjar o seu dinheiro criticando em tom moralista os industriais que agiam de forma mais leviana. E quando finalmente resolveu realmente ingressar na vida pública abandonou completamente seus negócios particulares e foi morar em Brasília.

"A promoção econômica do Brasil pode ser levada avante com a colaboração de investimentos estrangeiros", dizia ele em 1963, "sem que contudo se tolham ou se criem obstáculos ou dificuldades aos empreendimentos nacionais. Chame-se a estas idéias nacionalismo: provavelmente haverá quem lhe dê outra classificação". "O capital estrangeiro, dizia em 1968, engole nossas reservas econômicas transformando-nos em exportadores de lucros aqui hauridos como se fôssemos uma terra de ninguém". E em 1969: "Nenhum de nós é contra o capital estrangeiro. É preciso que ele venha, mas que seja orientado e dirigido por nós".

E foram essas mesmas idéias que hoje encontram escassos defensores ostensivos nos meios empresariais brasileiros que Ermírio de Moraes levou para o túmulo há um ano numa cerimônia bem menos concorrida do que teria sido se os tempos fossem outros ou, quem sabe, fossem outras as suas idéias.

O Estado e a radiodifusão

Do ministro das Comunicações. Quando de Oliveira, sobre a interferência do IBOPE e das agências de publicidade nos meios de comunicação de massa: "São piores do que a censura, conduzindo a um verdadeiro cerceamento da liberdade de expressão".

Em recentes pronunciamentos públicos (em conferência no II Exército e na abertura do 4.º Encontro de Radiodifusão do Rio Grande do Sul) o ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, lembrou com insistência aos empresários da comunicação de massa a existência de um Plano Nacional de Radiodifusão, ora em preparo. E antecipou com alguma clareza o tom em que o documento está sendo redigido, ao lembrar que sua meta é de "compatibilizar os meios de comunicação de massa, principalmente o rádio e a TV, com os objetivos e metas nacionais. (Os meios de comunicação) não podem, por isso, ser mero negócio, uma forma de comércio como outra qualquer".

Tão veementes observações sugeriram aos executivos de publicidade, rádio e TV, uma iminente intervenção governamental na área das comunicações sociais. E houve até mesmo protestos indignados, como os do diretor-superintendente do IBOPE, Paulo Montenegro, que se apressou em definir o órgão como "de pesquisa pública, semelhante aos que existem em outros países do mundo, e que divulga fielmente os resultados obtidos. Quanto mais democráticos os países, mais possibilidades há de que existam institutos de opinião pública". Ou do produtor da Rádio Globo, Moisés Weltman, que, embora ressaltando a competência técnica do ministro e m a s s u n t o s de telecomunicação, afirmou que ele "parece estar mal informado quanto às relações desses veículos com as agências de propaganda".

Com o desmentido de que houvesse uma pretensão governamental ao controle da radiodifusão — "o governo pretende manter a situação que sempre existiu no Brasil, com a radiodifusão executada pelas empresas que se habilitaram devidamente ao serviço, dando preferência às que não pretendem ter apenas um negócio" — permaneceu contudo a recomendação de Quandt para que a radiodifusão desperte para a sua participação positiva na "formação de uma mentalidade sã e brasileira".

Por coincidência, na mesma semana em que o ministro Quandt de Oliveira fazia tais observações, o jornal carioca *O Globo* iniciava uma série de reportagens em que, teoricamente, se discutia o estágio atual da TV com personalidades políticas, técnicos em comunicação e estudantes universitários, todos afinal unânimes em ressaltar a qualidade e o nível cultural da Rede Globo. Entrevistado para um desses "debates", o ministro Quandt se revelou um espectador assíduo de telejornais e mesmo de algumas novelas (como *O Bem Amado*, de Dias Gomes) e concluiu que "tem havido uma crescente melhoria de qualidade", principalmente com relação a programas de auditório "tipo *Fantástico*", como sugeriu o entrevistador.



Donga, 1889-1974

Com 84 anos de uma fecunda vida como testemunha atuante da história da música brasileira, morreu no Rio às 4 horas da tarde de domingo 25 de agosto, Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga. Vítima de um derrame cerebral que o impedia há dois meses de ingerir alimentos sólidos, Donga morreu no silêncio e semi-obscuridade que costumam envolver os veteranos músicos e compositores brasileiros. A seu lado, numa casa modesta, apenas Dona Maria das Dores, sua terceira esposa e companheira fiel há 10 anos. A entidade arrecadadora de direitos autorais a que era filiado custeou seu enterro.

Para a imensa maioria de ouvintes apressados ou mal informados da música popular brasileira, Donga permanecerá sempre como autor de uma única música: *Pelo Telefone*, de parceria com Mauro de Almeida, o primeiro samba gravado, em 1916. Mas Donga, um dos últimos remanescentes do grupo de sambistas, batuqueiros e chorões que se reunia na casa das tias baianas, no Rio, foi um dos mais diretamente responsáveis pela formulação da música brasileira de feição urbana.

Nascido num sábado de aleluia, 5 de abril de 1889, no mesmo bairro do Andaraí que o viu falecer, Donga era filho de um construtor e tocador de bombardino, Pedro Joaquim Maria, e de uma dessas tias baianas, Amélia Silvana Araújo, centro natural de reunião dos músicos negros que chegavam da Bahia. Aos 14 anos aproximou-se de seu primeiro instrumento, um cavaquinho, depois abandonado pela riqueza

de recursos do violão, do qual chegaria a ser um mestre. Tomando aulas de violão com Quincas Laranjeira — um dos primeiros professores desse instrumento, maldito na época como coisa de malandro — tocando em festas "nas residências mais elegantes" — onde se ouvia valsa, polca, *schotisch* mas não samba, música de negros — e participando sempre das rodas de batuque e choro que já reuniam outros, nomes ilustres como Sinhô, Pixinguinha, João da Baiana, Donga chega a 1916 com várias músicas impressas, entre modinhas, valsas, choros e o samba *Pelo Telefone* que, gravado pela Odeon, lhe garantiria a fama.

Três anos depois, com o patrocínio de Arnaldo Guinle e do jornalista Irineu Marinho, ele integraria, com Pixinguinha, seu irmão China, Nelson Alves, Feniano, José Alves de Lima e José Monteiro o grupo *Oito Batutas*, que excursionaria primeiro por Minas, São Paulo e nordeste, tocando e coletando material folclórico. Em 21, ainda com o patrocínio de Guinle, os Batutas iriam a Paris, numa façanha inédita para a música brasileira.

Nos anos 20 e 30, com diversos acompanhantes, Donga viaja para Buenos Aires, onde grava para a RCA Victor, e novamente para Paris. Faz uma série de discos, com Pixinguinha, para a Parlophon, e outra para a RCA, com os grupos *Guarda Velha* e *Diabos do Céu*, tocando violão, cavaquinho e bandolim.

Em 1940, a convite de Villa Lobos, se apresentou ao violão para o maestro Leopold Stokowsky, em visita ao Brasil e gravou para ele, em companhia de outros músicos como Pixinguinha e João da Baiana, uma série de choros e sambas que a Columbia lançaria nos Estados Unidos. Em 54 Almirante tentou reagrupar os

velhos companheiros de duas décadas antes no grupo da Velha Guarda — Donga, Bide, Alfredinho, Pixinguinha e João da Baiana — que gravava para a Sinter e se apresentava em shows. A partir daí, a carreira do fecundo músico e compositor começou a entrar no período de sombra que o cercou até o momento de sua morte. Até 1930, Donga vivia exclusivamente como artista, façanha ainda mais inacreditável na época. Nos últimos anos, seus rendimentos lhe advinham dos direitos autorais e de uma magra aposentadoria como oficial de Justiça, cargo que ocupou até aos 70 anos.

Do delegado de Polícia Luis Carlos Rocha, 22 anos de vida policial em São Paulo, durante o I Congresso Internacional sobre o uso de tóxicos pela juventude universitária, realizado na Universidade de São Paulo, USP, de 11 a 16 passado:

"A juventude paulista não é uma cópia da juventude norte-americana, como muitos imaginam, porque nos EUA é grande o número de jovens viciados em drogas, enquanto em São Paulo, nos últimos três anos, o número de estudantes universitários presos em flagrante delito por uso ou porte de tóxicos foi zero".

"Dentro da área do 1.º Distrito Policial está a Faculdade de Direito da USP. Em 1973, entre os presos em flagrante delito por drogas, nessa área, não há nenhum aluno daquela faculdade. Na área do 4.º Distrito Policial funciona, entre outros estabelecimentos de ensino superior, a Universidade Mackenzie. Nesse mesmo ano, o 4.º Distrito efetuou 51 prisões em flagrante delito por uso ou porte de tóxicos, não figurando nesse total nenhum universitário. A mesma situação se repete na área das Faculdades Metropolitanas, na Cidade Universitária e na região onde se localiza a Universidade Católica. Prisões por droga existiram, mas sem envolver o nome de nenhum estudante".

A superestrutura do espetáculo

A cansada indústria brasileira de espetáculos conta, desde fins de maio, com um novo e surpreendente elemento capaz de reativar suas envelhecidas células: a agência KEP, dos desconhecidos (no meio nacional) Albert Koski, polonês, 34 anos e George Ellis, brasileiro, 34 anos. Funcionando numa casa de dois andares no bairro de Jardim Botânico, Rio, a Koski Ellis Productions tem as mais amplas ambições: importar em bases profissionais e constantes os mais importantes nomes do rock internacional (estão em pauta, além do Jackson Five, já com temporada marcada, os grupos Yes, Traffic, King Crimson, Black Sabbath, Deep Purple, Emerson Lake and Palmer, e os artistas Elton John, Carole King, Carly Simon, Neil Diamond, e Diana Ross), exportar artistas brasileiros para temporadas na Europa e, possivelmente, Estados Unidos (o primeiro será Egberto Gismonti, em Paris em outubro). E promover concertos locais com músicos e artistas brasileiros, dando ênfase ao jazz e à música instrumental.

Tão vasto programa de ação está calcado pela fortuna pessoal de Ellis, resultante da venda de suas propriedades em Mato Grosso, e pela experiência de Koski, conceituado empresário e produtor de espetáculos da França, e pelos contatos com o empresário americano Howard Stein, que garantem à KEP exclusividade em transformar as *tournees* brasileiras dos astros de rock em rápidos e fáceis prolongamentos dos circuitos americanos.

Koski e Ellis têm uma visão bem realista do mercado brasileiro, reconhecendo nele as deficiências de infra-estrutura que estão dispostos a corrigir: montarão uma firma de aparelhagem de som e iluminação, para suprir as notórias falhas dos palcos brasileiros, e adequarão os espetáculos a público e casas específicas, promovendo sempre um concerto popular em cada temporada e selecionando o teatro, estádio ou auditório de acordo com as características do artista (os dançarinos e esfuziantes Jackson Five, por exemplo, se apresentarão no Maracanzinho e Anhembi; os eruditos músicos do King Crimson, nos Teatros Municipais do Rio e São Paulo).

As repercussões que tão bem montada estrutura podem ocasionar na indústria de espetáculos ainda abalada pela defecção dos Secos e Molhados e pela prolongada crise do mercado de discos só poderão ser medidas a médio prazo. Mas não deixa de se elucidativa a angústia que gerou nos principais empresários a notícia da visita de Peter Rudge, agente dos Rolling Stones, atendendo a um chamado — ao que parece — do próprio mr. Koski.

"Gabriela" na TV

Anunciada e garantida como "a realização mais ousada a que a emissora já se propôs", a novela adaptada do romance de Jorge Amado, *Gabriela Cravo e Canela* só entrará no ar em abril de 75, como comemoração dos 10 anos da Rede Globo. A euforia que tomou conta dos executivos da emissora com o assentimento do autor em ceder os direitos do livro é bastante elucidativa do papel que a Globo se atribui.

"É a adesão de Jorge Amado à televisão", declarou Edvaldo Pacote, assistente da Superintendência de Produção. "Quem sabe depois de *Gabriela*, Jorge Amado não passará a escrever especialmente para a televisão? Isso será tão importante quanto as adesões de Dias Gomes e Jorge de Andrade. É a televisão atingindo níveis de alta categoria sem perder o diálogo com os telespectadores".

Preocupada em "manter o clima da obra e a integridade dos seus personagens", a Globo reservou uma considerável verba para o preparo da novela, que terá de ser "perfeita, realizada com o maior cuidado". Embora desmintas pretensões hollywoodianas, os diretores da Globo confirmam o convite feito aos pintores Aldemir Martins e Caribé para a consultoria de arte e exteriores e aos compositores Dorival Caiati, Gilberto Gil e Caetano Veloso para a trilha sonora. Gravada a cores, *Gabriela* terá parte de sua ambientação em Ilhéus e será adaptada para a TV pelo autor Bráulio Pedrosa. Do elenco, apenas um nome parece certo: o de Lima Duarte para o papel do sírio Nacib.

Antes de Freud

Numa série de três palestras realizadas no auditório do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, no Rio, o psicólogo norte-americano Richard Barthol, da Universidade da Califórnia, apresentou oficialmente aos médicos, psicólogos, psiquiatras e sexólogos brasileiros o famoso método Masters e Johnson de terapia dos desajustes sexuais.

Enfatizando o que chamam de o "aqui e agora" da vida sexual do casal, William Masters e Virginia Johnson, médicos e casados há três anos, elaboraram um método que, prescindindo de cuidados analíticos sobre o inconsciente e suas repercussões possíveis no comportamento sexual, afirmam ter curado 80% dos casos de impotência e frigidez e 100% dos casos de ejaculação precoce a ele submetido.

Uma das características do método de Masters e Johnson é que nele o paciente não é o indivíduo, mas o casal. O seu objetivo básico é eliminar a tensão resultante da busca de um objetivo — ou seja, o orgasmo — para valorizar o prazer de todos os contatos eróticos. Barthol chegou a citar o zen-budismo para reforçar essa tese: "Somente desistindo do objetivo é que podemos alcançá-lo".

O principal problema para a real aplicação do método no Brasil, segundo Richard Barthol, seria o machismo local, "que leva os casais a aceitarem a ideia de que a atividade sexual é mais apropriada ao homem, e que a função da mulher é conceber filhos e dar satisfação ao parceiro". Para o Dr. Barthol, que vive no Brasil há quatro meses, lecionando psicologia dos esportes na PUC, será extremamente difícil convencer os casais brasileiros a se verem como um todo, uma autêntica "unidade de tratamento".

Há entretanto os que não estão tão confiantes na ação terapêutica do método Masters e Johnson. O dr. Fábio Leite Lobo, da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, por exemplo, lembrou que "cada sintoma de desajuste sexual tem uma constelação específica de causas resultantes de experiências individuais, muitas vezes com raízes na infância". Com isso, sem dúvida, ele quis dizer que o método parece de fato extremamente mecânico, sem atacar diretamente as verdadeiras causas do problema. Ao contrário, ao enfatizar exclusivamente o aspecto técnico da relação sexual, ele silencia sobre o essencial, pelo menos para aqueles que acreditam no caráter científico das descobertas de Freud: as motivações com a totalidade do chamado aparelho psíquico.

Desse ponto de vista, embora talvez não possa ser comparado com certos métodos reflexológicos que consideram o homossexualismo algo a ser curado na base até de estímulos eletrônicos, o método Masters e Johnson tem em comum com eles fundamentos filosóficos que poderiam ser considerados mecanicistas: excessivamente baseados numa eficácia apenas técnica e ingênuos de um ponto de vista psicológico profundo. O método de Masters e Johnson seria assim anterior a Freud.

Uma política para o teatro

A presença de Orlando Miranda na direção do Serviço Nacional de Teatro, órgão especializado do Ministério da Educação e Cultura, pode ser o princípio de novas relações entre o teatro brasileiro e o governo. Na verdade, poucos esperavam que o antigo diretor do SNT, Felinto Rodrigues Neto, cuja gestão se caracterizou pelo nada e também por ter sufocado algumas conquistas das gestões anteriores, fosse mantido no cargo. A nomeação de Orlando Miranda foi um alívio: é um homem que tem lutado pelo teatro, tem se empenhado em resolver problemas criados nas difíceis relações entre produtores e censura e também na já secular batalha pela regulamentação da profissão. Realizou um trabalho positivo como presidente da Associação Carioca de Empresários Teatrais, e a única objeção contra sua indicação — o fato de ser produtor e empresário — foi anulada pelo próprio Miranda, ao suspender suas atividades profissionais quando assumiu o cargo.

Sua primeira medida no SNT: estudar a situação do teatro brasileiro e realizar um projeto capaz de ser cumprido, dentro dos limites de verba existentes e ainda dentro do segundo semestre deste ano. Para isso tem quatro colaboradores que conhecem a fundo os problemas: Maria Helena Kuhner, Carlos Miranda, João Ruy Medeiros e Roberto de Cleto. Para Orlando Miranda o fundamental, no momento, não é distribuir verbas indiscriminadamente, nem mesmo fixar critérios apressados: "Não se pode ter critérios antes de se ter uma política cultural". Para ele o Plano de Ação Cultural, divulgado no mês passado, é um ponto de partida: avaliados os resultados de sua aplicação até o fim de 1974, o SNT partirá para

a elaboração de um plano quadrienal amplo. E para isso lutará por uma verba bem maior que os Cr\$ 3 milhões 386 mil e 800 que dispõe no momento".

Segundo o Plano, o SNT pretende atender as duas necessidades básicas para uma ação cultural de âmbito nacional: "dinamização de toda produção teatral e expansão das oportunidades de acesso à cultura". A função essencial do Estado é definida como sendo a de intermediário, estando por isso eliminada a subvenção e instaurado o financiamento como forma de investimento na atividade teatral. "Com financiamento", diz Orlando Miranda, "daremos autodeterminação e responsabilidade".

A seguir o grupo de trabalho do SNT, consciente do pluralismo do público brasileiro, determina uma série de medidas visando "a implantação e/ou dinamização de toda uma rede de agentes e equipamentos para cada um dos setores de atividade". Em certos pontos, ainda de forma bastante tímida, esboça-se também uma política voltada para o "popular".

Entre as atividades previstas no campo da dramaturgia estão a volta do concurso de peças (abolido na gestão anterior), com edições dos textos premiados e auxílio para a montagem do primeiro colocado, leituras de peças e debates, e a criação de um "banco de peças" (para reunir todo tipo de textos da dramaturgia nacional e estrangeira), com um duplo objetivo: documentação e prestação de serviço (o SNT terá sua biblioteca ampliada, aberta para consulta e poderá fornecer cópias de textos). Há um ponto discutível no item dramaturgia: o documento afirma que os autores nacionais encontram cada vez menor acesso junto aos

produtores, sentindo a "concorrente" concorrência dos autores estrangeiros. Em certo nível, apesar do problema da concorrência, a situação atual parece demonstrar que o acesso aos produtores não é mais um problema central (salvo em casos específicos, a maioria está convencida da eficácia do autor nacional). O fundamental é a qualidade da dramaturgia brasileira de hoje, que é lamentável, em vista de dados concretos: a temática está limitada, a discussão da realidade cerceada.

No campo do espetáculo o SNT prevê providências no âmbito restrito da produção do espetáculo, como o levantamento dos problemas do teatro atual (para a futura estruturação do plano quadrienal), a divulgação do espetáculo teatral ("subvenção em jornais, rádio e TV, para começar"), uma cooperativa de empréstimo material, e assistência financeira em auxílio para viagens, para companhias profissionais.

No campo da formação do ator, os itens são menos explícitos. O fato de existirem tantas escolas de teatro não exclui o fato de que geralmente estas escolas contam com verbas limitadas (o SNT poderia aumentá-las). No terreno da ação supletiva estão previstos cursos de expressão corporal, dança e canto. O último item é o mais importante: "O SNT tomará as necessárias medidas para a solução legal adequada da regulamentação do ator".

Finalmente, uma referência tímida a um plano de popularização: levar o ingresso, em Kombis especiais, em S. Paulo e Rio, aos subúrbios, proposta baseada numa experiência realizada com sucesso no Rio, no ano passado. Uma série de indagações podem ser colocadas: por que somente em dezembro? (um paternalista prêmio de festas aos menos favorecidos?) Por que não tentar, levar os espetáculos nos próprios subúrbios; já que uma cultura popular efetiva só poderá nascer

dos problemas concretos da comunidade à qual se dirige? O público de subúrbio se interessará por um espetáculo produzido no "centro"? O próprio Plano lembra que não existe um público, mas vários.

Está igualmente previsto auxílio ao teatro infantil; incentivo ao teatro amador e universitário (providências imediatas: um encontro de diretores de grupos universitários de todo país, de 6 a 8 do corrente em Petrópolis, e auxílio aos principais grupos para excursão pelos respectivos Estados. Quanto ao teatro experimental, o SNT buscará o controle de pelo menos dois teatros, um no Rio e outro em São Paulo, o que implica em dar atenção ao importante item do aluguel de salas, que impede a atividade experimental e dificulta a produção de teatro experimental.

Haverá estímulo ao teatro de revista e ao circo, um plano de publicações (livros especializados, cartilhas de teatro e a continuação da revista semestral *Dionysios*) e uma série de medidas para colaborar com o teatro na educação. Finalmente, atualização do acervo da biblioteca, ampliação da documentação fotográfica e vai ser tentada a documentação cinematográfica dos principais espetáculos produzidos no país.

O projeto pode ainda ter pontos vagos e tímidos, é inclusive deliberadamente limitado, mas é um passo. Com verba e liberdade o SNT poderá voltar a ter um significado na libertação do teatro brasileiro. (Andrea Sarti)

Doutores e jagunços

de cem — e um doutor custa muito a se fazer". (Palavras de um jagunço anotadas pelo Coronel Floro Bartolomeu.)

"O que é coronelismo? Sabemos. E não sabemos. O doutor e o jagunço sugerem uma dualidade, crucial para a história nordestina, que até hoje tem sido tratada com uma seriedade que não vai muito além da preocupação colecionadora do folclorista," disse o professor Carlos Dória, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, ao apresentar a tese *Do Mundo ao Poder: Notas sobre o Coronelismo Nordestino* durante recente reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizada recentemente em Recife.

Dória está realizando uma pesquisa, intitulada *O Banditismo no Nordeste Brasileiro: 1870-1940*, através da análise de fontes impressas e entrevistas realizadas com ex-cangaceiros. "Somente agora é que estão começando a surgir estudos sérios sobre o coronelismo que foi um elemento base e determinante da estrutura político-partidária da primeira República", explica Dória.

Apesar da bibliografia escassa, Dória considera *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, publicada em 1949, "uma obra clássica para se estabelecer orientações que deem conta da política local brasileira nas áreas rurais". E para se ter uma compreensão geral desse momento político-rural, o sociólogo prefere situar a posição do coronel e do jagunço:

• coronel, antes de ser o chefe político local, é um proprietário rural, membro de uma classe social dominante. O barão de Geremoabo (Bahia), Floro Bartolomeu (Ceará) ou José Abílio (Pernambuco) são personagens da história nordestina, que pouco têm em comum. Cada um, em seu tipo,

representou um tipo político necessário à estrutura de poder como um todo e esta estrutura ninguém pode negar, não se modificou apenas — nem, principalmente — segundo a vontade dos coronéis, por mais poderosos que fossem.

• a figura violenta do jagunço nem sempre foi a síntese capaz de expressar a realização plena da vontade deste ou daquele proprietário sertanejo. Se considerarmos o jagunço como todo e qualquer uso violento que o coronel faz de seus dependentes, não podemos esquecer que esse uso não decorre imediatamente da condição de dependente. Em certos momentos da história do nordeste os jagunços eram apenas os defensores da propriedade privada. Em outros, a matéria-prima que engrossou as fileiras dos famosos "batalhões patrióticos" em perseguição a Coluna Prestes. Eles derrubaram também Franco Rabelo no Ceará, em 1914. Mas, em outros momentos, foram incapazes de cumprir aquela função básica e colocar o coronel a salvo das chantagens de Lampião. E, nestas ocasiões, paradoxalmente, o coronel foi muitas vezes obrigado a usar dos serviços de Lampião para realizar sua política de horizontes estreitos.

Para o professor Dória, a crise de poder do coronelismo tem origem na Revolução 1930, ápice do processo de centralização político-administrativa por que passa o país desde fins do século XIX. Explica Dória: "Essa crise acaba por colocar o coronel numa relação de subordinação perante o Estado, correspondendo a um processo em que as velhas estruturas de mando, dominação de caráter pessoal, cedem lugar a uma estrutura de dominação impessoal, dominação de classe que se impõe pela mediação do Estado. É o eclipse da política local".

Guilherme Araújo apresenta



GAL COSTA em "CANTAR"

Com: Oberdan Magalhães — flauta e sax

Chiquito — guitarra

Luis Carlos — bateria

Alberto das Neves — Percussão

Milton Botelho — baixo

Participação especial:

João Donato — piano

Estréia: 6 de setembro

Curta Temporada: Não percam o novo som e o novo repertório de Gal Costa num show que tem direção de Caetano Veloso e direção musical de João Donato.

TEATRO DA PRAIA Rua Francisco Sá, 88. Fone: 227-1083

Preços: Cr\$ 30,00 e Cr\$ 20,00. Horário: 21h30m Domingo: 19h

A CENA MUDA

MARIA BETHÂNIA

TEATRO CASA GRANDE

Rua Afonso de Melo, 149 - Centro

tel. 227-4475

Domingo: 21h30m

Domingo: 19h

50% de desconto para estudantes

O Artista Brasileiro e o Impasse de seu tempo.

ARTE BRASILEIRA, HOJE

ALTER FILMES E PÃO E CIRCO apresentam orgulhosamente

O CASAMENTO DO PEQUENO BURGUEZ

"Um musical pastelão"

jovem Brecht e Kurt Weill

Sucesso na Europa!

Sucesso no Brasil!

Um Brecht virado pelo avesso, relido pelos irmãos Marx em ritmo do magic circus. (Le Express)

Um senso de humor impecável. (Estado de São Paulo)

De 3.ª a 6.ª: 21h30m, sábado: 20h e 22h30m

domingo: 18h e 21h

TEATRO OPINIAO — Rua Siqueira Campos, 143

tel. 235-2119

TEATRO PRINCESA ISABEL — Reservas: 236-3724

3.º mês! O maior sucesso do ano

A TEORIA NA PRÁTICA É A OUTRA

comédia de Ana Diosdado de Macedo, na versão de Armino Blanco

Canção-tema: Edu Lobo e Paulo César Pinheiro

com: Gracindo Júnior, Déborá Duarte, Fábio Sabag,

Regina Viana, Vinicius Salvatori, Pedro Paulo Rangel

Direção: Antonio Pedro

De 3.ª a 6.ª: 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m

Doms.: 18h e 21h30m — Estudantes: Cr\$ 15,00

Leonides Bayer Produções Artísticas Ltda.

GRUPO TABA apresenta

O MONTA-CARGA

de Harold Pinter

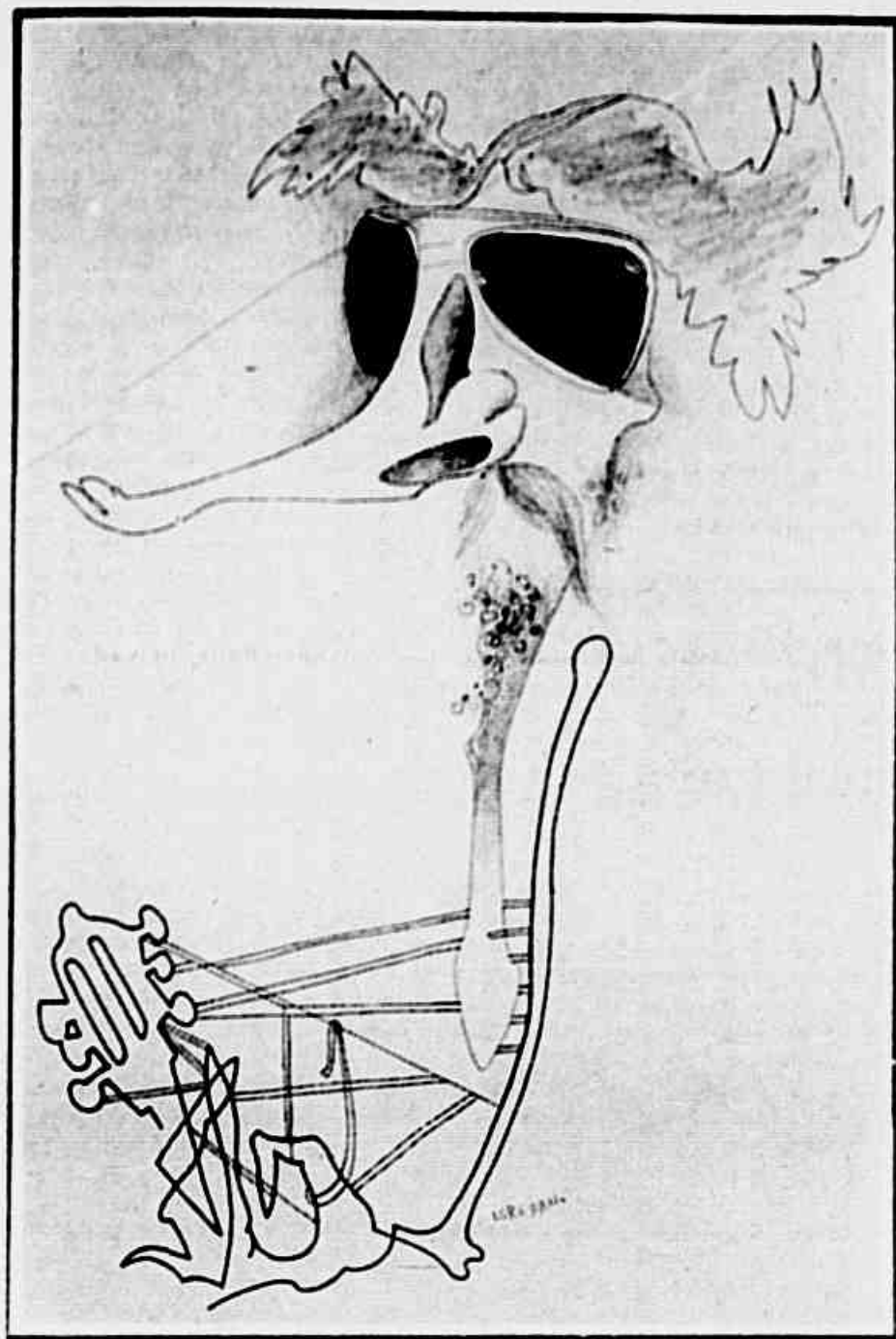
com Carlos Vereza e Stênio Garcia

TEATRO SENAC — Rua Pompeu Loureiro, 45

Tel. — 256-2746

de 4.ª a 6.ª: 21h30m, sábado: 20h30m e 22h30m

domingo: 18h e 21h30m



MÚSICA

As confusões de Raul Seixas

GITA, Raul Seixas (Philips/Phonogram)

A jornada de Raul dos Santos Seixas entre o tempo de Raulzinho e Seus Panteras, em Salvador e este segundo álbum é feita de contramarchas e incoerências. Da época dos Panteras — "o primeiro grupo de rock baiano" — à de produtor de iê-iê-iê comercial na gravadora CBS, culminando com o sucesso de *Let Me Sing* no Festival da Canção do Rio, em 72, a trajetória é ainda compreensível: um rapaz magro e miúdo ("de ler muito, de noite, sem óculos"), esforçado, inteligente, casado com uma americana e pai de uma menina, lutando para sobreviver e se afirmar no movediço solo da indústria de espetáculos.

É a partir do sucesso de vendas e crítica de seu avulso *Ouro de Tolo* e de seu primeiro álbum, *Krig Ha Bandolo*, que sua história começa a ficar confusa. Saudado como um provável continuador competente da "linha evolutiva da música popular brasileira", por suas letras áspers e sua fusão de estilos musicais, Raul encontra surpreendente recepção junto as chamadas classes C e D, habitualmente entretidas com subprodutos de iê-iê-iê e bolero. Nesse período, ele assina ambicioso contrato com o empresário Guilherme Araújo, que tem grandes esperanças em seu potencial popular. Mas seus shows são fracassos totais de público, em qualquer parte do país. O contrato é rompido, com Raul devendo considerável soma à agência, ao mesmo tempo em que compra luxuoso Galaxie dourado, porque então já era "um grande astro de rock". Paralelamente, Raul e seu letrista Paulo Coelho embrenham-se no estudo do esoterismo e da obra do bruxo inglês Aleister Crowley, ao mesmo tempo em

que fazem contatos com John Lennon e sua ex-esposa Yoko Ono, para concretizar um movimento denominado Sociedade Alternativa.

Fundada a dita Sociedade, com logotipo, papel timbrado e sede estabelecida num conjunto de salas na Praça XV, no Rio, Paulo Coelho escreve um artigo para a revista *Plurima*, explicando teoricamente o movimento como algo em torno de "um ato final das sucessivas rebeliões da juventude contra o sistema", e edita um excelente livro sobre teatro infantil. Os dois se separam de suas mulheres e se preparam para viver em Nova York, contratados pela gravadora AICO.

E é neste momento, quando a maioria dos críticos especializados já tinha esquecido o futuro promissor do compositor Raul Seixas e a maior parte do meio artístico continuava sem saber quais eram, afinal, seus propósitos ideológico-existenciais, que sai seu segundo álbum, precedido do enorme sucesso popular do avulso *Gita*. A história parece prestes a se repetir, talvez agora com final diferente: a Philips está investindo maciçamente em Raul, para firmá-lo em definitivo nos céus do show business brasileiro.

O álbum *Gita* é o resumo destilado das idéias de Raul:

"A civilização, através dos séculos, não respeitou a integridade do homem, criando leis absolutas e tentando impor uma vontade comum a todos".

"A inteligência nada mais faz que acompanhar, integralmente, as variações de consumo, criando modismos para que possa continuar a ser sustentada pela classe média".

"A Sociedade Alternativa só tem um objetivo básico: ser feliz fazendo o que se deseja fazer".

Mas o valor mais consistente da profusa pregação social-alternativa que enche as 12 faixas do disco é justamente o de provocar uma saudável confusão.

Impossível ficar indiferente ao cinismo de Raul, que se autodefine, em várias músicas, ora como "um moleque

perigoso", "que nunca comete pequenos erros" (*Moleque Maravilhoso*), ora como um bruxo onisciente, que "tenta transmutações" (*SOS*) e que "conhece essa fonte que desce lá do monte" (*Água Viva*). Impossível ignorar a veemência com que ele se refere aos "imbecis" que viram nele "o profeta do Apocalipse" ou a "certos cabeludos/tipos estereotipados" (*As Aventuras de Raul Seixas na Cidade de Thor*). Ou a calma com que ele menciona suas alegadas "transações" com Deus, lobisomens, totens, Jesus. Observar a forte capa do LP e ouvir Raul dissertar, com a voz e a pronúncia muito claras, sobre o fim dos tempos e a Nova Era que virá provoca no mínimo uma razoável confusão e irritação em pessoas habituadas a receber de seus dispendiosos artistas (o que Raul não deixa de ser) as obras (até contestatórias) de sempre. Se ao álbum se somam as enormes pretensões salvadoras de Raul e Paulo e suas abundantes declarações sobre magia, discos voadores, uso do sistema, etc., a sensação de desconforto será bem maior. Mais interessante também.

Musicalmente, parece inútil tentar, agora, exigir grande qualidade estética do compositor Raul Seixas: está claro que não é essa sua intenção. Ele é um compositor fraco, que reconhece isso, mas que usa da melhor forma possível as inúmeras lições que aprendeu em seus tempos de produtor da CBS. Difícil achar um disco com características de apelo tão fortemente popular quanto este *Gita*: lá estão, na dose exata, as misturas de rock, balada, bolero, fox trot, baião e embolada nordestina capazes de agradar o desenraizado público urbano, como se diz, menos favorecido financeiramente. Raul compreende a linguagem do homem da rua, fala claro palavras simples e faz a música que ele ouve no rádio. Apenas com outras idéias, outro acabamento e diversas intenções. Aliás não era preciso que ele lembrasse, com tanta acidez, que "não tem nada a ver com a linha evolutiva da música popular brasileira". A esta altura do campeonato ao menos isso, entre todas as suas pretensões, incoerências e contramarchas, já está bem claro. (Ana Maria Bahiana)

A importância da voz

CANTAR, Gal Costa (Philips/Phonogram)

Em maio, quando Caetano Veloso anunciava sua disposição de orientar o próximo disco de Gal Costa, ele se mostrava "preocupado em restituir a Gal toda a pureza de seu canto", segundo ele obstruída por uma série de equívocos — material musical inadequado, má emissão da voz, orquestrações pesadas e pastosas — presentes em sua carreira já há algum tempo. O resultado final do empenho purificador de Caetano é um álbum apropriadamente chamado *Cantar* — uma maneira precisa de situar Gal no momento presente da música brasileira, quando ela divide com Maria Bethânia e Elis Regina o estrelato de intérprete.

Trabalhando em conjunto com o arranjador e guitarrista Perinho Albuquerque (na verdade o executor de suas idéias) Caetano efetivamente reaproximou Gal de sua condição de instrumento delicado e muito preciso, assentando-a num universo oposto à força crua de interpretação de sua irmã Bethânia. Não lhe exigiu nem brilho nem fúria; fez pelo contrário um exercício do ato de cantar puro e simples, com resultados desiguais.

No todo, olhado superficialmente, foi conseguido um álbum muito leve e tão comercial quanto pode ser um trabalho de Gal Costa, estrela relutante. A ausência de grandes orquestras e maiores pretensões, a presença constante de ritmo e balanço,

mais um certo sabor nostálgico conferido pela inclusão de *Canção que Morre no Ar* (Carlos Lyra/Ronaldo Biscoli) e a citação de *Garota de Ipanema* como espírito contracanto da apocalíptica *Flor do Cerrado*, de Caetano ("Todo ano é fim de mundo/é fim de tudo/que já está no ar/...todo mundo sabe/que a cidade vai sumir debaixo do mar").

Amenidades, um certo otimismo ensolarado, o balanço sempre eficiente do pianista João Donato, tornariam *Cantar* apenas mais um candidato sério às paradas de sucesso e ao Globo de Ouro se imprevisíveis desequilíbrios não chamassem atenção para o que pode ser uma nova e importante etapa da cantora — e, como reflexo, de todo um setor da música brasileira.

Ouvindo o álbum com um pouco mais de atenção, três faixas destacam-se como um bloco autônomo, diversas entre si mas extremamente coesas na qualidade, na instrumentação, no tipo de proposta: a severa e sentimental *Até Quem Sabe* (João Donato/Lysias Enio), o dramático *blue Lágrimas Negras* (Jorge Mautner/Nelson Jacobina) e a plástica, imprevisível *Jôia*, de Caetano Veloso. A primeira, uma bela canção de amor e sofrimento, foi tratada com a máxima sobriedade, confrontando a voz nua de Gal e o piano solitário de Donato: o resultado foi um efeito denso, com a cantora livre e precisa

como um instrumento.

O *blue* de Mautner, de misteriosa letra e soturna melodia, é valorizado novamente pela economia do arranjo que coloca em primeiro plano o lado dramático da voz de Gal. *Jôia*, por fim, é mais uma surpresa do talento inventivo de Caetano, utilizando o canto multiplicado em vários canais e um estranho acompanhamento de percussão (nitidamente influenciado pelo concreto Smetak) para construir a melodia a partir da letra, plástica e instantânea como nos melhores tempos da Tropicália: "Beira de mar beira de mar/beira de mar é na América do Sul um selvagem levanta o braço abre a mão e tira um caju um momento de puro amor".

A diferença entre a qualidade austera de qualquer uma dessas três peças, de melodia riquíssima e instrumentação reduzida, e a superficialidade alegre do resto do LP, poderia ser apenas mais um atrativo de vendas se elas não apontassem com tanta firmeza qual o caminho a seguir. De formas diversas, elas parecem pertencer a um tempo mais adiante, quando, com um intimismo expressivo e uma proveitosa economia de seus recursos vocais, Gal estaria reconciliada em definitivo com o que Caetano Veloso chamaria "a pureza de seu canto". É mais despreocupada quanto ao lado comercial da sua carreira. (A.M.B.)

LIVROS

Édipo mineiro

O Olhar, Silviano Santiago, Edições Tendências, 203 págs., Cr\$ 20,00

A reunião do mito de Édipo ao que o autor chama de "mitos mineiros" seria a chave para uma aproximação analítica de *O Olhar*. Por "mitos mineiros" entende-se pequenas histórias ouvidas e vivenciadas pelo autor na infância, em Minas Gerais. Estas histórias seriam expressivas de nossa ideologia rural-patriarcalista, o que talvez explique um significativo aspecto da construção da narrativa. Esta está montada sobre o triângulo Pai/Mãe/Filho, do qual, porém, é excluída a participação ativa do primeiro (pai), manifestando-se este no enunciado apenas através das visões da mãe.

Esse fato já evidencia por si só uma tomada de posição quanto à dominação patriarcal: a figura dominadora paterna fala apenas através de seus dominados. Essa tomada de posição não fica no entanto restrita à exclusão do pai do enunciado. Ela é radicalizada ao final do romance, onde, se não fica claro o assassinato do pai, ao menos é dado a entender que a morte deste é bem recebida (sobretudo pela mãe). Mãe e filho entram então em comunhão total, e o romance termina ratificando esse ponto: "Senti o peso do filho e se viu recompensada da agonia dos últimos minutos. Tinha de ser livre! e agora conseguia: consegue o amor do filho o retrocesso no tempo a possessão total sobre ele".

Os capítulos de *O Olhar* se alternam entre as visões ora da mãe, ora do filho, sobre momentos coincidentes ou vivenciados apenas por um dos personagens. Estes têm as características de não possuírem nomes, possivelmente um recurso para torná-los mais impessoais e simbólicos. Ambas as visões estão marcadas por uma forte sexualidade latente, e isso é uma das tônicas do romance. (Pode ser encontrada desde a primeira frase do livro: "Só um negro é capaz de te satisfazer".) Mas não se trata aqui da sexualidade contida apenas no ato sexual, e sim do erotismo no sentido mais amplo e que pode ser veiculado através de um olhar ou de um leve contato de pele.

Outra característica do romance é o que autor chama de *decronologia*. O transcorrer da narrativa de *O Olhar* não se dá de forma consecutiva, dentro de uma cronologia lógica. Os acontecimentos são apresentados através de momentos significativos, onde o tempo não pode ser detectado. Não se trata da desarticulação pura e simples da cronologia — senão os episódios poderiam ser rearticulados e com isso se teria outra vez a linearidade cronológica. Mas sim de um espaço de tempo não determinável em suas delimitações, onde os acontecimentos formam um todo apenas por seu agrupamento, sem que se possa atribuir-lhes uma ordem de ocorrência. Esse procedimento aproxima *O Olhar* de algumas criações de Nouveau Roman, sobretudo da obra de Alain Robbe-Grillet, principalmente em seu livro *O Ano Passado em Marienbad*.

Assim como o tempo, também a pontuação inexiste, ou melhor, são respeitados apenas os pontos finais. Os demais, ponto-e-vírgula e dois pontos, não aparecem no enunciado. Isso se daria, segundo Silviano Santiago, pela busca de uma linguagem atuante para a literatura, e os romances de Oswald de Andrade poderiam ser citados como exemplos. Em *O Olhar*, porém, o rompimento com a sintaxe tradicional não se dá da mesma maneira que nos romances oswaldianos. O fluir do discurso não acontece como, por exemplo, em *João Miramar*, onde os cortes de construção (que alguém já aproximou da linguagem cinematográfica) e o uso da linguagem poética, conferem uma maleabilidade à frase que não só permite como induz ao não uso da pontuação.

No livro de Silviano Santiago a violência contra a sintaxe tradicional ocorre de modo mais abrupto. Os meios usuais de expressão, por exemplo, ocorrem simultaneamente no mesmo período, sem pausa de pontuação, o que talvez comprometa a fluidez do discurso, como se pode ver no seguinte trecho: "O rosto do marido a persegue por minutos na sua frente girando o duro sombrio inesperadamente vineado também asqueroso cabelos sendo aprisionados com força a contragosto erguendo as mãos tentava rebelar-se sem que a voz saísse o peso sobre o corpo frágil rosto girando gritar largue-me seu covarde!".

Além de ser uma das primeiras

(continua na página 22)

continuação da página 21

publicações a introduzir no Brasil uma nova concepção do romance, resultado em grande parte das especulações literárias do Nouveau Roman iniciadas há cerca de 15 anos na Europa. *O Olhar* é importante como testemunho de uma geração de escritores brasileiros que é praticamente impubescida. Entre um grupo de escritores consagrados, como Clarice Lispector e Ayrton Dourado, e as novíssimas gerações "marginais", passando por exemplos mais ou menos isolados como Rubem Fonseca, existe uma geração espremida, particularmente recalcada pelos editores. Desse grupo, vários foram os que ingressaram no jornalismo, deixando de lado as ambições literárias, e os que continuam a publicar o fazem de maneira esparsa e quase sempre custeando a própria edição. (João Carlos Pádua)

Navegando no rio do dinheiro

A FELICIDADE ROSEWATER, Kurt Vonnegut, Jr., Ed. Artenova, 163 págs., Cr\$ 20,00.

“Uma soma de dinheiro é um fator importante nesta história a respeito de pessoas, assim como uma quantidade de mel pode ser um fator importante numa história de abelhas”.

Com esta afirmação na abertura de *A Felicidade Rosewater* (God Bless you, Mr. Rosewater), Kurt Vonnegut, Jr. determina o núcleo da sua história e o que deveria ser o ponto de origem de onde se deslocariam e para onde convergiriam os personagens: o dinheiro. O romance pretende ser uma crítica ao mesmo tempo amargurada e satírica da sociedade norte-americana e a sua intenção é mostrar como as pessoas são apenas “afluente do rio do dinheiro” em que se transformou esta sociedade.

A narrativa se estrutura como o reflexo dessa sociedade, que comporta grandes contradições e grandes conquistas, e no meio da qual está o homem, absurdamente esmagado por essas contradições e conquistas. Não se trata para o autor, como fica claro desde o início, de analisar os personagens por si mesmos, mas sim de

analisar todo o processo de interdependência entre o núcleo (o dinheiro) e os personagens. A sua ambição é montar uma história que reproduza o modo de ação de uma sociedade, digamos, desumana, e com isso deixar claro os seus verdadeiros mecanismos.

A *Felicidade Rosewater*, no entanto, é mais uma ingênua tentativa de diagnosticar os sintomas de uma moderna doença generalizada com os meios científicos da idade média. Vonnegut, tentando ser um crítico objetivo, não vai além de levar o leitor a uma identificação mistificadora com o personagem. Isto porque, ao canalizar para a sua história, dosando-a com a sua imaginação, certos comportamentos e problemas do homem moderno, ele não consegue lhe extrapolar a visão e com isso nada acrescenta à cotidiana do leitor.

A própria técnica de que Vonnegut faz uso já é perigosamente cúmplice do mundo que denuncia. Ela se caracteriza por uma acentuada contenção retórica, com capítulos e parágrafos curtos, utilizando com frequência palavras-chave e lugares-comuns. É uma técnica usada apenas como recurso, sem preocupação formais. Esta linguagem breve e despojada exerce um notório encanto sobre o leitor comum e justifica muitas vezes tantos *best sellers*. Tem efeitos práticos, e não críticos.

A trama do livro basicamente é a seguinte: Eliot Rosewater, presidente da Fundação Rosewater, é um homem amargurado com o mundo moderno e para quem não basta o fato de possuir uma fabulosa fortuna. Ele está plenamente identificado com a máxima “dinheiro não traz felicidade”, na verdade uma versão diluída de um certo humanismo cristão, e está precisamente ali a sua aparente dissensão com o mundo que o cerca. O livro será o desenvolvimento de sua luta contra esse mundo, até a loucura. Vonnegut, no entanto, não se empenha em analisar a contradição de um milionário que despreza o dinheiro, preferindo justificá-la como uma heroica resistência às forças do mal. A moral da história é algo no gênero: “Se Eliot saiu derrotado, ficou a sua atitude exemplar”.

A relação de Eliot com os outros personagens, que deveria simbolizar os diversos níveis de interesse da Fundação, é vista por sua vez de maneira incompleta e mesmo inconsequente. Em nenhum momento, ela desnuda verdadeiramente a falsa retórica das instituições sociais, o modo como a sociedade esconde a sua real configuração. Vonnegut tende, ao contrário, a mostrar apenas uma das faces de Eliot — a do seu drama subjetivo — a menos importante do ponto de vista proposto na abertura do livro. E o que fica é mais um super-herói do século

XX, que em geral se esconde atrás da capa de anti-herói, amargurado, perseguido, e até mesmo derrotado em sua busca solitária da verdade. Mas sem consciência de que essa verdade muitas vezes é a mesma que justifica a ação de seus inimigos.

Vonnegut não deixa sequer claro para o leitor interessado numa visão crítica, e não em uma identificação emocional, as verdadeiras causas do impasse de Eliot. Nem mesmo ao nível de uma simples utopia, que repudia a desumanização imposta pela sociedade, mas que é uma certa forma cúmplice dessa sociedade. Ele se limita a aceitar a atitude de Eliot como expressão de um heroísmo que se autojustifica e não chega a compreender a sua loucura, resultado sem

dúvida das pressões das forças institucionais.

A pretensão de retratar a cobiça, a hipocrisia, o esbanjamento e a loucura do homem moderno ocidental não foi positivamente alcançada em *A Felicidade Rosewater*. É verdade que em alguns momentos do livro Vonnegut parece estar próximo de uma denúncia mais consequente, mas prefere sempre sair pela tangente, caindo na descrição de um heroísmo artificial ou em generalizações gratuitas. É possível considerar a sua história como mais uma dessas produções de encomenda que têm um público certo. Um público que talvez não se aventure nos labirintos do *Sonho Americano*, de Norman Mailer. (Frederico Gomes)

CINEMA

Super-Disneylândia

WESTWORLD — ONDE NINGUÉM TEM ALMA, de Michael Crichton, com Yul Brynner e Richard Benjamin.

Para Michael Crichton, escritor de ficção científica e *nouveau riche*, o diretor de cinema seria apenas um escritor dotado de poderes extraordinários. E foi em busca desses poderes que resolveu fazer seu primeiro filme, pois a experiência como roteirista do *Enigma de Andrômeda* não era suficiente para quem, como ele, tenta viver no cotidiano um ideal de mecenas renascentista, misto de erudito, colecionador de obras de arte, *playboy* e atleta sexual (as palavras são suas). Um medo estranho à especialização o leva a considerar sua atividade de escritor personalidade obrigada a se expandir. Ele afirma, por exemplo, que o *best seller* de ficção científica é importante porque age sobre a emoção do leitor, sensibilizando-o ao mito cósmico, o que coloca o autor do livro numa posição de extremo poder. Quando o escritor se transfere para o cinema, quer experimentar em doses mais elevadas a embriaguez que o livro já lhe proporcionara, e dentro dessa linha deve ser entendido o primeiro filme de Crichton, *Westworld*.

A história mostra uma super-Disneylândia do futuro, repartida em três épocas, a Roma antiga, a Idade Média e o faroeste, povoadas com robôs falantes e idênticos a pessoas de

carne e osso. Computadores programam os gestos dos robôs, suas respostas a todas as situações possíveis; os cenários são realistas, e o visitante se vê de repente revivendo o passado, ou melhor, uma fantasia convencional desse passado, num mundo circense de excitações ininterruptas. Cada robô é uma imagem evocativa que pode ser tocada, ferida ou possuída fisicamente, dando margem a aventuras que a vida diária dos executivos e altos funcionários não têm. Em troca de mil dólares por dia, uma sucessão de situações são propostas. É facultado ao visitante sair delas violentamente, sem perigos, pois os computadores ensinaram os robôs a morrer com estrépito e muito sangue. Eles têm uma única diferença em relação aos seres humanos: a palma das mãos apresentam pregas mais acentuadas, o que permite ao diretor construir todo um primeiro ato do filme em torno da pergunta: Serão robôs? O personagem central do filme escolhe para suas férias o mundo do faroeste e passa por uma série de experiências até que os robôs deixam de obedecer à programação e agem por conta própria, levando a morte aos visitantes e à destruição da colônia de férias.

Crichton adota um conjunto de fórmulas prontas e monta um filme baseado num argumento engenhoso, que é mais um *show* de escritor do que um instrumento para inaugurar um novo campo de indagações, presentes na proposta do argumento, mas neutralizadas pela falta de domínio do material cinematográfico. Não há nenhuma reflexão sobre o momento específico do cinema, ou sobre os limites da sua linguagem. E justamente o que torna o filme discutível é o seu tom de parábola, isto é, Crichton, trabalhando com alto orçamento, não sabe onde deve parar de narrar para começar a filosofar. Daí resulta uma obra que na melhor das hipóteses é híbrida e indecisa, sem a sobriedade épica de *Uma Odisseia no Espaço*, seu precursor ideológico e aliás outro equívoco de cineasta travestido de filósofo.

Em *Westworld* a todo momento surgem notações sobre a tecnologia, observações piedosas sobre o homem diante do sistema. Começamos a perceber que Crichton quer nos provar alguma coisa, e essa pretensão é que exige um exame. Haverá ali algo um pouco menos ingênuo do que uma simples denúncia ou lamentação diante do homem-máquina? Este tema de ouro dos cineastas democratas americanos da atualidade vem se desdobrando em dezenas de filmes recentes, todos centrados num *personagem vital*, sensível, matizado, que enfrenta um mundo que é um bloco de reações maquiais, insensíveis. A marginalidade do herói surge como lugar privilegiado da vitalidade: por ser um homem cheio de vida a sociedade o marginaliza. Por vezes o herói é um indivíduo integrado, como em *Westworld*, e por conseguinte com reações maquiais, na medida em que reprime a vitalidade que traz em si. O esquema crítico desses filmes recentes

é sempre o mesmo, traindo uma visão até certo ponto desesperadamente mistificada das estruturas reais da sociedade, e combinando em doses variáveis a psicanálise de grupo com os falsos dilemas do Partido Democrata.

No caso de *Westworld*, detectamos três filmes incompletos dentro de um só, correspondendo a três linhas de raciocínio logo abandonadas.

No início o filme identifica robô e papel social, afirmando que o desempenho de um determinado papel supõe uma atitude de robô. O advogado herói se vê quase espelhado nos robôs e essa é a razão da dúvida sobre se o indivíduo à sua frente é um colega visitante ou um robô. As tarefas objetivas são tarefas de robô, sejam trocas de trabalho, de linguagem ou de afeto: basta assumir uma máscara e se estará desempenhando um papel social, algo programado. O filme implicitamente sugere a existência de uma subjetividade que já não encontra mais vias de extravasamento: o reino do ser humano passaria a ser o que há de mais oculto. Quando começa a ficar claro que a essência do robô é servir, o filme interrompe o seu desenvolvimento, sem tirar as consequências.

Surge então um novo tema: a revolta das máquinas, ou melhor, a revolta dos brinquedos, muito comum no teatro e poesia futurista da década de 20. As máquinas se desgovernam, passando a hostilizar os visitantes. O que no início era meditação sobre o papel social, de um salto se transforma em sermão sobre os perigos de uma tecnologia que pode voltar seus poderes contra o próprio homem que a aperfeiçoou. A revolta dos objetos é dramatizada pela forma humana dos robôs, e o perigo é encenado como simples agressão direta. O conflito com a máquina se resume num tiroteio, na possibilidade de ser agredido e morto por ela. Um tema banal e moralista.

O herói, de advogado alienado, se transforma em representante da espécie humana, passando a usar a arapúcia para vencer a máquina, confiando no poder da inteligência contra a força bruta, e em última instância da civilização contra a barbárie. (A barbárie aqui é representada pelo excesso de civilização, o resultado de um ato de ultrapassagem de um limite, patenteando que o homem foi longe demais, precisando ser punido para voltar à linha mediana onde se encontra a virtude.) A revolta das máquinas é a única imagem viável do Apocalipse na mente de um consumidor, quando o mundo se transforma em força cega e se volta contra ele, que em si é inocente, mas compactuou com o excesso.

Mas ainda aqui o filme não desenvolve essa linha e se fecha numa terceira função para os robôs. O herói sozinho e sem saída na colônia semidestruída se defronta com a figura aterrorizante do robô pistoleiro corroído pelo ácido. O robô “morre” em meio à fumaça que se desprende de seus mecanismos e já não é um mero representante da tecnologia cega, mas uma força arquetípica brotada talvez do próprio inconsciente do herói, sua outra face, seu duplo demoníaco. O espectador, fascinado pela carga erótica e explosiva da imagem, se esquece de que o robô partiu do reino das máquinas, e aceita a conclusão moralizante e puritana que Crichton acabou dando veladamente a entender: o robô partiu do reino dos instintos e por isso é intrinsecamente mau, é o Mal.

Curiosamente ao assistir *Westworld* poderíamos nos lembrar de *Intolerância* (1916), o clássico de Griffith, onde a narrativa passa alternadamente da Babilônia, para a França do século XVI, para os tempos de Cristo e para a época moderna, as quatro épocas unificadas pela *intolerância* que Griffith julgava ser a mesma através dos tempos, uma constante intemporal. Em *Westworld* vemos a ação se deslocar da Roma antiga para a Idade Média e do faroeste para a época moderna, unificados ao contrário pela *tolerância* da gigantesca Disneylândia. Porém Crichton, mais que seu antecessor, peca por uma concepção um tanto emperrada de historicidade, o que reduz sua obra a uma alegoria quase vazia. (Artur Omar)

A localização, no Brasil,
da maior barragem do mundo.
Quais suas implicações em
nossa política continental.

ITAIPU

PRÓS E CONTRAS

Osny Duarte Pereira



Em todas as livrarias

EDITORA PAZ E TERRA - Av. Rio Branco, 156/1222/GB

O problema institucional brasileiro Antes de Huntington

Em matéria sob o título *O Problema Institucional Brasileiro* o nº 94 de *Opinião* publicou que eu seria um adepto do prof. S. Huntington no que diz respeito aos problemas teóricos e práticos de uma política de desmonopolização do poder, ou descompressão, ou abertura, ou o que se queira chamá-la. Apenas para que *Opinião* possa melhor informar a seus leitores, esclareço que:

1. No 1º semestre de 1973 tomei conhecimento de um texto escrito pelo prof. Huntington, o qual teria por objetivo propor uma saída institucional para o impasse político brasileiro. Nesse texto, e aliás de acordo com as idéias que defende há muitos anos, o prof. Huntington propunha basicamente a criação de um partido único como estratégia de mudança institucional. Em nenhuma passagem do texto há qualquer elaboração sobre o que posteriormente veio a ser conhecido como estratégia gradualista ou incremental da descompressão.

2. Discordando eu da proposta do prof. Huntington redigi então um documento — *Estratégias de*

Descompressão Política — de circulação restrita a analistas políticos, acadêmicos e políticos. Em outubro de 1973 dei publicidade às idéias ali contidas em conferência pronunciada em Brasília sob o patrocínio do Instituto de Pesquisas e Assessoria do Congresso (IPEAC), órgão do Congresso Nacional, que imprimiu e fez circular a conferência.

3. Em fevereiro de 1974 o prof. Huntington voltou ao Brasil e deu entrevistas defendendo teses de descompressão incremental, aparentemente ainda ao lado da defesa da criação de um partido único — o que, volto a enunciar, é uma velha e cara idéia do prof. Huntington, para quantos conheçam sua obra.

Soube dessas entrevistas através de recortes que recebi em Madison, onde encontrava-me então como professor visitante da Universidade de Wisconsin.

4. Não tenho certeza sobre o modo pelo qual o Brasil irá superar o impasse político em que se encontra. Ao redigir o texto *Estratégias de Descompressão*

Política, precisamente por me opor ao texto original do prof. Huntington, tive por objetivo tratar de um tema que me atraiu como analista, já que diz respeito à maioria das nações contemporâneas, e, como cidadão, já que discordo da idéia de que a criação de um partido único seja a melhor forma de se recuperar no Brasil condições de convivência política não autoritárias. Não me comove muito o fato de saber se a superação desse impasse se fará — ao longo de algumas linhas sobre as quais especulei ou se se realizará de modo diferente. O que sobretudo me interessa é que consigamos superar no prazo mais breve possível o impasse em que nos encontramos agora. Diante da magnitude desse problema é relativamente marginal discutir se sou ou não adepto das idéias do prof. Huntington. Gostaria entretanto que *Opinião* publicasse a presente carta tendo em vista uma das normas de comportamento intelectual que sempre me impus: assinar e assumir publicamente a autoria dos meus eventuais erros e acertos.

Wanderley Guilherme dos Santos
Rio de Janeiro—GB

Tempos Modernos Carlitos, Lulu Massa e Militina

O leitor João Batista de Andrade que não me desculpe, mas o artigo *O Mundo Conservador de Charles Chaplin* (*Opinião* 29/7/74) poderia levar seu nome no título. Realmente, é difícil ver através das aparências e reconhecer o novo, distintivo de uma estética de vanguarda. Quem vê em Carlitos apenas o mito, fecha os olhos ao poder de comunicação do personagem. E o que conta ele: a história dos anos de crise, no que tem de significativa, isto é, as relações de produção. Em *Tempos Modernos*, Carlitos é um caos, que sofre na sua trajetória as várias situações da classe operária que construiu o paraíso dos anos 30.

Diz João Batista que há um mito no filme. Há vários: os desempregados, os empregados, o *big-boss* e demais proprietários, os funcionários do Estado e a presença constante do *big-stick*. Diz-se que Carlitos "reflete uma visão ultra-alienada da realidade...". Será que o autoritarismo, a violência do processo de acumulação e os conflitos entre os próprios empregados confirmam isso? A contrapartida do luxuoso *office* do *big-boss*, a fábrica moderna e altamente mecanizada, é a miséria geral particularizada a cada momento, desmentindo as promessas do New Deal.

Qual a moral do *establishment*, que o leitor disse não ser criticado? Basta lembrar da herbívora mulher do pastor visitante ao presídio, seu puritanismo superior, próprio aos que "estão vencendo na vida" com Deus e empregos ao seu lado.

O filme de Carlitos é um filme sobre a violência da acumulação. Não é uma comédia. A verve constante — a gozação da vida da típica *middle class* operária, com suas casinhas, eletrodomésticos e abundância de tetos de leite — ultrapassa a simples idéia da reivindicação trade-unionista. Chaplin é um indecoroso e chega a desconfiar que o caos trazido pelo personagem antevê uma nova sociedade, onde o operário tipo Lulu Massa (do filme *A Classe Operária Vai para o Paraíso*) e seu acúmulo de mercadorias, ganhas por aumentos sucessivos de suados salários, seja um produto do velho sistema.

A diferença básica não é entre Carlitos-mito e os operários-coitadinhos que fazem o trabalho acelerado-e-cástico. Carlitos também faz isso, tanto que ele começa como operário, cumpridor do dever, batedor do ponto. Perde a "razão" aos poucos.

E a razão que ele perde é a razão da linha de fabricação, linear, monótona, inflexível. Carlitos vai desde embalar e paralisar a produção, até sabotar literalmente a fábrica. Ele também faz o trabalho cástico, e é essa pouco salutar prática a razão do seu enlouquecimento. Eis um ponto fundamental: sua loucura não é gratuita, é um resultado social. É uma loucura maravilhosa, porque é a negação total (vamos lembrar do operário Militina, também do filme *A Classe Operária Vai ao Paraíso*, completamente louco no hospício. Que lucidez... no seu devido lugar. Os loucos são improdutivos).

Carlitos é inconsequente? Como, então, entender que o personagem aceita a greve proposta? Um inevitável conflito coletivo, do qual nem o "incoerente" Carlitos foge, apesar da gente saber que a greve vai dar em água de barreira (lembram a troca de olhares entre ele e o seu velho chefe de manutenção?), pois há carneiro sobrando no mercado.

Chaplin é didático, e ao mesmo tempo diverte tanto, porque nos dá a alegria de perceber e de conhecer as coisas. Desvendar o novo sob um ângulo novo é fazer uma estética nova, que só pode ser a dos que estão produzindo suas vidas, a grande maioria das forças produtivas. Nós rimos porque é absurdo um operário dançar e paralisar as máquinas.

É claro que tudo isso irrita um público esquelético que se define bem ("nós, da classe média"). "Não são personagens típicos daqueles momentos de crise...". Não são ideais-típicos, isso sim, mas são tipos sociais e históricos.

Quem não o é? A orfã que rouba para sobreviver? O pai que morre em meio à multidão anônima de desempregados por uma bala "misteriosa" que protege a propriedade no caos? Carlitos, Robin Hood ridículo, na sua impotência para resolver seus conflitos? A massa operária?

Um certo tipo de público não sacou nada dessa obra-prima de Chaplin. E a crise continua...

José Roberto da Silva
São Paulo — capital

Pode parecer ingênua, mas na realidade é sintomática a carta do leitor João Batista de Andrade, publicada em *Opinião* (29/7-74), na qual o filme de Chaplin *Tempos Modernos* é classificado de

"extremamente reacionário". O leitor pressupõe, em sua caracterização da "arte progressista", critérios "naturalistas", que deveriam ter obrigado Chaplin a renunciar ao "tipo" (Carlitos) por ele genialmente criado — ou, pelo menos, deveriam tê-lo obrigado a renunciar ao *desenvolvimento* do "tipo" — para não desrespeitar os operários que, na fábrica, "sem micagens" (sic), trabalham disciplinada e ordeiramente...

Rejeitando o caminho da criação e desenvolvimento de "tipos" (preconizado por Engels), o velho Chaplin — se tivesse ouvido antecipadamente os conselhos de João Batista de Andrade — teria feito uma *descrição* mais ampla dos operários, das rudes condições de vida e trabalho que eles têm, em lugar de ter plasmado a verdade humana e social dos trabalhadores em alguns vigorosos *momentos narrativos* (como, por exemplo, no reencontro de Carlitos, zelador da grande loja, com seu colega de fábrica, transformado em assaltante). Mas o filme deixaria de ser uma comédia, deixaria até mesmo de ser uma narração realista, passaria a ser um documentário sociológico, uma peça de jornalismo cinematográfico. Não haveria nenhuma vantagem artística na mudança de gênero. E nem estaria assegurado um caráter mais "progressista" à obra.

João Batista de Andrade é um sintoma do avanço dos critérios anti-realistas no interior do pensamento estético atualmente majoritário entre nós.

Leandro Konder
Bonn — R. F. Alemã

DDT As explicações da Hoechst

Com referência ao artigo do sr. Pedro Pinheiro, publicado nesse jornal em 05/08/74, sob o título *Hoechst Dedetizando os Concorrentes*, vimos à presença de v. sa. para, a bem da verdade, esclarecer o seguinte:

1. O sr. Pedro Pinheiro afirma que "a Hoechst do Brasil, única produtora

nacional, em outubro do ano passado, havia reunido todas as firmas consumidoras e distribuidoras do produto no varejo e propôs a importação de mil toneladas, apenas para abastecer diretamente a Bayer, a Nortox e a Shell, dado que o DDT estava bastante escasso no mercado externo e só essas mil toneladas estavam disponíveis para compra imediata (na ocasião, só a Hoechst podia importar a quantidade necessária para complementar o consumo interno)".

"Nessa reunião prometera que os outros clientes menores seriam supridos com remessas posteriores. No entanto, a Hoechst, alegando absoluta escassez de DDT no mercado externo, deixou de importar a quota que se destinaria às outras empresas que dessa maneira perderam para as grandes parte de sua participação no mercado distribuidor".

Queremos, em primeiro lugar, registrar que a Hoechst do Brasil nunca fez e nem faz discriminação entre "pequeno e grande freguês". Estamos fornecendo, ao longo de 10 anos, as quantidades requeridas por qualquer freguês, que naturalmente são limitadas apenas pela nossa capacidade instalada de produção.

Está incorreta a afirmação desse jornal de que as mil toneladas em questão se destinavam exclusivamente a abastecer a Bayer, a Nortox e a Shell, e de que somente a Hoechst do Brasil poderia importar a quantidade necessária para complementar o consumo interno. Incorreta é tal informação porque a importação poderia e pode ser efetuada por qualquer interessado, sem a interferência da Hoechst do Brasil.

E mais ainda: naquela época, em 1973, quando, por falta de matérias-primas, nossa fabricação não pôde suprir o mercado brasileiro, entramos em contato com a firma Stauffer Connecticut — USA que, apesar da escassez mundial, nos pôs à disposição as mil toneladas. Tendo a confirmação da disponibilidade desse contingente, a Hoechst do Brasil convocou uma reunião no Sindicato da Indústria de Formicidas e Inseticidas no Estado de São Paulo. Este sindicato arregimentou todos os seus associados,

Como v. sa. pode verificar, os fatos são bem diversos do que publicado em seu prestigioso jornal.

2. Continua o artigo do sr. Pedro Pinheiro a afirmar que "ainda nem bem refeitos desse percalço, os clientes da Hoechst do Brasil estão surpreendidos com outra peça. O CIP fixou o preço do DDT na concentração de 100% em Cr\$ 4,40/kg (em outubro 73 estava em torno de Cr\$ 2,40). No entanto, desde junho a Hoechst passou a fornecer o DDT apenas na concentração de 45% diluído em xilol, produto final que surpreendentemente não é controlado pelo CIP. O preço pedido pela Hoechst pelo DDT 45% é de Cr\$ 4,50/kg, equivalente em cerca de Cr\$ 9,00 ao produto concentrado em 100%. Quer dizer, os preços estão 126% acima da tabela do CIP".

E continua o artigo veiculando no jornal de v. sa. que "com a interrupção do fornecimento do produto em pó as misturadoras estão obrigadas a produzir apenas defensivos líquidos. Pelo menos até agora as misturadoras não encontraram uma solução para conseguirem o DDT 100%, ou mesmo na concentração de 50% sob a forma sólida".

Para recolocar as coisas nos devidos lugares, podemos informar que a forma do DDT líquido não constitui mera invenção da Hoechst do Brasil, mas sim uma contingência do mercado, o qual ultimamente, por razões técnicas, além de pós, começou a requerer inseticidas líquidos. Portanto, a fabricação de DDT 45% líquido vem ao encontro das exigências de métodos recentes de combate às pragas da agricultura.

De outro lado, produzimos DDT 45% líquido somente em função de pedidos de nossos clientes. De maneira nenhuma, desejando impor o uso de DDT 45% líquido, em substituição ao do DDT 100% ou do DDT 50% em pó, passamos a oferecer aquele ao mercado.

Para corroborar essa afirmação, relacionamos abaixo nossos fornecimentos de DDT, em suas diversas formas de apresentação, ao longo do período janeiro/74 a julho/74:

Meses 1974	DDT-100%	DDT-50% pó seco	DDT-45% liq.
— janeiro	403 t	262 t	—
— fevereiro	374 t	230 t	—
— março	257 t	216 t	—
— abril	177 t	—	—
— maio	38 t	10 t	—
— junho	330 t	—	158 t
— julho	690 t	185 t	242 t
	2.169 t	1.003 t	400 t

nossos fregueses de DDT, para, exatamente na reunião — havida em 12/10/73, lhes submeter à apreciação um esquema de rateio das mil toneladas. Isto quer dizer que as mil toneladas não foram distribuídas a três organizações pela Hoechst do Brasil, como o articulista afirma, mas sim pela entidade sindical aludida, depois de abertamente discutido o assunto na mencionada reunião. Nesta reunião, mostraram-se interessados por parcelas das mil toneladas somente a Bayer, a Nortox e a Shell, enquanto que os outros associados não se interessaram pela importação de DDT, fornecendo, inclusive, por intermédio do Sindicato, cartas ao CPA neste sentido, já que as quantidades que os mesmos demandavam poderiam ser fornecidas pela fabricação local da Hoechst do Brasil.

Vale ressaltar que a importação dessas mil toneladas foi submetida à análise do CPA, órgão competente do governo, que a aprovou, inclusive, quanto a seu rateio pelas empresas interessadas.

Juntamos, para sua orientação, fotocópia da ata da reunião realizada em 12/10/73, no citado Sindicato, cujos termos são bastante elucidativos.

Verifica-se, pois, que nos últimos sete meses entregamos 3.172 toneladas de DDT 100% e 50% pó seco e apenas 400 toneladas de DDT 45% líquido. Portanto, somente 12% de nossos fornecimentos referem-se ao DDT 45% líquido.

A afirmação do ilustre articulista de que o preço praticado do DDT 45% líquido, de Cr\$ 4,50/kg, equivale ao de Cr\$ 9,00/kg do princípio ativo é por demais simplista. Com efeito, a presença do xilol, bem como de outros fatores (energias, equipamentos, mão-de-obra, etc.) no processo industrial de obtenção do líquido, considerando-se, acima de tudo, o alto preço que hoje alcança aquele aromático de origem petroquímica (cerca de Cr\$ 3,00/kg), não permite efetivamente que se justifique o raciocínio infantil do sr. Pedro Pinheiro. O preço de Cr\$ 4,50/kg do DDT 45% líquido foi fixado à luz e em função dos custos de produção e de comercialização que lhe correspondem e, por ser justo, está sendo submetido à homologação do CIP, em processo regular, respeitado o procedimento de praxe no caso (produto novo).

3. No final do artigo, o sr. Pedro

continua na página 24

continuação da página 23

Pinheiro chega ao ridículo de afirmar que as importações aparentemente estão bloqueadas pela Hoechst, que teria impedido um fabricante japonês de concluir algumas vendas para o Brasil através da Mitsubishi. É mais: "Haveria somente disponibilidade de DDT apenas na Montrose que, por sua vez, teria ligações com a Stauffer na Alemanha e esta só forneceria DDT à Hoechst, também na Alemanha". Tais afirmações traduzem uma visão poética do jornalista, infelizmente, em detrimento do bom nome de uma empresa idônea, como é a nossa.

Quanto ao fabricante japonês mencionado em seu artigo, entramos em contato com seu representante do Brasil, a Iharabrás, que deve desmentir a opinião exposta pelo articulista. Podemos informar ainda que, com o único intuito de acorrer aos interesses da nossa freguesia, vimos realmente buscando localizar ofertas de DDT no mercado internacional. Assim agimos, visando suprir a escassez do produto provocada pela de suas matérias-primas, que atinge nossa produção, limitando-a, às vezes, severamente. Desse fenômeno não nos cabe culpa e o mesmo não prejudica apenas a produção brasileira de DDT, como v. sa. bem sabe.

Qualquer importação, que temos tido a possibilidade de canalizar para nossa freguesia, é tratada e discutida no sindicato de classe, para se evitar justamente tratamento desigual entre os usuários.

Em resumo, é tudo o que temos a dizer a bem da verdade e esperamos que, no próximo número de seu jornal, v. sa. publique as retificações devidas ao artigo de lavra do sr. Pedro Pinheiro. Caso dúvidas ainda persistam acerca do assunto, estamos a seu inteiro dispor para afastá-las com muito prazer.

F. Knauer e A. Marqui
pela Hoechst do Brasil

Nota da Redação — Falou a Hoechst. No entanto, o depoimento de vários consumidores de DDT, alguns grandes, outros menores, não chega a coincidir com os argumentos da Hoechst. Seus nomes estão omitidos por temor por parte deles (que pode ser até totalmente infundado) de que o fornecimento do produto venha a complicar-se ainda mais.

Não cabe a Opinião dar razão a uma ou à outra parte. Seu papel é o de dar oportunidade de que o próprio leitor tire suas conclusões. Eis, ponto por ponto, as razões desses consumidores:

1. A principal questão no caso das mil toneladas de DDT importadas da Stauffer não está na exclusividade com que Shell, Bayer e Nortox foram atendidas, mas na razão que levou as outras empresas a dispensarem (por carta ao CPA, que aliás duas empresas recusaram-se a assinar parte dessas mil toneladas que a elas caberiam. Afirmam elas que abriram mão do produto importado porque a Hoechst lhes havia assegurado o fornecimento do DDT produzido aqui. A ata da reunião de 12/10/73 no Sindicato da Indústria de Fertilizantes e Inseticidas do Estado de São Paulo confirma que a Hoechst estava em condições de atender os pedidos das outras empresas. E a queixa é de que esse acordo entre cavalheiros, pelo menos até maio deste ano, não havia sido cumprido. E que em vez do DDT 100% a Hoechst estava oferecendo apenas o DDT 45% diluído em xilol. Não entramos no ponto dois.

2. Em nenhum lugar da matéria de Opinião foi dito que o DDT líquido é mera invenção da Hoechst. Também não foi negada a existência de pedidos de DDT 45% líquido. O que se está afirmando é que até maio grandes empresas consumidoras de DDT técnico não vinham recebendo DDT 100% e eram convidadas pela Hoechst a aceitar o DDT líquido no lugar do DDT 100%.

O cálculo do custo do DDT líquido para o consumidor não é tão infantil assim. Na verdade, esse consumidor que estava pagando Cr\$ 4,40 por um produto que continha 100% de DDT, agora para ficar com a mesma quantidade de princípio ativo, teria que desembolsar mais de Cr\$ 9,00. Agora, raciocinemos sob o ponto de

vista de custos para o produtor: em primeiro lugar, o preço de xilol nunca chegou a Cr\$ 3 por litro. Segundo a Esso, uma das grandes fornecedoras de xilol, seu preço era de Cr\$ 0,61/litro em janeiro de 1973, passou para Cr\$ 2/litro em janeiro de 1974 e para Cr\$ 2,50/litro nos últimos meses e a tendência atual do preço do produto é de baixa. Em segundo lugar, um litro de DDT líquido (que pesa menos que um quilo) não contém um litro de xilol, mas apenas 55% de litro. Portanto, a diluição de um produto mais caro (DDT 100%) em um produto mais barato (xilol) só pode baratear o litro ou o quilo do produto e em hipótese alguma deveria encarecê-lo.

3. Infelizmente, os obstáculos que vários consumidores vêm enfrentando para conseguir DDT no exterior não podem ser confundidos com poesia. É fácil verificar se a Montrose ou a Stauffer fornecem DDT para alguma firma brasileira que não seja a Hoechst: basta uma consulta por telex e aguardar a resposta.

Quanto aos motivos que teriam impedido a Mitsubishi de trazer DDT para o Brasil, a informação foi prestada por uma empresa que recebeu a explicação por telefone. Por isso, na matéria, as explicações a respeito estão no condicional: "As importações, bastante difíceis por causa da escassez internacional do produto, aparentemente estão bloqueadas pela Hoechst, que teria impedido um fabricante japonês (dependente de suas matérias-primas) de concluir algumas vendas para o Brasil, através da Mitsubishi" (Pedro Pinheiro)

Loucura Doença ou preconceito ideológico?

A respeito de artigos publicados em Opinião, comentando a despsiquiatização da loucura, tomo a liberdade de expressar minha opinião a respeito, apesar de ser leigo no assunto.

Acho que "loucura" hoje é mais uma questão de ponto de vista da sociedade do que propriamente uma "doença", quer dizer, todas aquelas pessoas consideradas "hostis às formas tradicionais de conduta" são taxadas de "loucas" ou são tratadas como tal.

Para explicar melhor minha opinião, desejo transcrever alguns trechos do livro *Nova Consciência* (Luis Carlos Maciel, Eldorado, 218 págs. 1973) no qual é tratado o assunto num artigo intitulado *Muito Louco. Bicho*: "O célebre poema *Howl*, de Allen Ginsberg, considerado na década dos 50 uma espécie de manifesto da *beat generation*, é em sua última parte uma saudável saudação ao poeta Carl Solomon, que se encontrava internado no hospício de Rockland. A experiência da insanidade mental é, certamente, uma experiência radical, uma situação-limite que ainda não foi devassada como devia. Em seu poema, Ginsberg traça a trajetória trágica de sua geração, da angústia às drogas e, destas, ao hospício. Solomon é seu personagem típico, herói dessa trajetória moderna".

Segundo Luis Carlos Maciel, os mais atingidos pela "doença mental" são todas aquelas pessoas que ousam desafiar as regras do *establishment*, e este, por sua vez, tenta silenciá-lo através de "tratamentos psiquiátricos", que são marcados pelos meios mais violentos de nossa época. "É uma pena" — escreve LCM — "que testemunhos pessoais sobre o processo não apareçam com frequência. É chato para qualquer um confessar que já andou meio louco ou foi tratado como tal. A moralidade estabelece, de maneira mais ou menos definitiva, que quem foi internado num hospício perdeu para sempre o título humano. E os que escaparam às garras da doença devem tentar recuperá-los através do silêncio. Mais uma vez,

aqui, a desumanidade dos preceitos e preconceitos evita que se lance luz sobre alguns aspectos mais significativos da existência humana. Em assunto tão proibido, poucos tiveram a coragem de dar seu depoimento".

Essa falta de testemunho é provocada pelo terror adquirido pelo paciente ou ex-paciente durante sua internação, aos choques elétricos, às comas de insulina e tudo o mais e etc. naturalmente com medo de voltar àquele inferno, recusa a fazer qualquer declaração a respeito.

LCM transcreveu ainda o depoimento de Solomon, que atravessou um tratamento de 50 comas de insulina e conta tudo em detalhes: "Cedo a coma confirma todos os medos do paciente" — escreve Solomon. "O que começou com um sono drogado transforma-se de maneira orgânica em um dos milhões de universos psicofísicos que se devem atravessar antes de ser acordado por sua dose de glicose. A coma destrói a memória do paciente enquanto a glicose engorda até a deformação".

Solomon conta sua experiência com mais detalhes em seu documento *Report from the Asylum*, de indiscutível importância, onde são analisadas as relações entre o louco e a sociedade, não do ponto de vista psiquiátrico, mas do ponto de vista do doente.

A psiquiatria enumera os vários tipos de doenças mentais, fazendo distinções, enredando-se frequentemente em suas próprias definições na hora de fazer um diagnóstico concreto. O fato é que o choque elétrico é usado para todas elas, como meio de cura. Os psiquiatras dizem que o choque cura, mas não sabem por que cura.

"Vi com clareza" — escreve Seymour Krim — "que insanidade e psicose não podem ser mais respeitadas como definições que tenham um sentido, mas são apenas usadas por alguns indivíduos que detêm o poder social, para tratar maneiras de se comportar de pessoas que são estranhas, ameaçadoras e obscuras para eles". Krim também passou um certo tempo internado. Escritor da *beat generation*, teve uma violenta crise de depressão. Tentou o suicídio, tomando uma dose excessiva de barbitúricos. Encontrado ainda com vida, foi levado para um hospital, onde foi salvo. Ainda meio drogado, foi levado do hospital para um hospício. Ficou lá quatro meses, brigando e reclamando com todo mundo o seu direito "à insegurança da liberdade".

Quando o soltaram, sua primeira atitude foi escrever um ensaio: *The Insanity Beat*. "Mais radical que Solomon — escreve LCM — "endossando plenamente as conclusões de Artaud, Krim vai afirmando de saída que a insanidade, hoje, é uma questão de definição e não de fato. A palavra loucura, diz ele, só pode ser usada literariamente, não teve nada a ver com ciência; insanidade é uma concepção legal anacrônica e tão rígida quanto uma peça de Ibsen; e mesmo o moderno termo antisséptico *psicose* parece-lhe tão suspeito de preconceito ideológico que deve ser mantido "à distância de um braço, como um rato morto".

Luis Carlos Maciel recebeu muitas cartas de psiquiatras, cartas cheias de termos científicos, e outras coisas. Naturalmente esses psiquiatras não entenderam o sentido de seus artigos, que vê o problema do ponto de vista muito mais social do que científico.

O próprio Luis Carlos Maciel escreve a respeito: "Só recebi dois tipos de cartas: as de médicos psiquiatras ou psicólogos, isto é, de especialistas da matéria, e as de ex-pacientes de sanatórios, isto é, de pessoas que sofreram a "matéria" na carne. O conteúdo das cartas revela algo da natureza humana. Todos os psiquiatras que escreveram arrasaram meus artigos; todos os seus ex-pacientes me enviaram palavras de simpatia e, principalmente, gratidão... Algumas de suas cartas (dos psiquiatras) estão escritas como desesperadas defesas de profissão que, a julgar por elas, teria sido enovilhada pelos meus artigos".

Orlando F. Filho
São Paulo — SP

Um computador vinga Spassky

Leonard Barden

Faz alguns anos, o mestre internacional escocês e informático David Levy apostou mil libras (cerca de 16 mil cruzeiros) com quatro professores de inteligência artificial que estavam convencidos de que em 1978 já haveria programas de computador capazes de jogar ao nível de mestres. A aposta do Levy foi de que nenhum programa conseguiria derrotá-lo num encontro em 10 partidas até aquele ano.

O ex-campeão mundial Botvinnik, que também é cientista e trabalha atualmente na construção de programas que jogam xadrez, disse a Levy "Lamento, pelo seu dinheiro", mas os resultados de campeonatos de computadores organizados entre 1970 e 1973 mostraram que os programas americanos estavam se elevando pouco ou nada acima do nível de um amador médio.

Este mês último, o torneio de computadores teve lugar em Estocolmo, e foi um Campeonato Mundial de Computadores com a participação de oito países e incluindo, pela primeira vez, um programa russo. Os resultados deram manchetes às revistas esportivas e enxadristas russas: *Caissa*, o concorrente da URSS, derrotou o programa austríaco *Franz* e os americanos *Tech 2*, *Chaos*, e *Ostrich* vencendo o campeonato com 100 por cento de vitórias.

Será que os professores vão receber as mil libras? Bem, talvez demore ainda, porque *Caissa* está longe de ser um mestre. Mas sua vitória, mostrada abaixo, apresenta alguns aspectos interessantes; será que o instruíram sobre as vitórias de Fischer contra Spassky nas sexta e oitava partidas em Reykjavik 1972? *Caissa* escolhe uma defesa pouco usual, evitando assim qualquer possibilidade de que *Tech 2* tivesse armazenadas páginas de variantes de aberturas. Quando *Tech 2* comete erros táticos nos lances 12 e 21, *Caissa* não perde a oportunidade: se 13 DxB C6D — duplo força mate. E no final há um toque sádico no melhor estilo de Fischer: podendo dar mate em com 32...D8R, *Caissa* prefere tripudiar com um mate em dois.

Tech 2 (EUA) — Caiss
(A vingança de Spassky?) (URSS)
Centro-Defesa do Centro

1 P4R P4D 2 P4P C3BR 3 B5C+
B2D 4 B4B B5C 5 P3BR B1B 6 C3B
C2D 7 C4R C4R 8 C4C+ PR4C 9
D2R D2R 10 B5C+ P3B 11 P4P P4P
12 B4T B3T 13 D4R 0-0-0 14 C2R
B4C 15 R4B D2D 16 P3D T1R 17 B3R
B3D 18 P3B B1C 19 B2BD C3C 20
D4CD C5B+ 21 R2B TxB! 22 R4T
C4D+ 23 R2R C4D 24 P4C D5D 25
D1CD T1R+ 26 R1B D6R 27 P4D
D7R+ 28 R1C D4B 29 R1B D4T+ 30
R2B D4P+ 31 R1B D7R+ 32 R1C
D8D+!! 33 R2B T7R mate.

Problema n° 87



As brancas (jogando, como sempre, de baixo para cima) dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por J. Kloor).

Solução do n° 86

Botvinnik tinha realmente bobado, mas não por causa de 1 B3BD? T4P? quando as brancas forçariam mate com 2 T8T + R2B 3 B8R+ R2R 4 B6B mate. A partida prosseguiu com 1 B3BD? B8D+! 2 R4B T4P+ seguida de ...TxB, e Botvinnik teve de lutar muito para conseguir ganhar a partida. As brancas podem ganhar facilmente, na posição do diagrama, jogando 1 B4C ou 1 P7D C4P 2 B5T.

ASSINE OPINIÃO

Envie junto com este cupom 190 cruzeiros no caso da assinatura anual e 95 cruzeiros no caso de ser semestral.
Ou 40 dólares se a assinatura for anual para o exterior e 20 dólares se for semestral. O pagamento pode ser feito por cheque ou vale postal e deve ser enviado para Editora Inúbia Ltda., à Rua Abade Ramos, 78 Jardim Botânico — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil.
Ou, no caso de assinaturas para a Europa, diretamente a Laymert Garcia dos Santos, BP. 05-07 — 75.327 Paris Cedex 07.

A REABERTURA, SEGUNDO O GEN. ERNESTO GEISEL



Nome _____
Rua _____ Nº _____
Cidade _____ Estado _____